



VANDERLAN SILVA
(ORGANIZADOR)



DE CENTROS E PERIFERIAS

**ESTUDO DAS INTERAÇÕES SOCIAIS EM
LUGARES PÚBLICOS E INSTITUIÇÕES**



Vanderlan Silva
(organizador)

De Centros e Periferias
Estudo das interações sociais em lugares públicos e instituições

 **EDUFCCG**
Campina Grande -PB
2019

D278 De centros e periferias: estudo das interações sociais em lugares públicos e instituições [livro eletrônico] / Vanderlan Silva (org.). – Campina Grande: EDUFCG, 2019. 203 p.

ISBN 978-85-8001-262-0

1. Antropologia Social. 2. Sociologia. 3. Interação Social. 4. Cidade e Juventude. I. Silva, Vanderlan. II. Título.

CDU 572.028

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUFCG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFPG
editora@ufcg.edu.br

Prof. Dr. Vicemário Simões
Reitor

Prof. Dr. Camilo Allyson Simões de Farias
Vice-Reitor

Prof. Dr. José Helder Pinheiro Alves
Diretor Administrativo da Editora da UFPG

Simone Cunha
Revisão

Yasmine Lima
Editoração Eletrônica

CONSELHO EDITORIAL

Anubes Pereira de Castro (CFP)
Benedito Antônio Luciano (CEEL)
Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janiro da Costa Rego (CTRN)
Marisa de Oliveira Apolinário (CES)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)
Railene Hérica Carlos Rocha (CCTA)
Rogério Humberto Zeferino (CH)
Valéria Andrade (CDSA)

Os estudantes e pesquisadores (as) que compõem o grupo de pesquisa SOCIATOS são como raízes que pulsam da terra à atmosfera, dando vida nova à existência universitária no seio da UFPG:

Aécio Cândido, Aristóphanes Silva, Alessandra da Silva, Banjaqui Nhanga, Carol Brasileiro, Claudio Júnior, Deyse Dayane, Demétrio Gamboa, Denise Marinho, Ercleuson Araújo, Elizana Oliveira, Ewennyne Lima, Fabíola Cortezzi, Franz Lima, Isabelly Chaves, Glaucia Santos, Jakeline Alves, Jeferson Joyly, Júlio César, Kalyenne Antero, Letícia Pinheiro, Lulinha Gamboa, Macell Silva, Magnólia Ramos, Mariana Cavalcanti, Mércia Lima, Milenna Jordana, Monalisa Castro, Nádia Vanessa, Rodolfo Costa, Rommel Souza, Rosângela Santos, Savana Lima, Silvana Torquato, Suênia Viana, Susana Silva, Talita Marinho, Tiago Fernandes, Thamiris Vasconcelos.

Este livro é para vocês, que unem terra e céu, com alegria acadêmica!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO	9
O BOM É A ARRIAÇÃO!: SOCIABILIDADES E PRÁTICAS DE LAZER JUVENIS NO BAIRRO DO PEDREGAL	25
VIDAS CONTROLADAS? UM OLHAR SOBRE AS TEIAS RELACIONAIS CONSTRUÍDAS E RECONSTRUÍDAS NO CEA- PB.....	59
A VIOLÊNCIA E SUAS MÚLTIPLAS SIGNIFICAÇÕES NO UNIVERSO ESCOLAR. REFLEXÕES SOBRE O BULLYING EM UMA ESCOLA PÚBLICA DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE - PB.....	95
ESPAÇO URBANA E SOCIABILIDADES: UM OLHAR SOCIOLÓGICO SOBRE AS RELAÇÕES NA PRAÇA DA BANDEIRA, EM CAMPINA GRANDE	117
RELAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: AS TORCIDAS ORGANIZADAS COMPREENDIDAS COMO TRIBOS URBANAS	153
MULHER E HIP-HOP: ETNOGRAFIAS DAS PRÁTICAS JUVENIS EM CAMPINA GRANDE-PB	181
SOBRE OS AUTORES:	203

INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO

A vida contemporânea nos grandes centros urbanos impõe desafios cotidianos aos cidadãos. Do amanhecer ao final da noite, os indivíduos que transitam pelas ruas das cidades se deparam com situações corriqueiras, conhecidas, repetitivas, cujo convívio habitual e a familiaridade ajudam a desenvolver certos padrões de respostas e posturas frente aos eventos. Contudo, em cenários urbanos habitados por milhares de indivíduos com suas mais distintas origens, formas de pertencimento, identificações e performances, há espaços para a emergência do inusitado, do desconhecido, do que se apresenta novo e sob expressões distintas das atividades corriqueiras.

Vem de longa data o interesse de pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, a exemplos de arquitetos, engenheiros de tráfego, paisagistas, em estudar e intervir na vida urbana através de políticas públicas que procuram de várias formas regular a vida social na cidade.

No caso das ciências sociais, e mais particularmente da sociologia, estas nascem tendo como cenário algumas das principais cidades europeias do século XIX, com suas ebulições sociais. Mas foi a partir dos trabalhos de Simmel, no início do século XX, que a vida dos indivíduos nas cidades passou a merecer foco das reflexões sociológicas, com ênfase nas interações dos indivíduos, nas sociabilidades estabelecidas, nas consequências do excesso de estímulos sofridos pelos sujeitos na vida urbana, etc.

Foi a Escola de Chicago que colocou as relações urbanas na pauta dos estudos sociológicos. Diferentemente do que se apresentava nos estudos etnológicos clássicos, desenvolvidos em sociedades que alguns classificam como de pequenas escala, para indicar o número reduzido de indivíduos e de relações limitadas com outros grupos sociais, os estudos dessa escola mostraram que as cidades são formadas por grupos heterogêneos, de origens diversas, mas também por práticas sociais que elaboram a partir das muitas possibilidades de junções e disjunções que operam no cotidiano pleno de estímulos, multiplicidade, etc.

Ora, se por vezes algumas situações cotidianas se revelam como desafiadoras para seus *habitués*, imagine para um pesquisador, que é muitas vezes um “estranho no ninho”, disposto a estudar as múltiplas formas de interpretação que os moradores das cidades elaboram para dar sentido às suas ações e às quais ele (o pesquisador) precisa ter acesso para depois interpretá-las?

Vale ressaltar, uma vez mais, que foi Simmel um dos primeiros sociólogos a elaborar uma chave de análise, como dizemos hoje, importante para se pensar a vida nas cidades. Ao elaborar o conceito de sociabilidades, Simmel tinha em mente as formas de interação que os indivíduos estabeleciam no cotidiano dos centros urbanos. O impacto do conceito elaborado pelo sociólogo alemão encontrou campo fértil entre os estudiosos da Escola de Chicago, ajudando a proliferar o uso de tal perspectiva analítica entre cientistas sociais em muitos países. Num primeiro momento, Simmel imaginava que as sociabilidades poderiam ser estabelecidas entre pessoas iguais e que passariam sem que houvesse interesses em jogo entre os indivíduos em situação de interação. Esse seria o caso, por exemplo, de indivíduos que jogam uma partida de xadrez,

de damas: eles teriam chegado ali e se manteriam em situação de igualdade. Como indica o próprio Simmel (1983, p. 170):

A sociabilidade surge como uma estrutura sociológica muito peculiar. O fato é que, sejam quais forem os atributos objetivos que os participantes de uma reunião possam ter – atributos esses centralizados fora da reunião particular em questão-, eles estão proibidos de participar dela. Riqueza, posição social, cultura, fama, méritos e capacidades excepcionais não podem representar qualquer papel na sociabilidade. Quando muito podem desempenhar o papel de meras nuances daquele caráter imaterial, com o qual apenas à realidade é permitido, em geral, penetrar no trabalho social de arte chamado sociabilidade.

Para alguns autores, a exemplo de Frúgoli Jr. (2007), esse seria o tipo ideal simmeliano de sociabilidade, o tipo puro de sociação, como indica o próprio Simmel (2006, p. 72), na qual o conteúdo das relações seria o menos importante e as relações se estabeleceriam sem instrumentalidades, sem interesses entre os participantes, a não ser o de estarem juntos uns com os outros. Os eventos lúdicos seriam uma boa amostra da forma de sociabilidade pura. Portanto, a sociabilidade seria uma forma de interação social interclasse. Todavia, nunca é demais lembrar que o próprio Simmel tinha noção clara da idealização proposta, ao ponto de escrever no mesmo texto indicado que “a sociabilidade é um jogo no qual se faz de conta que são todos iguais e, ao mesmo tempo, se faz de conta que cada um é reverenciado em particular” (*Ibidem*, p. 73).

Assim, é possível afirmar, a partir de Simmel, que as sociabilidades podem ser pensadas sob duas perspectivas. Primeira, como conjunto de relações estabelecidas entre indivíduos que partilham

de condições semelhantes, que viria a ser o tipo puro de sociabilidade indicado pelo autor. Segunda, as sociabilidades se estabeleceriam também entre indivíduos diferentes entre si, da qual a figura do estrangeiro¹ surge como exemplo singular.

Os impactos dos estudos empreendidos pelos autores da Escola de Chicago ajudaram a alargar o alcance e os usos do conceito de sociabilidades. Chegamos a um ponto dele se tornar imprescindível para muitos estudiosos das interações nas cidades, graças à abrangência que alcançou, servindo para explicar fenômenos sociais os mais diversos. E aí talvez resida um dos problemas de sua utilização, pois corre-se o risco de tornar tal conceito sagrado, sob as bênçãos do “senso comum científico”, a partir do qual não se faz mais necessário problematizar o conceito, nem discutir sua utilização em contextos específicos, sem problematizá-lo. Render-se a tal possibilidade é flertar com o precipício e ver reduzida a força explicativa que o conceito de sociabilidades pode ter para compreender as interações sociais em contextos urbanos (FRÚGOLI JR. Idem, 2007, p. 23).

Nesse sentido, talvez seja interessante retomar um autor que tanto influenciou a perspectiva do interacionismo simbólico e das análises situacionais, embora continue a ser muito pouco lido entre os cientistas sociais, mesmo que suas ideias sejam discutidas largamente nos campos da antropologia e da sociologia, graças à influência que exerceu sobre as ideias de Erving Goffman. Trata-se do psicólogo social George Mead. Em seu texto sobre a obra do psicólogo estadunidense, *A sociedade como interação simbólica*, Blumer (2013, p. 76) afirma que “apenas George Mead, em minha

1 Para Frúgoli Júnior (2007), a figura do antropólogo como esse estrangeiro precisa estabelecer relações com os indivíduos de grupos para poder realizar suas pesquisas.

avaliação, tentou examinar as implicações do ato de interpretar para a compreensão do ser humano, da ação humana e da associação humana”.

Blumer destaca que Mead pensa a interpretação a partir de como cada indivíduo estabelece procedimentos no processo de interação com outros indivíduos. Ele assevera que a interação simbólica:

Consiste no fato de que os seres humanos interpretam ou definem as ações uns dos outros, em vez de simplesmente reagir a elas. Sua reação não se dá diretamente às ações dos outros, ao contrário, é baseada no significado atribuído a essas ações. Assim, a interação humana é mediada pelo uso do símbolo, pela interpretação ou pela atribuição de significado às ações dos outros.

Aqui reside um ponto de interseção importante entre as obras de Mead e de Simmel, notadamente sobre a noção de indivíduo e o lugar que este ocupa no seio das relações sociais. Para Mead o conceito de *self* expressa a comunicação e as orientações que o indivíduo estabelece cotidianamente consigo mesmo e que servem de base para a interação com outros indivíduos. Para ele, “a autoindicação é um processo comunicativo móvel no qual o indivíduo observa as coisas, avalia-as, dá-lhes significado e decide agir com base nesse significado” Blumer (2013, p.79). Obviamente os indivíduos vivem associados em grupos, mas segundo Blumer, não podem ser reduzidos a marionetes destes, nem tampouco são veículos da coletividade, simplesmente. O autor frisa que “a organização é a moldura no interior da qual as unidades de ação desenvolvem suas ações. Os traços estruturais, como cultura, sistemas sociais, estratificação social ou papéis sociais, definem as condições para sua ação, mas não a determinam”. E prossegue, “a organização

social só entra na ação na medida em que modela as situações nas quais as pessoas agem, e na medida em que fornece conjuntos fixos de símbolos utilizados por elas para interpretar as situações. Essas duas formas de organização social são importantes” (*Ibidem*, p. 87).

Um esclarecimento adicional se faz necessário para melhor compreender a visão de Mead: é preciso considerar a importância da situação na qual as ações se desenrolam, pois:

Qualquer que seja a unidade de ação – um indivíduo, uma família, uma escola, uma igreja, uma empresa, um sindicato, uma legislatura, etc. –, toda ação específica se forma à luz da situação na qual ocorre. Isso nos leva ao reconhecimento de uma segunda condição básica, a saber, que a ação é formada ou construída pela interpretação da situação. (*Idem*, p. 84).

Claramente a perspectiva assumida por Mead é de distanciamento da abordagem durkheimiana, na qual a sociedade é pensada de maneira holista e os indivíduos seriam executores de programações definidas coletivamente. Afastamento semelhante pode ser notado na obra de Simmel, para quem “nem sociedade nem indivíduo como tais seriam reais, a não ser por suas implicações recíprocas” (FRÚGOLI JR., 2007, p. 11).

Nas obras de Simmel e de Mead, mais do que atores que simplesmente reproduzem roteiros sociais previamente delineados, os indivíduos são ativos, criadores das interpretações e das ações que representam para si e para os demais com os quais interagem. Vale destacar que essas interações se produzem sempre em situações emolduradas pelas organizações sociais, que Simmel nomeia de formas, pois modelam e “fornecem conjuntos de símbolos” aos

indivíduos, mas frente aos quais resta sempre espaços de autonomia dos indivíduos que podem, a cada situação, aceitar o habitual ou subvertê-lo. E nisso reside o interesse e a riqueza de pesquisas que procuram investigar as interações sociais e o estabelecimento de formas de sociabilidades nas mais distintas situações sociais.

O conjunto de artigos que compõem esta obra é uma dessas tentativas de apresentar e discutir várias práticas de sociabilidades construídas entre indivíduos que participam do mesmo grupo, bem como entre indivíduos que participam de grupos distintos e se veem como diferentes.

O primeiro capítulo, intitulado “O bom é a arriação!: sociabilidades e práticas de lazer juvenis no bairro do Pedregal”, discute as práticas de lazer, a paquera e outras interações em um bairro periférico da cidade de Campina Grande-PB, marcado pelo estigma da pobreza e da violência, constantemente noticiado nos telejornais do Estado como lugar de conflitos entre facções criminosas. Esse bairro é visto na cidade onde se situa como sinônimo de problema por boa parte da população local, que diariamente é “bombardeada” pelas informações em tom alarmante da mídia policialesca. O texto de Mariana Cavalcanti Pereira, escrito com leveza, delicadeza e contundência, procura fugir do lugar comum que estigmatiza os moradores da localidade. Ao apresentar e interpretar as práticas de lazer elaboradas pelos moradores do Pedregal, a autora nos revela a riqueza das interações sociais que ocorrem diuturnamente no bairro. A discussão teórica que a autora empreende e os diálogos que estabelece com um número respeitável de autores que abordam a temática em outros lugares do Brasil contribuem ainda mais para tornar a leitura desse capítulo agradável e enriquecedora para nossas percepções sobre o cotidiano das periferias brasileiras.

O segundo capítulo, “Vidas controladas? Um olhar sobre as teias relacionais construídas e reconstruídas no CEA - PB”, de autoria de Alessa Cristina Pereira de Souza, é resultado de pesquisa de fôlego realizada no Centro Educacional do Adolescente, na cidade de João Pessoa. O nome do estabelecimento é um neologismo do campo jurídico que procura através e com novas palavras esconder velhas práticas cotidianas dos presídios e penitenciárias brasileiras. E, embora guarde distinções para com os estabelecimentos reservados aos adultos condenados à reclusão, o CEA tem características de funcionamento semelhantes a esses. Adentrar seu universo, rico em possibilidades, pleno de teias relacionais que se compõem e decompõem com frequência singular no universo prisional, percorrer seus corredores e desvendar as multiplicidades relacionais que ali se estabelecem nunca é tarefa fácil para pesquisador, ainda mais quando se pertence a um gênero diferente daqueles jovens que figuram nos prontuários e nas “celas” do CEA. Os espaços aos quais teve acesso, as entrevistas que realizou, as desenvolturas que teve ao longo do processo de pesquisa, negociando com adolescentes em situação de internação e com funcionários do CEA, bem como as interpretações que realizou dos dados colhidos, não deixam dúvidas quanto à competência da autora ao nos presentear com um texto bem escrito, suave, instigante e revelador dos conflitos, das harmonias e das muitas outras possibilidades que jovens em situação de internação elaboram no CEA.

“A violência e suas múltiplas significações no universo escolar. Reflexões sobre o *bullying* em uma escola pública da cidade de Campina Grande-PB” é o título do terceiro capítulo. Alessandra da Silva discute a violência na escola, tomando como amostra privilegiada do fenômeno do *bullying*. Como a autora frisa ao longo de seu texto, o conceito de *bullying* ganhou notoriedade a partir

dos estudos realizados pelo psicólogo Dan Olweus. As práticas de violência física e simbólica entre estudantes nas escolas do mundo inteiro existem desde longa data, contudo faltava um conceito capaz de ajudar a mensurar os impactos físicos, psicológicos e sociais das práticas recorrentes de violência no interior das escolas. Ao indicar que o *bullying* não é apenas uma brincadeira, uma chacota que estudantes estabelecem entre si, mas é constituída por formas perversas e recorrentes de fazer o outro sofrer, impondo-lhes dores físicas e psicológicas, Olweus nos revela que os praticantes de *bullying* são crianças e jovens normais que encontram em tais atitudes a possibilidade de exercer domínio sobre outros. O *bullying* se caracteriza por ser fenômeno contínuo ao longo do ano escolar, e seus atores são compostos por agressores, vítimas e plateia. Ao contrário do que possa parecer a um leitor desavisado, esses papéis sociais assumidos pelos estudantes não são tão rígidos como possam parecer num primeiro momento, aliás, uma vítima numa situação pode ser o agressor em outra circunstância.

O texto de Alessandra da Silva é de uma densidade emocional comovente. Ao revelar em uma das muitas belas passagens do capítulo as lágrimas que escorrem dos olhos de uma vítima de *bullying* no interior da escola Paraná, a autora nos mostra de maneira contundente as dores sentidas, sofridas por quem, embora “viva na selva”, ousa em não se acostumar com as interações perversas, com a sociabilidade violenta que ali se produz. Na esteira de suas reflexões sobre os bastidores de um país profundo, visto a partir de salas de aulas e de corredores escolares, a autora nos mostra ainda visões estigmatizadoras dos estudantes das quais alguns mestres são portadores, levando a imaginarem futuros pouco luminosos para os seus alunos do presente.

O quarto capítulo, nomeado “Espaço urbano e sociabilidades: Um olhar sociológico sobre as relações sociais na Praça da Bandeira em Campina Grande” traz uma discussão sobre a construção das interações sociais estabelecidas numa das principais praças públicas da cidade do interior da Paraíba. Lugar de inúmeras relações que se estabelecem entre os cidadãos, muitas delas ocasionais, fortuitas; outras regulares, diárias. A pesquisa desenvolvida com ousadia e olhar refinado por Patrícia Portela Martins nos revela agora, neste texto, que a Praça da Bandeira é um lugar frequentado por muitos dos moradores da cidade. Lugar de conversas cotidianas entre frequentadores assíduos, a exemplo de senhores aposentados e estudantes que, nos finais das manhãs e das tardes, fazem daquele espaço lugar de encontros, bate-papos, paquera, pausa para tomar café e jogar conversar fora; ocasião para um transeunte à procura de informações abordar alguém em busca de informações.

A dinâmica das interações sociais estabelecidas na Praça da Bandeira nos revela Patrícia Portela Martins, encontra-se intrinsecamente relacionada às transformações do cenário da praça, que por sua vez é modificado pelas ações dos indivíduos em consonância com as mudanças temporais que ocorrem ao longo de cada jornada. Embora o cenário físico, a Praça da Bandeira, possa parecer o mesmo, ele sofre modificações ao longo do dia. Assim, pela manhã, no seu início, temos um cenário marcado pela passagem de muitos transeuntes que por ali passam em direção às escolas, trabalhos, comércio, compras, etc. A partir das 10h até o meio-dia, vários indivíduos começam a ocupar o lugar, reúnem-se em rodas de conversas em torno do café ali localizado; outros se sentam nos bancos de cimento; jovens oriundos das escolas particulares situadas no entorno se encontram para se divertir, paquerar, namorar, fazer “azaração”. A tarde começa sonolenta, com poucos frequentadores

se fazendo presentes. Nesse momento, são sobretudo os pedestres que cruzam a praça com destino a algum outro lugar no centro da cidade ou ali aguardam transporte público. O final da tarde, todavia, faz com que as interações no lugar ganhem intensidade. Grupos de religiosos evangélicos fazem pregações em um canto da praça, cuja intensidade do som torna difícil não perceber suas presenças. O início da noite é marcado pela chegada de *trailers* de vendedores ambulantes de alimentos: sanduíches, pizzas, sucos, refrigerantes e pela chegada frequente e intermitente de consumidores habituais e esporádicos. Esse movimento dura até a madrugada, cuja chegada anuncia com maior visibilidade as presenças de outros atores sociais que por ali circulavam desde o início da noite, a exemplo de profissionais de sexo e moradores em situação de rua.

Espaço público onde os eventos fortuitos parecem emergir com mais frequência do que em lugares mais “controlados”. Todavia, também ali as regularidades são construídas cotidianamente entre os muitos frequentadores, sejam eles *habitués* ou ocasionais. A pesquisa desenvolvida por Patrícia tem como uma de suas principais qualidades ter visto além do aparente, ter mergulhado nos bastidores das relações que os atores da Praça da Bandeira configuram cotidianamente. O texto que temos em mãos é bom exemplo das potencialidades das análises socioantropológicas junto aos fenômenos das interações urbanas.

Do espaço público da praça para o espaço do estádio de futebol, o quinto capítulo nos apresenta uma importante discussão sobre as torcidas organizadas - fenômeno de relevância nos dias atuais. “Relações contemporâneas: as torcidas organizadas compreendidas como tribos urbanas” é o título que envolve a profícua análise desenvolvida por Rommel Jorge Barbosa de Souza junto à

torcida organizada Facção, vinculada ao Campinense Futebol Clube, time da liga profissional da Paraíba. Fugindo do lugar comum e combatendo as visões estigmatizantes e reducionistas da imprensa e de outros setores nacionais, o autor nos mostra a importância da associação de jovens e adultos nas torcidas organizadas. Em seu interior, estabelecem interações das mais variadas ordens, nas quais se agregam indivíduos de origens diversas. E essa é mais uma descoberta empírica da pesquisa que joga por terra as visões preconceituosas que procuram reduzir as torcidas organizadas à violência e às periferias das cidades. O autor se apoia na perspectiva maffesoliana ao pensar a Facção como tribo urbana, metáfora utilizada pelo sociólogo francês que ilustra as formas de associação no mundo contemporâneo com ênfase nas emoções. É importante esclarecer que o autor faz bom uso da obra de Maffesoli, ao tomar a noção de tribo no sentido de evento, diferente do uso habitual feito no campo dos estudos etnológicos. As emoções surgem como o cimento aglutinador que une indivíduos de distintas origens em torno da paixão pelo time do coração. As emoções eclodem em vários momentos, tal como no instante do gol do time amado. E como tribos, os membros da Facção estabelecem para si e para os outros os elementos de reconhecimento, de pertencimento, a partir dos quais se colocam no universo das interações futebolísticas. Os arrastões que sobem e descem as ruas da cidade nos dias de jogos com destino ao campo de futebol são amostras claras da força, da paixão, do estabelecimento de territórios nos espaços segmentados das cidades. Os gritos de guerra entoados pela Facção anunciam a chegada, a passagem, a presença dos “raposeiros orgânicos”. O encontro com a torcida adversária é quase sempre marcada pela tensão, pelo conflito e, muitas vezes, pela violência física. Tomar a bandeira da torcida organizada, como nos revela o autor, e expô-la

nas redes sociais constitui um dos momentos mais marcantes para os membros da Facção. É o momento que simboliza o domínio sobre os adversários.

A riqueza da pesquisa empreendida por Rommel de Souza se revela em muitos momentos ao longo do seu texto, como, por exemplo, quando nos mostra que a frequência de encontros entre os torcedores e adeptos da Facção não diminui quando o time não está jogando, ao contrário, tem aí uma intensificação. Talvez as práticas de sociabilidades entre os torcedores do Campinense sejam um bom exemplo das perspectivas inspiradas em Simmel, do estar junto para além dos conteúdos, bem como do estar juntos com o objetivo comum: de torcer pelo time da paixão.

Dos gritos de guerra da torcida organizada, vamos ao encontro dos sons de denúncia, de contestação e resistência do *hip-hop*. Chegamos, então, ao último capítulo desta coletânea. Intitulado “Mulher e *hip-hop*: etnografia das práticas juvenis em Campina Grande - PB”. Nele a autora analisa as dificuldades enfrentadas pelo fenômeno musical frente ao domínio do forró nas terras paraibanas. Com o olhar voltado para as mulheres, a autora analisa a participação destas no cenário do *hip-hop* na cidade serrana e constata que elas estão presentes nas letras das músicas cantadas pelos homens do “movimento”; elas igualmente estão presentes nos shows que ocorrem na cidade, acompanhando seus companheiros, amigos, seguindo os cantores preferidos, etc. A autora nos mostra como os valores sociais conservadores da sociedade brasileira se fazem presentes e são reproduzidos, paradoxalmente, no movimento *hip-hop* de Campina Grande. Ao contrário do que poderíamos imaginar ver num movimento de contestação e de resistência às formas mais tradicionais de expressões musicais (e mercadológicas), no cenário

do *hip-hop* campinense as mulheres ocupam lugares de não protagonismo, especialmente se considerarmos a baixa presença numérica delas na cena principal, como cantoras. Elas aparecem, conforme nos mostra a autora, nos discursos dos artistas, que falam delas e, por vezes, por elas. O trabalho desenvolvido por Mércia Ferreira de Lima nos mostra com argúcia as dificuldades de superação de determinados valores e práticas sociais presente nas relações cotidianas.

Os capítulos que formam este livro têm em comum vários traços. Primeiro, todos são resultados de pesquisas empíricas realizadas junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, sendo que cinco deles resultaram em dissertações e um em tese. Segundo, todos eles foram inspirados, gestados, discutidos, estimulados e aglutinados em torno das atividades de pesquisa do grupo Sociabilidades e conflitos contemporâneos (Sociatos). Terceiro, todos os capítulos deste livro têm suas abordagens empíricas e analíticas centradas nas práticas de interação social exercidas nas cidades, seja nos espaços das ruas e praças, seja nos lugares institucionalizados.

Os encontros que realizamos a cada quinzena são sempre recheados de discussões sobre autores e questões clássicas e contemporâneas, bem como atividades tais como a jornada anual de sociabilidades contemporâneas, que têm funcionado como espécie de laboratórios que nos ajuda a retomar, reciclar, reelaborar, modificar e propor novas possibilidades de reflexões e práticas nos estudos e nas pesquisas com grupos urbanos.

Certamente práticas como a do grupo de pesquisa em tela seja uma boa amostra de como, quando funcionam com regularidade e propõem ações concretas aos docentes, pesquisadores e discentes, para além da exigência burocrática de manter registro

junto ao CNPq, os grupos de pesquisa podem representar espaços institucionais privilegiados de reafirmação e renovação da vida acadêmica no Brasil.

Boa leitura a todxs!

O BOM É A ARRIAÇÃO!: SOCIABILIDADES E PRÁTICAS DE LAZER JUVENIS NO BAIRRO DO PEDREGAL

Mariana Cavalcanti Pereira

INTRODUÇÃO

É comum encontrarmos reflexões que abordem a periferia em aspectos como do trabalho, da violência, dos movimentos reivindicatórios e das precariedades estruturais e, não obstante, também não é raro nos depararmos com considerações que atomizam suas características enquanto desdobramentos de escapismo e alienação (MAGNANI, 1998). O lazer, assim, para alguns olhares, encontra-se inserido em um rol de elementos irrelevantes ou ausentes quando se trata de analisar as periferias em seu cotidiano.

É preciso, entretanto, aguçar a percepção e ver além daquilo que nos é proposto de imediato. A multidão, de longe, parece constituir uma homogeneidade; mas, ao fazer parte dela, é possível encontrar redes, entrelaçamentos, afetos e maneiras distintas que compõem a sua aparência de totalidade. É preciso, ainda, interpretar a multidão que é vista a partir daquele que a referencia – cada movimento desse caleidoscópio, que posso destacar aqui como a antropologia, abre caminhos para uma multiplicidade de elementos. O cotidiano é a realidade desses elementos e, nele, é onde podemos vislumbrar as nuances e diferenças que constituem as relações sociais.

Esta pesquisa procurou privilegiar uma abordagem do cotidiano de jovens em um bairro da cidade de Campina Grande, na Paraíba: o Pedregal. A etnografia foi escolhida para o seu desenvolvimento, por compreender uma dimensão de realidade da vida cotidiana (BERGER; LUCKMANN, 2004) dos sujeitos da pesquisa. Acreditamos, nesse sentido, que a perspectiva etnográfica possibilita o afastamento de possíveis essencializações no entendimento de um *ethos* juvenil, descortinando e explicando lugares-comuns no que diz respeito aos jovens, às periferias e às sociabilidades visualizadas nesse contexto.

O nosso objetivo foi demonstrar as tessituras do espaço abordado pelos seus atores sociais, destacando elementos que nos auxiliaram na composição dessa etnografia, tais como circuito, juventude, espaço urbano e sociabilidade. Procuramos, para tanto, destacar momentos e espaços que os sujeitos da pesquisa apontaram no decorrer das incursões.

A escolha por este tema passa por uma preocupação em enxergar determinada dimensão da vida da população do Pedregal constantemente negligenciada não só pela mídia de um modo geral, mas também pelos estudos acadêmicos, até este momento. Além do mais, uma reflexão sobre a juventude também é ressaltada aqui no sentido de gerar um debate sobre essa palavra ou categoria, de modo que buscamos demonstrar a pertinência de uma compreensão a partir de um prisma etnográfico.

Nesse sentido, observamos os pensamentos de autores como Pais (1990) e Magnani (2007), que nos convidam a fazer no sentido de desenvolver pesquisas de cunho empírico, atentando para a análise da juventude enquanto categoria a ser compreendida etnograficamente. Para analisar como os jovens se articulam en-

tre si, enfatizando não necessariamente a categoria que busca um denominador comum da condição de “jovem”, mas como aqueles se inserem e se comportam na paisagem urbana, Magnani (2007) sugere uma abordagem na qual a etnografia pode nos auxiliar a apreender justamente o plano das experiências, percepções e sociabilidades dentro de um circuito – categoria esta que engloba outras, como trajeto, pedaço, mancha e pórtico - isto é, os espaços por onde os jovens circulam e estabelecem sociabilidades.

Elegendo, portanto, como ponto de partida, o entendimento criticado por Pais (1990) de uma juventude homogênea, balizada precisamente em uma ou outra *doxa* dominante que leve em conta tão somente a faixa etária ou procure apenas um denominador comum entre os diversos comportamentos escorados em estilos de vida ou classes sociais, é que busco desenvolver a presente pesquisa.

Este trabalho desenvolve-se a partir de um estudo dos espaços por onde os indivíduos circulam e estabelecem redes de sociabilidades, usando a categoria de circuitos proposta por Magnani (2007) e procurando identificar como e em que medida esses sujeitos interagem dentro de grupos, e estes com outros grupos, produzindo, (res)significando os espaços urbanos e construindo a si mesmos, através dessas interações. A denominação “circuito de jovens” é proposta por Magnani (2007) a fim de privilegiar a inserção desses indivíduos na paisagem urbana por meio da etnografia dos espaços por onde eles circulam, como já foi destacado, além de permitir uma abordagem de recortes não restritos, possibilitando a construção de totalidades analíticas mais consistentes e coerentes com os objetos em análise.

Para a consecução deste trabalho, a opção pela etnografia possibilitou um aprofundamento no entendimento do cotidiano

dos jovens no Pedregal. Para tanto, realizei incursões em campo em dias e horários diferentes durante a semana, além de entrevistas a fim de compreender as percepções dos jovens sobre o bairro, sobre o lazer e as sociabilidades por eles vivenciadas.

RECONHECENDO O CENÁRIO

São três os diferentes pontos de ônibus nos quais mais se costuma descer no Pedregal. Um em frente à Assembleia de Deus, outro na Rua São Vicente, próximo ao Mercadinho, e outro na Rua Santa Luzia. O ônibus 055, que passa por esta última, atravessa uma considerável parte do bairro, o que permite visualizar um pouco das suas geografia e dinâmica social. Principalmente no fim da tarde e começo da noite, há crianças brincando nas ruas, mães com bebês passeando, jovens e idosos conversando e jogando dominó ou baralho nas calçadas. Carroças com burros dividem as mesmas ruas com carros e motos, algumas pessoas chegam do trabalho, outras estão a caminho. Jovens voltam das aulas conversando e soltando gargalhadas e piadas com conhecidos que encontram no trajeto. Combinam de se encontrar mais tarde: “Ei, mulher, tu *vai lá pra* calçada mais tarde *né?* Tu vai, *visse?*”.

As casas, em sua maioria, são simples e muitas delas possuem um segundo andar que, pela aparência, deve ter sido construído há não muito tempo. Algumas pessoas adentram o espaço que dá para o canal: um esgoto a céu aberto onde existem muitas casas em suas encostas e onde pequenas pontes são improvisadas com portas de madeira antigas e pedaços de pau. Em meio ao lixo e aos destroços amontoados em determinados espaços, paredes coloridas pelos grafites dão um ar lúdico ao cinza e marrom pre-

dominantes ali. A falta de habilidade que um estranho que visita nas primeiras vezes o bairro tem para descer e subir as ladeiras cheias de pedra é contrastada com a rapidez que os moradores dali possuem ao atravessá-las.

O agradável ar de fim de tarde era propício a passeios e brincadeiras pelas ruas, o céu tingia-se de tons pastéis e fluorescentes e servia de pano de fundo para as pipas que adultos, jovens e crianças empinavam na linha do trem. A poesia de tensões e contrastes é tecida pelas paisagens e pelos atores do Pedregal.

O bairro do Pedregal encontra-se localizado na zona oeste de Campina Grande e nasceu por meio de uma ocupação. Possui esse nome, segundo as pessoas entrevistadas e que moram desde o início no bairro, em virtude da grande quantidade de pedras presentes no relevo desse espaço na época de sua constituição enquanto espaço de moradia. Esse bairro, juntamente com o da Cachoeira e do Jeremias eram, até os anos de 1979, as três periferias de maior expressão na cidade de Campina Grande (SOUZA, 2013, p. 98). Hoje, o Pedregal é considerada a maior “favela”, nos termos do IBGE, em população, do estado da Paraíba.

Ademais, a respeito do senso comum, é notória a bagagem de preconceitos a respeito das periferias repercutida na mídia, no mercado de trabalho e nas políticas de segurança pública. Muitos moradores do Pedregal, por exemplo, afirmaram que, quando mencionam o bairro onde moram, lhes é negado trabalho, como observa Souza (2010). Esse aspecto em relação ao trabalho, em algumas entrevistas que realizei, também foi assinalado por meus interlocutores, como é o caso de Nádia:

Ah, quando a gente diz que é do Pedregal, a gente vê logo o olhar torto do povo. É ruim até *pra* conseguir emprego. Não sei porquê, isso é coisa de gente que não conhece mesmo o bairro. Tem violência? Tem, como todo bairro tem. Mas é uma briga deles dois [das duas gangues]. Nem todo mundo que mora aqui é envolvido com isso, aliás, a maioria não é.

Em situações de “paquera”, meus interlocutores também afirmaram que o fator bairro afeta no desenrolar dos flertes. Segundo eles, ao conhecerem alguma pessoa em uma situação fora do Pedregal e informarem o bairro onde residem, dizem ter sentido uma resistência por causa desse fato, mesmo a outra pessoa residindo, muitas vezes, em bairros também periféricos da cidade.

Nos jornais, a publicização de um caráter negativo relacionado ao bairro em questão também não é muito difícil de ser notado. Basta uma rápida verificação na plataforma do YouTube, que iremos encontrar facilmente uma diversidade de notícias veiculadas por jornais locais ligadas a violência, drogas e intervenção policial.

A sensação de insegurança é verificada em diversos bairros da cidade, conforme nos mostra o Mapeamento da Violência Urbana em Campina Grande realizado em 2010 por Santos e Souza Júnior (2012). Tal estudo apontou, de acordo com levantamento de dados nos órgãos de segurança pública e pesquisas desenvolvidas junto aos moradores de Campina Grande, que o Pedregal se encontra como um dos mais citados enquanto bairro considerado perigoso.

Para a maior parte dos jovens que entrevistamos, o Pedregal não é um bairro perigoso, sendo um local onde se pode transitar tranquilamente, conversar nas calçadas, brincar na rua. Os relatos que me fizeram sobre violência estavam relacionados ao embate

entre a polícia e as duas principais gangues do bairro, quando, em algumas situações, existem confrontos e o maior medo da população se dá em razão das balas perdidas. Nádia me relata sua experiência de crescer no Pedregal e morar um tempo fora do bairro:

Eu moro aqui desde pequenininha, ai quando casei fui morar em outros bairros... Olhe, eu só pensava em voltar *pra* cá. Graças a Deus, voltei, moro perto da minha família, dos meus amigos de infância, aqui tem escola *pra* minha filha, que ano que vem, entra; mercado, salão, tem tudo, eu amo o Pedregal, viu...

Como se vê, os jovens moradores do Pedregal têm consciência dos aspectos problemáticos do bairro, mas também consideram fortemente os aspectos positivos. Apesar de notar alguns pontos em comuns nas falas dos interlocutores, determinadas experiências não se repetem para todos, como me fala Márcio:

Eu nunca sofri preconceito por ser do Pedregal, não. Tenho vários amigos de vários bairros e, quando chego atrás de emprego e digo que sou daqui, ninguém nunca me barrou ou fez uma cara feia, não. Pode até ter um caso ou outro de outra pessoa aí...mas comigo não.

Ora, se é possível observar a gama de ideias que comumente é atrelada aos jovens, enquadrando-os como seres “rebeldes”, “perigosos” ou transgressores, muitas vezes caindo em categorias reducionistas não só em outras áreas do conhecimento, mas dentro da própria sociologia, visualizar, então, esses indivíduos ligados à periferia – que também é alvo de estigmas, de identidades que devem ser evitadas pela sociedade por estarem supostamente ligadas a

algo negativo - com os olhos do senso comum, parece tornar ainda mais cruel essa relação para ambos os polos envolvidos.

Pensar os jovens moradores da periferia é pensar os lugares sociais que estes indivíduos ocupam e também refletir acerca da relação do espaço com a cidade como um todo, inclusive no que concerne a uma dimensão de disputas variadas.

No caso do Pedregal, é possível ver uma organização política de aspectos mais tradicionais, como a Sociedade dos Amigos do Bairro, a SAB, que promove cursos de arte, dança, artes marciais, por exemplo, além de buscar auxílio em diversos setores para os moradores do bairro, como alimentação. Também visualiza-se a emergência de novos atores sociais, como a Kainus (uma ONG ligada à Igreja Evangélica), cuja sede se encontra no bairro do Santa Rosa, mas que constantemente realiza parcerias com líderes comunitários do Pedregal e promove atividades para crianças e adolescentes; assim como artistas do bairro que se mobilizam para realizar atividades culturais, como o Muda Pedregal e shows abertos ao público, financiados com ajuda de parceiros artísticos e moradores do bairro.

Dessa forma, é importante notar que, a despeito da falta de investimento estatal, sobretudo no que diz respeito aos espaços públicos e de lazer no bairro do Pedregal, não falta criatividade da sua população em ocupar e ressignificar os espaços. A linha do trem, por exemplo, é um lugar muito aproveitado por jovens para soltar pipa devido à sua elevação no relevo e também para ver os jogos de futebol que acontecem no terreno que serve de campinho ao lado. Muitas crianças e adolescentes estão, todas as tardes, nesse lugar desfrutando de momentos de lazer e diversão.

Diante desse espaço plural e rico em interações sociais, com uma viva dinâmica jovem, percebeu-se a pertinência de aprofundar o conhecimento acerca da relação desse espaço e dos seus atores sociais. A fim de estudar os jovens na perspectiva por nós apresentada neste trabalho, acreditamos que considerar a ideia de indivíduo e sociedade em conjunto, isto é, sem desvincular essas duas categorias, é de fundamental importância, em virtude de a nossa análise se desenvolver em cima das interações sociais observadas nos circuitos urbanos, levando em conta a relação mútua dos indivíduos e destes com os espaços e equipamentos urbanos. Nesse sentido, é que poderíamos refletir a etnografia como uma inter-relação entre pesquisador e pesquisado.

OS JOVENS E O PEDREGAL

Depois de jantar, Suzana, 14 anos, toma banho, se arruma, bota um batom e avisa a sua mãe que está saindo para andar com as meninas. Encontra uma amiga na sua rua, perto do supermercado, desce uma grande ladeira até chegar na rua principal, a Rua São Vicente, e encontra outra amiga na frente de um mercadinho. De lá, passam na frente da igreja, dobram à esquerda, descem uma longa ladeira novamente, viram à esquerda, passam na frente do bar do Carlão, chegam novamente à rua onde Suzana mora e seguem uma considerável caminhada para o lado do bairro onde fica o Colégio Monte Carmelo. No caminho, elas vão encontrando vários amigos, na sua maioria, meninos, e já vão perguntando por outros conhecidos. Começam a surgir os grupinhos de amigos, sentados nas calçadas, conversando, rindo, paquerando com outras meninas que passam, mexendo no celular, ouvindo música e inte-

ragindo com outros conhecidos que passam em cima das motos, principalmente nas chamadas “cinquentinhas”.

É sábado à noite e, apesar de terem hora certa para voltar, Suzana e suas amigas curtem bastante os passeios, afinal, o clima do bairro é atrativo, animado, a cada rua que se passa, uma música diferente, pessoas passeando para todos os lados, as calçadas ocupadas com famílias, crianças, adultos que tomam uma cervejinha em meio à quente noite de verão e, sobretudo, muitos jovens. As lanchonetes recebem pessoas de outros bairros também, a exemplo de Jeremias, Bodocongó e Centro. Os preços são em conta e os lanches generosos. A Pastelaria da Nega, que fica numa rua paralela à Rua São Vicente – uma das principais do Pedregal no que se refere à oferta de serviços nos turnos do dia e da noite – é lotada, o atendente tem dificuldade de decorar tantos pedidos, especialmente por ser sábado, dia em que o movimento está a mil.

Na Rua São Vicente, existe uma esquina onde, durante a noite, uma tenda abriga várias pessoas que vão comer espetinho. O ônibus que faz a linha do Pedregal tem uma parada cerca de 100 metros depois, mas para antes, na esquina. Da janela do ônibus, o motorista pede um espetinho de frango com bacon. “É *pra* já, *moral*”, responde o vendedor. Conversam muito rapidamente e dão a entender que é uma prática habitual (de fato, é, como pude constatar outras vezes). O ônibus segue seu trajeto.

O GigaBar, quase em frente ao espetinho, também é referência no Pedregal e ponto de encontro das pessoas que vão beber, comer um tira-gosto e conversar. Funciona todos os dias, mas é aos fins de semana que o movimento “bomba” de verdade, abarcando jovens, adultos e idosos de diversos bairros da cidade.

Alguns poucos carros estacionam nessa rua e abrem suas malas para tocar música. Suzana e Ingrid contam que, há alguns anos, a rua era muito mais movimentada, tendo sempre os chamados Muvucões, quando vários carros de som tocavam forró, *rap*, suingueira e principalmente *funk*. As pessoas dançavam, bebiam e curtiam muito. Até que alguns desentendimentos em relação ao barulho e às brigas faziam com que a Polícia entrasse constantemente em conflito com algumas pessoas, resultando na diminuição da frequência desses eventos. No período de término de feitura deste trabalho, entre os meses de dezembro e janeiro, os Muvucões tornaram a acontecer no bairro, em virtude de um acordo de paz entre duas gangues rivais. Essa trégua também mobilizou uma “caminhada da paz” encabeçada por alguns líderes comunitários, no dia 07 de janeiro de 2015, para comemorar a “nova fase” que o Pedregal vive.

A Rua Santa Luzia, assim como a Rua São Vicente, é outra bem frequentada e possui uma ampla rede de serviços. Os barzinhos e lanchonetes são movimentados e também é possível visualizar muitas pessoas nas calçadas conversando ou jogando dominó, por exemplo. Uma boa rota para conhecer um pouco a dinâmica do Pedregal é pegar o ônibus 055, vindo do Centro, que atravessa uma parte considerável do bairro.

Muito jovens andam a essa hora no bairro, falando com conhecidos que passam por eles, brincando entre si, rindo e fazendo piadas enquanto empinam as motos. Nesse momento, Suzana diz entusiasmada “*Vamo* na outra rua que os meninos *tão* passando por lá!” e Ana se opõe: “Ah, não, quero ir *pra* lá não, aqui *tá* mais animado”. Suzana insiste e caminhamos até lá. Essa outra rua é uma paralela à Santa Luzia: é a São Francisco, que possui menos bares

e lanchonetes, mas também é uma rua movimentada com muitas pessoas conversando nas calçadas. Alguns jovens estão reunidos na frente das casas e os meninos que antes passeavam de moto na Rua Santa Luzia, de fato, estão lá.

Quando chegamos lá, Suzana e Milena falam com alguns meninos, “tiram onda” com o corte de cabelo de um deles e riem dos olhares curiosos para a minha presença novata por ali. Um dos meninos diz “Oxi... apresente as amigas aí”. Suzana me apresenta e ele me pergunta de onde sou e digo que moro no Centro. “Ah, pode crer, pois seja bem-vinda”, ele me responde. Percebo que muitos deles mexem em seus *smartphones*, outros meninos vêm de moto ao encontro dos demais, trocam uma rápida ideia com os que estão parados na calçada e voltam a passear.

O horário avança, já é por volta das 21h, e as meninas decidem passar novamente pela rua do Pastel da Nega, pois segundo Milena, a essa hora os meninos que se encontram naquela rua estão mais concentrados na frente da casa de um deles. No caminho, encontramos com outra amiga das meninas, que nos acompanha. Quando chegamos lá, a rua tinha muitas motos de clientes da pastelaria e também de alguns meninos que estavam reunidos nas calçadas da rua. Éramos seis e Suzana disse para Ana e Ingrid se alinharem com o restante de nós para formar uma espécie de “parede” de meninas e fechar a rua. Pergunto o porquê disso e ela me responde em meio a risadas: “*Pra* quando vier alguém de moto ou carro, parar e olhar *pra* gente. É *pra* se amostrar mesmo. Quando a gente *tá* andando de grupo, a gente faz isso, fecha a rua enquanto anda”.

Essa é uma parte do cenário que é possível identificar no Pedregal. São pontos de encontro fáceis de encontrar com uma

caminhada relativamente rápida. O cenário, aqui, é entendido não como mero conjunto de espaços físicos, mas observado sob a ótica de uma relação destes com os seus atores sociais. Conforme esclarece Magnani (2008):

Delimitar o cenário significa identificar marcos, reconhecer divisas, anotar pontos de intersecção – a partir não apenas da presença ou ausência de equipamentos e estruturas físicas, mas desses elementos em relação com a prática cotidiana daqueles que de uma forma ou outra usam o espaço: os atores. (Ibidem, p. 38).

Os atores ocupam e significam os espaços. Os sujeitos que moram no Pedregal, mas também aqueles que frequentam o bairro, são capazes de reconhecer uma gramática espacial – e também temporal da dinâmica existente ali. A esquina da Rua São Vicente, por exemplo, durante o dia, não é sempre ocupada e, a um primeiro olhar, pode ser que sugira que não há nada ali, além de uma estrutura física que bifurca numa determinada rua. À noite, entretanto, ela ganha mesinhas, cadeiras, uma tenda e diversas pessoas que vão à procura de saborear o espetinho.

Assim também acontece com muitas residências ao longo do bairro: durante a noite, é possível sentir aromas escapando por entre as janelas de muitas casas que, no período do dia, novamente a uma presença desconhecida, podem não representar pontos de encontro, lazer e consumo. Muitos moradores do Pedregal trabalham de dia e, à noite ou nos finais de semana, vendem lanches, como salgados, sanduíches, cachorro-quente e espetinho, para complementar a renda, transformando e adaptando pequenos espaços de suas casas em lanchonetes.

ALGUNS TRAÇOS DA PESQUISA DE CAMPO

A categoria que nos auxiliou a traçar alguns caminhos para o presente estudo é a de circuito, de forma que este, para Magnani (1996:45), “une estabelecimentos, espaços e equipamentos caracterizados pelo exercício de determinada prática ou oferta de determinado serviço, porém não contíguos na paisagem urbana, sendo reconhecidos em sua totalidade apenas pelos usuários”. Nessa dinâmica, então, é proposto o estudo da articulação entre os comportamentos e os espaços (tomando como ponto de partida os lugares onde são observadas determinadas práticas, por exemplo, “em casa” *versus* “fora de casa”), instituições e equipamentos urbanos, como ponto de ônibus, telefone público, armazém, farmácia, quadra de esportes etc, quando disponíveis. O circuito ainda é tecido por outras categorias como trajeto, pedaço, mancha e pór-tico, que também foram de grande utilidade no delineamento da pesquisa de campo.

Dessa forma, Magnani (2007) realiza diversos estudos sobre jovens e seus circuitos, ressaltando, porém, que a pauta prioritária não remete primordialmente ao consumo e aos estilos de expressão ligados à questão geracional (que é a ênfase da noção de *culturas juvenis*), bem como não procura priorizar as ideias de fragmentação e nomadismo (ideias que se relacionam à teoria das *tribos urbanas*). Sua maior pretensão é analisar os espaços por onde circulam os atores, observando suas especificidades e também o seu espaço de interação, espaço este que não se reduz a mero cenário e, sim, a um produto da prática social acumulada desses agentes, bem como fonte de suas práticas.

Destaque-se, então, uma análise de dois segmentos: a juventude e os espaços urbanos. Para tanto, no caso do presente estudo, seguimos os atores sociais a fim de compreendermos, de perto e de dentro, a dinâmica dos jovens no Pedregal. Ressalto que privilegiei uma dimensão ligada ao lazer, sobretudo observando os usos dos espaços no bairro, as significações dadas por seus atores e as sociabilidades ali desenvolvidas. Dessa forma, o objetivo foi reconhecer os jovens em sua gama de interações entre si, com outros grupos, com os espaços urbanos e como eles utilizam e o (res)significam, constatando, assim, possíveis elementos que nos apontem para a construção e os desdobramentos de juventudes no bairro em questão.

Em meio a esse mundo heterogêneo de experiências dos indivíduos entre si e com os espaços urbanos, busca-se, assim, identificar as regularidades no uso do espaço urbano e dos comportamentos que são verificados ali. O segmento que nos interessa, para tanto, é o dos jovens. Magnani (2007) destaca que a base dos seus estudos sobre sociabilidades urbanas encontra-se na reflexão sobre a necessidade de se recortar e diferenciar uma antropologia urbana no interior da expressão “antropologia das sociedades complexas”.

A ideia era levar em conta tanto os atores com suas especificidades quanto o espaço com o qual interagem – mas não na qualidade de mero cenário e sim como produto da prática acumulada desses agentes, e também como fator de determinação de suas práticas, constituindo, assim, a garantia (visível, pública) de sua inserção no espaço. (p. 19).

Dessa forma, esse autor destaca a cidade como de grande relevância no sentido de compreender que suas dimensões, seja no

uso, nas formas de mobilidade e diversidade de pontos de encontro, oportunidades de trabalho, estudo, etc., vão apontar campos de trocas que se delineiam em maior ou menor grau. Esses elementos constroem e marcam identidades que são admitidas por aqueles que estão inseridos em determinada dinâmica e apresentadas para os que ali não estão. Então, “identificar os pedaços, os circuitos, os trajetos que constituem diversas modulações ou gradações do espaço público onde se pode constituir a construção de múltiplas identidades” (MAGNANI, 2009, p. 20) faz-se relevante para a presente pesquisa, no sentido de apreender as tessituras das juventudes no Pedregal.

Como foi ressaltado, a categoria de circuito, sendo a mais ampla, engloba outras categorias como a de trajeto, pedaço, mancha e pórtico, além de abrir caminhos para a constatação de outras. Essas categorias são importantes porque possibilitam visualizar com mais amplitude as relações sociais dos jovens, apontando para a construção de juventudes em determinados pedaços da cidade.

A categoria de trajeto permite uma condução do observador aos diversos deslocamentos por outros pedaços da cidade, além de encarar o objeto de estudo de forma mais aberta, fugindo da ideia de que este se constitua como unidade fechada e autocentrada (MAGNANI, 2000). Um lugar onde pude encontrar algumas vezes os jovens do bairro foi no Parque da Criança, no qual eles se encontravam com amigos de outros bairros e sentavam na grama e nas mesinhas para lanchar, conversar e aproveitar o cenário arborizado do local para tirar algumas fotos.

A abertura que possibilita os trajetos para lugares além do bairro desdobra-se na ideia da mancha. Um exemplo que podemos tomar é o das igrejas no Pedregal: estas recebem pessoas também de

outros bairros que marcam reuniões em outros lugares da cidade, o que agrega uma diversidade de moradores de outras localidades, mas direcionados a um ponto comum da cidade a fim de fazer uso de um determinado local ou equipamento que não é oferecido (ou não é interessante para eles) dentro do próprio Pedregal. Essa abertura que a mancha apresenta recai, portanto, em outras lógicas que nem sempre são observadas em determinado pedaço, de forma que sua base física é mais ampla e abarca, assim, grupos e indivíduos que vêm de diversas localidades.

O pedaço serve como “ponto de referência para distinguir determinado grupo de frequentadores como pertencentes a uma rede de relações” (MAGNANI, 1996, p. 13). Nesse espaço, podemos perceber a constituição do cotidiano, o “resultado de práticas coletivas (entre as quais de lazer) e condição para o seu exercício e fruição” (*Ibidem*,). Na condição de pesquisadores e “estrangeiros”, no Pedregal, sentimos com facilidade o que é não pertencer ao pedaço: as pessoas olhavam-nos, cochichavam e as mais desinibidas puxavam papo para perguntar quem nós éramos.

O Pedregal também é ponto dos trajetos de jovens que vêm de outros bairros, como Bodocongó, Jeremias e Centenário. Principalmente os meninos encontram-se em determinadas ruas do bairro ou em lotes que servem de campinho para os famosos rachas ou peladas. Um desses campinhos e o que pudemos perceber mais regularidade na movimentação dos jovens fica situado ao lado da linha do trem, bem próximo ao bairro de Bodocongó. Esse local é ocupado durante o dia por jovens que aproveitam a altitude elevada do espaço para soltar pipas, além de conversar e assistir aos jogos de futebol; já durante a noite, a linha do trem e o campinho figuram como pórticos, isto é, lugares de passagem, com raro movimento.

A lógica temporal é constatada aqui como fator de ressignificação de um espaço por seus atores sociais: o espaço que é pórtico à noite, de dia é um pedaço extremamente ocupado e significado.

Jovens evangélicos, como observado na presente pesquisa, ativos nos eventos da sua igreja como cantores de *rap* e evangelizadores, participam também de eventos musicais de *hip-hop* nas periferias da cidade, onde nem sempre compartilham de todos os comportamentos e ideias de outras pessoas que também frequentam o espaço, estão presentes igualmente em manifestações políticas e se organizam nas redes sociais a fim de promover sua música, e estabelecem parcerias com músicos de outros gêneros musicais para reforçar uma rede de artistas independentes.

As categorias são atravessadas umas pelas outras, de modo que nem sempre é uma tarefa fácil estabelecer um recorte muito restrito de práticas e atores sociais. No entanto, esses espaços, à medida que são compreendidos, devem abrir caminhos justamente para a apreensão de uma dinâmica maior em que há entrelaçamentos. No caso do Pedregal, nós temos um espaço rico em diversidade de práticas e atores: os jovens figuram uma interessante rede de sociabilidades.

Nas incursões, fomos percebendo práticas recorrentes dentro do grupo com o qual trabalhamos. As meninas gostavam de ficar nas calçadas e de passear nas ruas, a maioria a pé. Os meninos também ficavam nas calçadas, mas quando passeavam, preferiam estar sobre duas rodas, apontando um aspecto de poder relacionado à posse desses veículos. As casas que os jovens escolhiam como ponto de encontro, entre as várias dos moradores dos grupos, geralmente eram aquelas que possuíam sinal de rede Wi-Fi. A padaria e o supermercado da Rua Santa Luzia, principalmente à noite,

que estavam fechados, também serviam de ponto de encontro dos jovens para aproveitar o sinal de internet.

Nessas calçadas, que ficam nas imediações principalmente das ruas São Vicente, Santa Luzia e São Francisco, os jovens batem papo “face a face” e também pelo celular, nos aplicativos do WhatsApp e Facebook; compartilham entre si músicas e vídeos e, algumas vezes, bebem cerveja, cachaça ou energético. Os grupos mais fixos nessas reuniões são compostos em sua maioria por meninos. A presença das meninas também é visualizada, entretanto, é mais comum que elas estejam caminhando a pé, passando na casa de uma ou outra amiga, observando a trama que constitui diariamente o cotidiano do bairro. Os meninos, na sua grande maioria, passeiam pelas mesmas ruas que as meninas e também param nas calçadas onde os jovens se reúnem.

É interessante notar que esses encontros nas calçadas promovem sociabilidades, ditas no sentido mais “concreto” do “cara a cara”, mas também acontecem em virtude da internet. Há um entrelaçamento de redes, se pensarmos os relacionamentos “visíveis” e os “invisíveis” naquele momento imediato, cada qual conectado com sua rede virtual de amigos e conhecidos. Percebe-se, assim, que apesar dos jovens estarem inseridos em uma lógica mais tradicional de ocupar as calçadas e interagirem nesses espaços, eles também incorporam práticas comuns dos tempos atuais. Uma não exclui a outra.

“Bom mesmo era quando tinha Muvucão”, me diz Nádia explicando-me que esse evento era uma grande reunião de carros de som e de pessoas que bebiam e dançavam, principalmente *funk*, na Rua São Vicente. “Era tanta gente que você não dava conta de passar. Vinha gente de todo bairro que você pensar aí. Ave Maria, era bom demais, só tu vendo”. Durante a pesquisa, não presenciei

nenhum Muvucão; talvez o que mais tenha se aproximado deste foi um show promovido por alguns artistas do bairro, quando pude perceber alguns carros de som e muitas pessoas. Mas não estava tão animado quanto o Muvucão, não estava “bombando”, segundo Nádia. Por causa do barulho dos sons e de brigas, o Muvucão parou de acontecer por um tempo; em janeiro de 2016, eles começaram a ocorrer novamente em virtude de uma “nova fase” vivida pelo Pedregal, consequência do acordo de paz entre os grupos rivais citados anteriormente.

Nessas caminhadas, conversas de calçada e passeios de moto, percebemos uma troca constante de brincadeiras e piadas entre os conhecidos, muitos “moídos” – o jogo da paquera e da sedução entre os jovens, que não se encontra dentro de uma lógica de formalidade, mas sobretudo de brincadeira, tornando esse tipo de relação uma prática leve e divertida entre eles. Esses “moídos” são flertes que despertam risos e pequenos constrangimentos e que tiram os jovens de suas casas. “Oi, princesa, como você está?”, pergunta um conhecido de Milena que passa de moto ao lado dela. “Tô aqui andando, tá vendo não?”, ela responde prontamente. O outro menino que estava na garupa da moto fala: “Eita, *porra!* Valeu!”. Todos saem gargalhando e Suzana, em tom de explicação, nos explica: “Tá vendo, é bom demais essa resenha. O bom mesmo é essa arriação!”.

Aos poucos, fomos percebendo o que os jovens com os quais tivemos contato tentavam nos apresentar: o circuito da “resenha”, da “arriação” - da diversão e dos flertes que estavam nas calçadas, nas redes sociais, nas motos e nas caminhadas, simultaneamente. Esses espaços permitem-nos reconhecer tais práticas e, assim, o cotidiano dos jovens que se inserem nessas redes de socia-

bilidade. O que essa perspectiva agrega ao estudo das juventudes está no fato de possibilitar uma compreensão desses indivíduos na trama que tece o seu dia a dia.

“O BOM É A ARRIAÇÃO” – SOCIABILIDADES DOS JOVENS NO PEDREGAL

A definição do conceito de sociabilidade passa por tensões entre várias compreensões possíveis, sobretudo no sentido de sintetizar as tradições sociológicas e antropológicas. Frúgoli Jr. (2007) busca, em sua obra *Sociabilidade urbana*, amenizar, ou melhor, tornar mais claro esse processo diverso de conceituações, mostrando-nos a trajetória dos estudos sobre sociabilidade urbana.

O autor destaca como um importante ponto de partida a obra de Simmel, na qual as ideias de cidade moderna e sociabilidade são privilegiadas a fim de traçar uma análise da sociedade que tem a ver com o contexto sócio-histórico que o sociólogo alemão vivia. Para Simmel, dentro da organização delineada pela experiência humana – isto é, a sociedade – ocorrem, entre os indivíduos, trocas e interações que vão particularizando os processos de associação. Vandenberghe, segundo Frúgoli Jr. (*Idem*), classifica o pensamento simmeliano como “relacionismo ontológico”, em que nem sociedade nem indivíduo são reais, a não ser por suas implicações recíprocas.

Dessa forma, o conceito de sociabilidade é criado por Simmel, sendo retomado pela Escola de Chicago e relido por outras disciplinas, especialmente pela antropologia, que dá sua contribuição à discussão a partir de uma perspectiva etnográfica, já que lida com as pessoas por meio da própria interação e descreve regras e princípios constitutivos das relações cotidianas.

Frúgoli Jr. (*Idem*) fecha seu trabalho considerando que, segundo o entendimento de Simmel, deve haver uma problematização do conceito de sociedade num plano holístico e supra-individual; e aponta, ainda, que a ênfase no indivíduo não atomiza essa discussão, mas sim procura destacar uma preocupação com o aspecto relacional e situacional que os arranjos interacionais possuem na própria criação e dissolução dos vínculos sociais.

Dessa forma, percebemos que a contribuição da antropologia ao debate sobre sociabilidade enriquece-o no sentido de proporcionar uma reflexão a partir de um viés etnográfico, possibilitando uma abertura importante à análise por meio da interação com os indivíduos e observando como as relações se constituem, edificam ou dissolvem outras sociabilidades.

Quando o termo “arriação” foi apresentado por nossos interlocutores, procuramos compreender o que, de fato, significava essa expressão. Perguntamos o que eles entendiam por “arriação” e muitos davam exemplos diversos que constituíam essa prática coletiva.

Ah, a arriação é sair fazendo piada. Subir na moto com os meninos e ficar tirando onda, dançando, gritando...

É resenhar com as meninas, passar e tirar onda, elas respondem, dão um fora às vezes, aí o amigo tira onda com você.

Sabe quando é bom mesmo a arriação? Ah, minha filha, é em época de eleição! Minha amiga, o bairro inteiro fica bom demais, a gente fica o dia todinho na rua olhando os moídos, morrendo de rir, tem briga, confusão, cada coisa engraçada... tem muita música também, festa na rua, a gente vai dançar, curtir...

À medida que fomos etnografando durante a pesquisa, pudemos apreender em certa medida o que é a arriação: trata-se de uma prática que, na maioria das vezes, está ligada a um momento de diversão, sobretudo entre os jovens, e que envolve, por meio de paqueras e piadas, eventos de aproximação, mas também de distanciamento.

Através da arriação, meninos e meninas se aproximam, fazem amizades e paqueram. Dirigem uma piada, uma brincadeira, ao outro e, por vezes, são correspondidos com outras piadas, risadas e frases que indicam uma abertura ou não. Por vezes, essas brincadeiras também ultrapassam os limites aceitos por alguns indivíduos ou grupos, que rebatem com piadas e frases mais “pesadas”, podendo gerar alguns conflitos.

É comum, por exemplo, que uma pessoa do mesmo grupo se envolva com um ex-namorado ou alguém com quem alguém do grupo já se envolveu afetivamente. Essa situação geralmente está imersa na prática da arriação, não havendo em todos os casos confronto por isso. Entretanto, em algumas ocasiões, a arriação gera conflitos que distanciam os membros do grupo. Um caso para ilustrar o que coloco aqui se deu em um evento quando uma das meninas havia ficado com um ex-namorado de uma amiga e esta ficou um pouco chateada e chamou a amiga de “fura olho”. A amiga rebateu juntamente com outros jovens fazendo piadas sobre outros casos afetivos que a menina tivera, chegando a encenar uma espécie de “jornal” no qual os jovens relatavam esses casos. Essa situação fez com que a menina se afastasse de alguns amigos por entender que a arriação havia passado dos limites, sentindo-se exposta não só dentro do seu grupo de amizades, mas também nos outros grupos do colégio onde estudava.

Era dia de um show na Rua São Vicente, e Suzana nos mostrou um menino de camisa branca que passava na outra calçada:

- *Tá* vendo aquele menino ali de blusa branca de manga comprida?
- Sim
- Foi lá em casa dia desses *pra* me conhecer
- E como foi isso?
- Ah, ele chegou lá com um amigo meu e disse que queria me conhecer.
- E vocês conversaram?
- *Nam*, ele é mole demais. Tu vai ver, ele vai passar aqui na frente e vai passar direto. Ô bicho mole, viu.
- Mole por quê? Envergonhado, é?
- É, sem atitude, sei lá...

Suzana depois nos explicou melhor essa ocasião em que o menino foi conhecê-la em sua casa. Disse-nos que eles se conheciam de vista, dos passeios pelas ruas do bairro e que ele, às vezes, estava com uns amigos seus e ficou interessado por ela, então tentou estabelecer um contato, mas “não deu em nada”. Esse conhecer, explicou-me, é uma espécie de rápida conversa, em que, se houver uma simpatia, uma afinidade, abre-se a possibilidade de ter um relacionamento físico e afetivo. Em meio a esses esclarecimentos, ela recordou uma situação em que caminhávamos no Pedregal e perguntou se eu lembrava de um grupo de meninos em uma determinada rua, onde ela e Ana pararam para falar com um menino.

Quando afirmei, ela disse que esse menino que foi conhecê-la estava nesse grupo, naquele dia.

Em outra incursão, Ingrid viu um menino e disfarçou, baixando a cabeça. Depois nos perguntou se passar, o que respondemos afirmativamente. Ela diz que ele sempre a vê em determinada rua, fica olhando e sorrindo para ela, o que desperta seu embaraço. Esse menino, depois de alguns flertes, adicionou-a no Facebook e mandou um recado no bate-papo dizendo que ele é o menino que sempre olha para ela naquela determinada rua. Ingrid disse que não respondeu e não aceitou a solicitação de amizade do menino. Perguntada sobre o porquê, ela falou que não estava interessada e que já estava paquerando outro menino que conheceu na escola.

Essa prática de caminhar pelo bairro é muito comum entre os jovens que pesquisei, sobretudo entre as meninas. Os meninos também passeiam pelas ruas, entretanto, é mais frequente que eles estejam em motocicletas, parando para conversar com os amigos em determinados pontos, como bares, lanchonetes mas principalmente nas calçadas das casas de algumas das pessoas dos grupos em que se reúnem. Os encontros fortuitos ou mesmo os premeditados são cheios de galanteios, piadinhas, sorrisos, olhares e comentários ao pé do ouvido entre os amigos. As meninas andam de braços dados e saem em tom exploratório pelo bairro, cientes de códigos que são desdobrados na lógica do flerte – um jogo de sedução e, sobretudo, de diversão.

Azevedo (1978), ao fazer um estudo sobre o noivado e o casamento no Brasil, mostra práticas corriqueiras que aconteciam nos encontros entre jovens na primeira metade do século XX. Essas práticas promoviam os flertes (aportuguesamento da palavra francesa *flirt*) e conseqüentemente possibilitavam escolhas de namoro

e casamento. Um fenômeno que o autor observa é o *footing*, como esclarece:

(...) O *footing*, que é o passeio, a caminhada a pé sem destino, o vai-e-vem pelas novas avenidas, pelas ruas do comércio *chic*, pelas praças das cidades que se modernizam e imitam as metrópoles europeias (...) Fazendo o *footing*, as moças se ofereciam ao *flirt* e podiam, de algum modo, também elas, escolher seus pares ou, ao menos, selecioná-los entre os que procuravam atraí-las. Esse costume está na raiz do sistema de circular em torno das praças ou de passear pelas ruas centrais das pequenas cidades, - os rapazes numa direção, as moças na direção oposta, num arranjo que permitia o renovado encontro dos olhares a cada volta, sem a necessidade de confrontação direta e persistente que seria embaraçosa para o pudor feminino e para a timidez dos jovens imaturos ou que queriam apenas divertir-se. Flertava-se também com os moços que desfilavam em seus automóveis, símbolos de riqueza e de alto status social. (AZEVEDO, 1978, p. 120-121).

Em seu estudo, interpelando as crônicas de João do Rio, que mostravam bem essa dinâmica do *flirt* e do *footing* no fim do século XIX e começo do século XX no Brasil, Azevedo sugere que essas práticas foram se perdendo em virtude das transformações socioeconômicas, políticas e morais dos grandes centros urbanos. Chegando a afirmar que:

(...) Forma-se um novo padrão, a paquera, que é um relacionamento mais agressivo, mais impaciente, menos estruturado. Enquanto o namoro é formal, ritualizado e hierárquico, uma rotina ritualizada, a paquera é informal, individualista e não mais familistas nem de classe: é um com-

portamento característico dos novos conceitos de liberdade feminina e de rutura dos símbolos de controle de classe. Também não visa a compromimentos definitivos e perseverantes como no namoro, nem se prende obrigatoriamente aos preceitos éticos tradicionais de virgindade e castidade, de matrimônio formal e indissolúvel. A pílula e a chamada “educação sexual” têm muito a ver com essas mudanças. Não se limita também por idades, ocorrendo entre adultos e jovens. Dispensa, portanto, aquelas técnicas de aproximação, de comunicação, de contatos, indo, num eufemismo expressivo, “direto ao caixa” como dizem alguns, sem intermediários, sem grandes cerimônias, sem os mesmos escrúpulos. (*Ibidem*, p. 124-125).

Azevedo tece essas considerações levando em conta uma classe mais favorecida e cingida por tradições europeias, declarando a morte dos rituais de paquera e namoro. De fato, há de se considerar o contexto histórico que o autor vivia, o qual percebia fortemente a transição das práticas e comportamentos sociais da época. No entanto, a dinâmica da paquera, do flerte, do jogo de sedução visualizado no Pedregal aponta para algumas objeções ao levantado por Azevedo.

Primeiro, o *flirt* e o *footing* não são – nem eram – práticas exclusivas de classes sociais mais abastadas. Certamente os rituais que envolvem a paquera e o namoro encontram-se presentes no contexto do século XXI, a despeito de uma crítica mais conservadora que defende a ideia de que os aparatos tecnológicos afastaram definitivamente o contato físico. Azevedo acerta em observar que as mudanças sociais possibilitaram relações que não visam necessariamente a um comprometimento duradouro, já que se encontra mais liberto de uma moral familista patriarcal.

As técnicas de aproximação e comunicação, como os passeios, os olhares, os recados, entre outros, são ressignificados em alguns aspectos, mas em outros permanecem em sua forma de ser. Como procuro demonstrar aqui, os jovens possuem essa dinâmica de caminhar, olhar o movimento da rua, explorar as pessoas que passam e seus possíveis pretendentes. A paquera é, na maioria das vezes, estabelecida nesses encontros nas ruas, através de reuniões com amigos, amigos de amigos, amigos da família e, muitas vezes, com rostos que vão se tornando conhecidos pelo vaivém do dia a dia. O cortejo está presente nos aparatos tecnológicos, nas redes sociais como Facebook e aplicativos como WhatsApp.

Existe todo um código e um jogo de paquera que atravessa ruas e vielas. As meninas sabem as ruas em que os meninos mais costumam ficar reunidos. Os meninos escolhem os locais de reunião elegendo as ruas com mais movimento de pessoas; eles também passeiam de moto a fim de explorar o bairro e procurar onde está “bombando” mais e também como maneira de afirmação de poder e de chamar atenção das meninas e dos meninos. Eles estabelecem contatos diretos e também intermedeiam as paqueras para os amigos e as amigas. Daí surgem namoros e até casamentos. Mas o que essa dinâmica promove com bastante veemência é a diversão e a sociabilidade entre os jovens.

Outro estudo em que podemos vislumbrar essas ocasiões de paquera está no trabalho de Pereira (2014) ao tratar dos “rolezinhos” nos shoppings de São Paulo. Em sua pesquisa, o autor constatou que dezenas, centenas e, às vezes, milhares de jovens da periferia combinavam, através das redes sociais, encontros nos *shopping centers* da cidade para poder se “divertir, paquerar, dar uns beijos, consumir e zoar”. Essa abordagem nos mostra que os

rituais de *footing* e *flirt* permanecem como práticas sociais, evidentemente combinadas com situações em que se encontram inseridos também recursos tecnológicos que mais do que afastar, nesse caso, aproximam as pessoas.

O flerte e a paquera, portanto, talvez não sejam mais necessariamente meios de promover compromissos afetivos e enlances matrimoniais, como demonstrou Azevedo (1978), mas continuam presentes, inclusive, nas ruas, nas caminhadas a pé, nos olhares e jogos de sedução entre os jovens. É um momento crucial, senão o mais instigante da “zoação” - para usar o termo destacado por Pereira (2014) -, ou da “arriação”, o termo mais ou menos análogo que encontramos nesta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste artigo, podemos traçar alguns pontos que sintetizam as principais reflexões aqui levantadas.

Destaco a pertinência da etnografia na compreensão do objeto deste estudo, já que, para além de um método ou técnica, constitui uma interação entre pesquisador e pesquisado, suscitando, portanto, afetos dos mais diversos tipos que também se apresentam no texto em certa medida, não o destituindo, entretanto, do seu caráter científico.

Além disso, a etnografia mostrou-se de extrema relevância para o objetivo aqui buscado, isto é: apreender a relação dos jovens entre si e com os espaços urbanos. Acreditamos que a perspectiva adotada é positiva no sentido de promover um debate mais rico sobre a categoria de juventude, na medida em que busca fugir de uma certa essencialização de uma faixa etária.

Também foi interessante notar a visão dos moradores acerca do bairro, de modo que estes têm percepção tanto dos pontos positivos, como sensação de comunidade e pertencimento, quanto dos negativos, como precariedade na infraestrutura, descaso governamental, situações de violência e preconceito ligados ao fato de residir no Pedregal.

A categoria de circuito ofereceu-nos, inicialmente, uma direção para traçar a etnografia, compreendendo o modo como os jovens constroem parte do seu cotidiano através das relações entre si e da ocupação e significação dos espaços que frequentam. Essa categoria, bem como a de pedaço, mancha, trajeto e pórtico possibilitaram reconhecer diferentes grupos presentes no Pedregal, observando a dinâmica e a diversidade de práticas e maneiras de vivenciar o bairro e a cidade. Essa perspectiva agrega uma compreensão profícua ao estudo das juventudes, de modo que proporciona um contato direto com os interlocutores, gerando uma reflexão acerca das diferenças e semelhanças que aproximam e distanciam os sujeitos, constituindo, ao fim, a tessitura do cotidiano desses indivíduos chamados “jovens”.

Ademais, foi possível compreender uma categoria nativa denominada pelos interlocutores de “arriação”: uma prática que congrega ações de paquera, de piada, brincadeira e passeios, proporcionando situações de aproximação mas também de distanciamento. A vivência etnográfica abre as portas para que o pesquisador, em certa medida, também seja inserido na “onda da arriação”. Essas ocasiões foram de extrema importância para a consecução deste trabalho, pois serviram de análise não só sobre o objeto de estudo, mas também sobre a própria posição e percepção do pesquisador em campo.

Acompanhar os jovens em diferentes momentos do dia também nos auxiliou na compreensão dos diversos usos que são atribuídos a vários espaços. Entender que, a partir da lógica não só espacial, mas também temporal, os lugares possuem significações e usos diversos por diferentes atores sociais, foi de grande relevância nos recortes e análises da pesquisa.

Por fim, destacamos que o Pedregal é um grande espaço com inúmeras possibilidades de pesquisa e abordagens, possuindo uma riquíssima variedade de atores sociais que vivenciam o bairro e a cidade sob muitos aspectos. Realizar esta pesquisa também foi muito importante no sentido de descortinar alguns discursos emitidos pelo senso comum e pela mídia sensacionalista. Este trabalho, entretanto, revela somente parte de todo esse fértil campo que é o estudo das sociabilidades urbanas, suscitando muito mais reflexões que fazendo afirmações categóricas e exauridas acerca desse objeto.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, H. W. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Juventude e Contemporaneidade. Brasília: Edições MEC/UNESCO, 2007.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2. ed. Guanabara, 1978.

AZEVEDO, T. Fazer a corte, no Brasil: o namoro e a paquera. **Cahiers du monde hispanique et luso-brésilien**, n. 30, 1978. Numéro au consacré au Brésil. p. 117-126. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/carav_0008-0152_1978_num_30_1_2137. Acesso em: 20 dez. 2015.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade** – Tratado de Sociologia do Conhecimento. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRAZ, Camilo Albuquerque de. **À meia-luz...** Uma etnografia imprópria em clubes de sexo masculinos. Tese de Doutorado: Universidade Estadual de Campinas, 2010.

CARRANO, P.; FÁVERO, O. (Org.) **Narrativas Juvenis e Espaços Públicos** – olhares de pesquisas em educação, mídia e ciências sociais. Niterói: Editora da UFF, 2014.

CENSO demográfico – Aglomerados subnormais. Rio de Janeiro, p.1-259, 2010.

DAMATTA, R. **O Ofício do Etnólogo ou como ter “Anthropological Blues”**. In: NUNES, E. O. (Org.), *A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 23-35.

FELTRAN, G. S. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. **Revista de Antropologia**. 53 n. 2. São Paulo, jul./dez. 2010.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

_____. **Obras e vidas**. O antropólogo como autor. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2002. p. 11-40; 169-194.

GROPPO, L. A. **Juventude** – Ensaios sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

KOWARICK, L. Viver em risco – sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. **Novos Estudos**. n. 63, 2002.

MAGNANI, J. G. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 17, n. 49, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>.

[php?pid=S0102-69092002000200002&script=sci_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000200002&script=sci_arttext). Acesso em:

_____. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, jul./dez. 2009.

_____. Quando o campo é a cidade: Fazendo antropologia na Metrópole. In: **Na metrópole: textos de antropologia urbana**, 3. ed. São Paulo: Edusp/FAPESP, 2008. p. 12-53.

_____; SOUZA, B. M. (Org.). **Jovens na Metrópole** – Etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade. 1. ed. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.

MALINOWSKI, B. Objeto, método e alcance desta pesquisa. **Os Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Abril, 1978. p. 16-34.

MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados** 17 (48), 2003.

PAIS, J. M. A Construção Sociológica da Juventude – alguns contributos. **Revista Análise Social**, v. XXV, 1990 (139-165). Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223033657F3sBS8rp1Yj72MI3.pdf>. Acesso em:

PEREIRA, A. B. Rolezinho no shopping: aproximação etnográfica e política. **Revista Pensata**. v. 3. n. 2. maio 2014.

ROCHA, A. L. C.; ECKERT, C. A interioridade da experiência temporal do antropólogo como condição da produção etnográfica. **Revista de Antropologia**. v. 41, n. 2. São Paulo, 1998.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 6. ed. São Paulo: Editora da USP, 2014.

SANTOS, S. I. L. ; SOUZA JUNIOR, X. S. S. **Mapeamento da Violência Urbana em Campina Grande**: Tendências e Desafios em Busca da Cidade Sustentável. Mapeamento da Violência Urbana

em Campina Grande: Tendências e Desafios em Busca da Cidade Sustentável. 1ed. Rio de Janeiro, 2012, p. 167-186.

SIMMEL, G. A metrópole e a vida mental. *In*: VELHO, O. G. (Org.). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SOUZA, S. V. de. Problemática habitacional: Uma análise do processo de periferização da cidade de Campina Grande – PB. **Anais XVI Encontro Nacional de Geógrafos**. Realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre - RS, 2010. ISBN 978-85-99907-02-3.

_____. **Relação cidade-campo**: permanência e recriação dos subespaços rurais na cidade de Campina Grande. Universidade Federal da Paraíba. Dissertação de Mestrado em Geografia, 2013.

VIDAS CONTROLADAS? UM OLHAR SOBRE AS TEIAS RELACIONAIS CONSTRUÍDAS E RECONSTRUÍDAS NO CEA- PB

Alessa Cristina Pereira de Souza

A questão geral abordada por este artigo é a compreensão dos processos de construção de vínculos sociais a partir das respostas adaptativas e das estratégias de vivência e convivência que permeiam as sociabilidades dos distintos grupos de indivíduos que constroem o Centro Educacional do Adolescente - CEA, localizado na cidade de João Pessoa, capital da Paraíba.

O CEA é uma instituição direcionada ao atendimento de adolescentes, entre 13 e 17 anos, do sexo masculino, que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade.

Considerando que, a partir dos usos que os indivíduos fazem dos espaços, estes assumem características e significados distintos, o CEA é percebido aqui como palco de desigualdades, encontros e classificações, nas interações sociais construídas entre os diferentes atores que o compõem, estando sempre sujeito a (re) construções negociadas.

Nesse sentido, buscou-se compreender a construção de vínculos sociais e emocionais entre os diversos atores que compõem o CEA, principalmente entre os adolescentes tidos como infratores, considerados como uma categoria de atores estigmatizada e excluída socialmente, trazendo para discussão as tensões geradas pelas condições em que eles se encontram e as formas como percebem a

si mesmos e aos demais, que compartilham o mesmo espaço físico, em um cenário que é representado aparentemente como igual, mas que parece se compor como fragmentado, hierarquizado e complexo (SARTI, 1994).

Buscou-se, sobretudo, apreender as relações dos adolescentes internos no CEA em sua vida cotidiana, a partir do modo como eles constroem suas sociabilidades e, a partir delas, se localizam e se posicionam, percebem o mundo social do internato e interagem com ele e dentro dele. Pretendeu-se, assim, captar os códigos de pertencimento e estranhamento, de aproximação e distanciamento, construídos, no espaço do internato.

Mas quem são esses adolescentes?

Abordam-se, aqui, atores que se encontram no fim da linha da trajetória infracional, ou seja, adolescentes considerados violentos e perigosos, que foram empurrados para a infração por um conjunto de elementos característicos de uma sociedade capitalista, desigual e excludente, tais como: pobreza, desestrutura familiar, nível educacional e econômico baixo, etc. Esses adolescentes, ou por não terem encontrado estímulo social e políticas públicas destinadas a essa população, ou por terem feito esta escolha, enveredaram-se pelo chamado “mundo do crime” e acabaram coagidos juridicamente a um controle externo, pautado na institucionalização dos internatos.

Convém mencionar que, na pesquisa que embasou este artigo, o CEA foi analisado como um espaço sujeito a constantes remodelações, pois este trabalho privilegiou o estudo dos modos de vida e formas de sociabilidades existentes entre os indivíduos que interagem em seu interior, fundando relações pautadas na aproximação e/ou no distanciamento.

Para tanto, utilizamos uma abordagem construída em uma perspectiva “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002, p. 17), que analisou o CEA para além de uma intersecção entre as ideias propostas por Foucault e Goffman - sobre esse tipo de instituição-, compreendendo-o como um campo (BOURDIEU, 1983; 1992; 2007), ou seja, um espaço onde se tecem teias relacionais mediadas por poderes, hierarquias e distinções específicas.

Para apreender as relações estabelecidas no cotidiano do CEA, foi realizado um trabalho etnográfico. Entre as técnicas de pesquisa, foram realizadas observações: espontânea e participante, diálogos informais e entrevistas semiestruturadas com adolescentes e funcionários que formatam aquela instituição.

O CENTRO EDUCACIONAL DO ADOLESCENTE - CEA

Localizado no bairro Jardim Cidade Universitária, na época de sua construção, década de 1970, o CEA ficava distante das áreas habitacionais, existiam poucas linhas de ônibus para o local, e a estrada de terra dificultava o acesso dos familiares dos internos, bem como dos funcionários, principalmente no inverno. Essa realidade foi modificada a partir da década de 1980, quando foram construídos vários conjuntos habitacionais nos arredores dessa instituição; atualmente, a área é completamente habitada.

Essa localização demonstra que uma das preocupações na época da criação dessa instituição era a segregação dos adolescentes internos, além do controle destes indivíduos. Segundo os relatos de antigos funcionários da instituição, no final da década de 1980 e início da década de 1990, as fugas dos adolescentes eram frequentes,

e o juizado passou a reivindicar um espaço físico “mais seguro” e coercitivo. E, seguindo esse modelo, o CEA foi sendo reformado e reformatado ao longo do tempo.

Com relação à utilização e distribuição dos espaços físicos no processo de coerção e punição dos indivíduos, Foucault (1996, p. 153) fornece elementos relevantes através da ideia de disciplina. Segundo o autor, “a disciplina é a técnica específica de um poder que torna os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício”. Ainda segundo Foucault (1996), a disciplina organiza o espaço a partir da distribuição dos indivíduos através de várias técnicas como, por exemplo, o encarceramento.

Ao longo de sua existência, o CEA teve vários diretores que, de acordo com a sua postura profissional e competência técnica, deram direcionamentos distintos ao trabalho na instituição. Alguns conseguiram realizar um trabalho educativo, apesar de todas as limitações impostas pelos órgãos superiores. Outros assumiram uma postura mais “autoritária” e “centralizadora”, tornando a instituição mais fechada e priorizando o controle e a disciplina.

Atualmente, o CEA ocupa um espaço físico consideravelmente grande, com muros medindo quatro metros de altura, tendo sua segurança externa feita por policiais militares; e a interna, por funcionários terceirizados – os agentes sociais –, de uma empresa de segurança, não se diferenciando, esteticamente, de uma prisão.

A quantidade de adolescentes internos no CEA varia a cada semana, mas esse número gira em torno de 150 adolescentes, entre os sentenciados e os que estão em medida provisória, aguardando julgamento. Porém, a instituição foi projetada para alocar 62 adolescentes; assim, constantemente, a quantidade de adolescentes internos supera a capacidade da instituição, havendo superlotação.

Essa instituição é formada por vários blocos e alas interligados por uma área comum, separados por portas e portões de ferro. Entre os espaços físicos, existem aqueles que são comuns a todos os adolescentes, como as salas de aula, o auditório, o campo de futebol e o refeitório; e aqueles que se destinam a adolescentes específicos, como os quartos ou “celas”.

Os adolescentes que se encontram no CEA estão privados de liberdade, e isto é o mesmo que dizer que eles estão presos. Pois não se pode dizer que existem diferenças significativas entre os espaços institucionais destinados a manter em regime fechado pessoas em idade adulta, “privadas de liberdade”, daqueles que ainda estão em idade de formação (adolescentes) e que se encontram nos centros educacionais.

Nesse sentido, a lógica judiciária funciona da seguinte maneira: para os indivíduos considerados adultos - a prisão; para os indivíduos considerados adolescentes - a privação de liberdade, ou seja, a presídios e penitenciárias, os adultos; a centros educacionais, os adolescentes.

São as teias relacionais construídas e/ou reconstruídas pelos adolescentes que se encontram nesse centro educacional – o CEA – que se pretende compreender neste trabalho.

VIDAS CONTROLADAS?

Segundo Foucault (1996), a prisão surge nos séculos XVIII e XIX, tendo como princípio a transformação ou produção do indivíduo, através da prática da disciplina e do controle.

Goffman compreende a prisão como uma instituição total, “um local de residência e trabalho onde um grande número de

indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (1999, p. 11).

Neste trabalho, a análise do CEA foi feita para além de uma intersecção entre as ideias de Foucault e Goffman. Assim, em determinados momentos, o CEA é visto como uma instituição total, fechada e separada da sociedade; em outros, como uma instituição austera e disciplinar, onde se busca um constante adestramento dos corpos e das mentes dos adolescentes com o intuito de interromper as suas carreiras criminosas e transformar as suas identidades. Mas, na maior parte do tempo, o CEA é compreendido como um lugar onde se tecem teias relacionais específicas entre os atores que o conformam, de uma maneira muito semelhante à forma como Silva (2008, p.68) compreendeu o mundo das penitenciárias:

O mundo da penitenciária é feito de coerências e incoerências; composto por junções e conflitos. É um mundo aparentemente rígido, graças à sua hierarquia, mas que precisa ser reafirmado, reconstruído a cada novo instante. É um mundo relacional em constante construção. O próprio fluxo de pessoas que por aí passam, com suas histórias e trajetórias distintas, aponta para ações e reações diferentes frente à instituição e suas normas.

Por reconhecer as limitações das perspectivas adotadas por Foucault e Goffman, principalmente no que diz respeito ao processo de adaptação à vida institucional, é que proponho uma análise mais ampliada.

Esses autores centram as suas análises em uma perspectiva de perda, ou seja, naquilo que as instituições de privação de liber-

dade retiram dos indivíduos. Porém, no CEA, percebi que essa instituição se formata a partir de um ajustamento da experiência relacional que se estabelece entre a instituição e os adolescentes, ou seja, ao mesmo tempo em que o CEA modifica os adolescentes, os adolescentes modificam o CEA em sua dinâmica cotidiana.

Segundo Goffman (1988; 1989), todo e qualquer espaço só pode ser compreendido a partir de sua perspectiva relacional, ou seja, só adquire sentido a partir das interações construídas face a face. Estas, por sua vez, são construídas a partir das representações dos sujeitos em um meio social permeado por sentidos e valores específicos. Assim, o espaço só pode ser apreendido como espaço social e se constrói a partir das imagens que os sujeitos fazem de si mesmos e das interpretações que eles estabelecem sobre os demais sujeitos em ação.

Segundo esse autor, os indivíduos são atores que representam diversos papéis sociais, a partir das interações estabelecidas. Ou seja, os indivíduos se comportam de maneiras distintas, representam papéis distintos ao estabelecerem interações específicas. E é essa capacidade que o indivíduo possui de representar distintos papéis sociais que lhe possibilita construir diversos tipos de sociabilidade.

Assim, para apreender a trajetória dos adolescentes internos no CEA, desde o momento em que estes chegam à instituição e são acolhidos no setor da Provisória, até o momento da sentença, que prevê o cumprimento da medida socioeducativa de privação de liberdade, a transferência para uma das alas de internação e as negociações adaptativas à rotina diária da casa, parto da observação das experiências desses sujeitos à luz das ideias gerais de Goffman (1999) e Foucault (1996), mas tento não me prender a estas.

A CHEGADA AO CEA

Os adolescentes que chegam ao CEA, de modo geral, ainda não foram sentenciados⁵. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, esses adolescentes podem permanecer por, no máximo, 45 dias no CEA antes de serem sentenciados. Na prática, esse prazo, muitas vezes, é cumprido na íntegra, quando não é ultrapassado.

Durante o período em que os adolescentes esperam a definição do juiz sobre as suas sentenças, eles ficam em um setor denominado de Provisória ou Triagem.

No CEA, existem mecanismos de acolhimento específicos, tanto por parte dos adolescentes como por parte da instituição. Segundo a instituição, os adolescentes devem ser recebidos por um dos técnicos⁶, porém, na maior parte das vezes, eles são recebidos por um agente social.

Esse agente procura saber informações sobre o adolescente, principalmente sobre suas amizades e inimidades na rua. Ele pergunta se o adolescente pertence a alguma facção criminosa e/ou se tem algum amigo ou inimigo na instituição e, a partir das respostas do adolescente, o direciona para um dos oito quartos existentes na Provisória.

Deste modo, os adolescentes que estão no CEA, em medida provisória, são separados nos quartos a partir de suas afinidades, e não pela compleição física, pela idade ou pela gravidade do ato cometido, como orienta o ECA.

Aparentemente, essa forma de separação dos adolescentes descumpra os preceitos legais e parece fortalecer os vínculos que os adolescentes mantêm com o mundo do crime, mundo este que os enviou para a instituição.

Segundo a instituição, essa contextualização do adolescente se faz necessária para que eles possam ser alocados com segurança; porém, essa estratégia institucional parece se constituir como uma forma de controle exercido a partir da construção de uma tensão constante que se estabelece, disfarçada de “harmonia”.

Durante os 45 dias, ou mais, que os adolescentes ficam na Provisória, eles passam a maior parte do tempo presos em seus quartos, saindo apenas para tomar banho, uma vez por dia, e para tomar banho de sol, uma ou duas vezes por semana. Isso porque os adolescentes que ainda não foram sentenciados não frequentam nenhuma atividade oferecida pelo CEA, como escola e/ou oficina. Suas refeições também não são feitas no refeitório, elas são levadas pelos agentes aos adolescentes nos próprios quartos. Assim, nesse período, os adolescentes dependem da instituição para suprir até mesmo as suas necessidades mais básicas, como tomar banho e comer (GOFFMAN, 1999).

Esse período de internação provisória se assemelha ao que Goffman caracteriza como “período de teste para compor a farsa da instituição”, pois se constitui a partir de mecanismos que servem para introjetar nos adolescentes o modo de vida institucionalizado.

Durante esse período, os adolescentes ficam enclausurados a maior parte do tempo, vivenciando uma ociosidade organizada pela instituição, sem desenvolver nenhuma atividade institucionalizada, passando o tempo em conversas com os colegas e com a produção de peças artesanais dentro dos seus quartos, com material trazido pelos familiares e técnicas aprendidas uns com os outros.

Deste modo, pode-se afirmar que, nesse primeiro momento da internação, os adolescentes passam mais por um processo de “mortificação” (GOFFMAN, 1999) do eu que de adestramento e

“docilização” dos corpos (FOUCAULT, 1996), isso porque a instituição diz não dispor de recursos financeiros e humanos para despende com todos os adolescentes que ali chegam. Assim, enquanto não se sabe se o adolescente será ou não sentenciado, a instituição lança mão de uma política de encarceramento, buscando garantir a segurança dos adolescentes e a aparente harmonia da instituição, ao mesmo tempo em que já prepara o adolescente para a tensão que é viver em uma instituição de privação de liberdade marcada pela disputa entre facções criminosas rivais.

Como mencionado, a primeira questão a ser feita quando um adolescente chega ao CEA, pela instituição é a que facção criminosa ele pertence. Em seguida, procura-se saber se ele é conhecido, amigo, parceiro, parente ou inimigo de algum adolescente que já se encontra na casa para alocá-lo de acordo com as suas amizades/inimizades.

Sabendo que esse é o critério utilizado pela instituição para divisão dos adolescentes nos quartos, aqueles que já estão internos, assim que chega um novo adolescente na casa, procuram se informar de quem se trata para mover as suas teias relacionais de aproximação ou distanciamento.

Assim, há um jogo interacional que envolve tanto os adolescentes como a instituição no momento de alocá-los nos quartos provisórios, pois ao mesmo tempo em que o CEA procura obter informações sobre a carreira criminosa do adolescente recém-chegado, para alojá-los de forma a manter o controle institucional, os adolescentes que já estão na casa também se interessam por tais informações, para construir ou fortalecer um grupo específico diante dos demais.

Desse modo, para ser aceito em um quarto, é preciso que o adolescente recém-chegado satisfaça alguns requisitos básicos,

tais como: fazer parte da facção dos demais adolescentes que já estão no quarto; ser conhecido, parente, amigo ou parceiro de algum adolescente que já esteja no quarto e que o convide para ficar nele; morar em um bairro dominado pela facção criminosa de determinado quarto, mesmo que não participe dela; ou não fazer parte de nenhuma facção criminosa e não ter nenhuma relação preestabelecida com nenhum dos adolescentes internos no CEA.

Nesse último caso, os adolescentes são aceitos com o objetivo de recrutamento ou “roborização”, ou seja, com o objetivo de servir como “laranja” para os demais adolescentes do quarto que, em troca, lhe oferecem “proteção” e “acolhimento”.

É importante ressaltar que o fato de um adolescente ter sido convidado ou aceito para morar em um determinado quarto significa que ele tenha adquirido um lugar ali, mas esse adolescente terá que pagar por esse lugar, tanto aceitando o *status quo* como trabalhando para adquirir a confiança e a credibilidade dos colegas.

Em tese, pode-se dizer que o processo de acolhimento dos adolescentes na Provisória ocorre a partir das práticas diluídas no cotidiano desses adolescentes, que delimitam e determinam quem deve e quem não deve ser aceito em um determinado quarto, e assim vão construindo os mecanismos de controle que as facções criminosas exercem na instituição.

ALOJANDO OS ADOLESCENTES NAS ALAS DE INTERNAÇÃO

Quando os adolescentes passam da ala provisória para a ala de internação, a instituição já os conhece, e ele também já conhece a instituição, o que segundo Goffman (1999) facilita o controle.

Na conversa “séria” que se tem com o adolescente, no momento em que ele é transferido para a ala de internação, a instituição insiste para que este fale sobre a sua carreira no mundo do crime, enfatizando os lugares, cidades e bairros onde ele viveu e conviveu, bem como a sua teia relacional com as facções criminosas do Estado da Paraíba e/ou com alguns adolescentes que também se encontram cumprindo medida socioeducativa de privação de liberdade no CEA.

Esse mapeamento sobre a vida do adolescente permite que a instituição exerça o controle, além de dar segurança para a instituição de alojá-lo a partir de suas afinidades e garantir a sua segurança e integridade física, bem como a harmonia e o bom funcionamento da casa.

Porém, no momento de escolher para qual ala⁰ deve ir o adolescente sentenciado, a escolha é feita pelo próprio adolescente. Nesse momento, um funcionário do CEA, geralmente o supervisor dos agentes de plantão, conversa com o adolescente e procura se informar para qual ala ele deseja ir, bem como se ele já tem um quarto certo para morar nessa ala, ou seja, são as teias relacionais, ou as redes já estabelecidas pelos adolescentes, que vão direcionar o caminho a ser seguido por ele na instituição. Segue o que os adolescentes contam sobre esse processo de escolha:

Quando eu saí da provisória, perguntaram *pra* que ala eu queria ir. Parece que foi Ronaldo. Aí eu disse que queria ir *pra* ala da Paz, eu já sabia que os meninos do meu bairro *tava* lá. (João, 15 anos, segunda internação).

Quando eu saí da provisória, eu fui *pra* Luz, ala B. Eu pedi *pra* ir *pra* lá porque tem uns amigo meu

lá, morei uns 2 *mês* lá, aí quando eu fui *pra* lá já tinha uns *boy* que já tinha guerra já, sabe? Os *boy* lá que *tá* comigo já tinha guerra com outros *boy*, aí pronto, rolou um motim lá, aí nós *saiu* de lá, nós *foi pra* Felicidade. (Caio, 16 anos, primeira internação).

Os adolescentes mencionam a escolha da ala e dos quartos, bem como a mudança destes, como um poder que eles possuem, segundo eles, basta querer para mudar de cela e de ala. A instituição não nega que essa escolha cabe ao adolescente, mas afirma que há uma análise sobre esses pedidos, uma sondagem sobre o motivo da mudança, o motivo da escolha, etc. Desse modo, a instituição acredita não estar sendo manipulada pelos adolescentes, e sim estar garantindo a integridade física e a segurança dos internos, como orientado pelo Ministério Público.

A partir dos critérios utilizados para a divisão dos adolescentes nas alas e nos quartos no CEA, percebe-se que o projeto pedagógico (re)educativo ou interacional estabelecido tem como finalidade última o controle, de modo que o mais importante para o Estado é manter os adolescentes, tidos como criminosos e perigosos, isolados e invisibilizados socialmente, mesmo que para isso seja preciso permitir que eles reforcem as suas teias relacionais do mundo do crime dentro da instituição.

O PROCESSO DE ADAPTAÇÃO DOS ADOLESCENTES À INTERNAÇÃO

Goffman (1999), ao analisar as instituições totais, destaca quatro tipos de adaptação. Estes tendem a seguir uma sequência cronológica, embora não sejam estanques nem inevitáveis.

A primeira é a fase de adaptação. Segundo Goffman (1999), essa fase é caracterizada pelo alheamento, pelo choque da internação e pela dificuldade de que os internos têm em aceitar a nova situação; ela, quando existe, tende a ser breve. No CEA, pude presenciar essa falta de aceitação à internação por parte de alguns adolescentes. Um adolescente recém sentenciado expõe a sua sensação:

Rapaz *num tá* passando nada com nada, *tá* se encaixando não, cabeça *num tá* encaixando nada, só penso em ficar preso aqui (*silêncio*). Medo eu não tenho medo de nada, não, tenho medo de ninguém não. Mas eu *tô* com medo de ficar preso aqui. (Fernando, 16 anos, primeira internação) (*voz trêmula, chorosa, e longo período de silêncio*).

Segundo Goffman, essa primeira fase de alheamento tende a ser passageira. Já a segunda fase, a fase da intransigência, tende a ser mais duradoura, caracterizando-se pelas constantes recusas do adolescente em cooperar com a instituição e até mesmo pela provocação do adolescente para com a instituição. Nesse momento, é comum que os adolescentes se recusem a participar das atividades e agridam, verbalmente, uns aos outros, bem como os funcionários, principalmente os agentes sociais, que são os funcionários que convivem mais diretamente com eles. Muitos adolescentes permanecem nessa fase por bastante tempo, enquanto outros permanecem durante toda a sua estada na instituição.

No CEA, eu pude presenciar, algumas vezes, os adolescentes “exigirem” de forma autoritária e agressiva falar com o diretor, quando este passava pelos corredores. O diretor, por sua vez, respondia de forma calma e contida, “vamos conversar, sim, eu mando lhe chamar para você ir a minha sala”. Ao se afastar do adolescente, ele comentava que os adolescentes queriam ser atendidos na hora, mas

que não podia ser assim, que ele os fazia esperar, muitas vezes de propósito, para que eles aprendessem que as coisas não acontecem na hora em que eles querem e sim na hora que devem e podem acontecer. Esse fato demonstra a intransigência presente nas atitudes dos adolescentes e o forte controle institucional exercido pelo diretor, que com sua atitude de obrigar o adolescente a esperar, tenta deixar claro quem manda.

Outra fase de adaptação analisada e caracterizada por Goffman (1999) é a colonização. Essa fase se caracteriza pela resignação do adolescente que chega a sentir-se bem na instituição. Durante a pesquisa, ao conversar com os adolescentes, muitas vezes os ouvi dizer que estavam bem no CEA, que gostavam de lá, que só não gostavam de estar presos, mas que se não fosse por essa restrição do direito de ir e vir, eles ficariam lá por muito mais tempo.

Esse gostar dos adolescentes parte da comparação que eles fazem com a vida que eles têm fora dos muros da instituição. Segundo a instituição, muitos desses adolescentes passam necessidades básicas, como falta de alimentação, material de higiene pessoal, carinho e atenção; e, no CEA, os adolescentes têm essas necessidades, até certo ponto, supridas.

A instituição analisa o lugar social do adolescente, fora da instituição, como um lugar desprovido das condições básicas de sobrevivência humana e, muitas vezes, culpabiliza essa condição pelo envolvimento do adolescente com atos ilícitos. Por outro lado, há uma defesa no sentido de que a instituição consegue suprir as condições básicas para a construção de um indivíduo em formação, como se fosse possível estabelecer boas condições de vida a partir do suprimento das condições materiais mais elementares.

Um adolescente que já está pela nona vez na instituição, quando questionado sobre o que ele mais gosta no CEA, responde:

De tudo, *homi*. É bom porque os inimigos da pessoa *desaparece* mais, até ser liberado. Eu não tenho medo, não, mas a pessoa na rua tem que *tá* ligeiro, aqui o cara fica mais tranquilo. Não tem nada que eu não gosto aqui, não. Eu gosto de tudo. (Leandro, 17 anos, nona internação).

A resposta desse adolescente nos faz refletir para além das condições materiais enfatizadas pela instituição. Para esse adolescente, é a tranquilidade, ou seja, o estado emocional, a garantia de saber onde estão os seus inimigos, devido à proximidade e ao distanciamento construído a partir da separação dos adolescentes, nas alas e nos quartos, a partir do pertencimento a uma determinada facção criminosa, que faz com que ele goste de estar no CEA.

Ainda refletindo sobre as fases de adaptação propostas por Goffman, percebe-se que alguns adolescentes que cumprem medida socioeducativa no CEA se encontram na fase que este autor denomina de “colonização”, pois estes se sentem seguros, material e simbolicamente, na instituição.

Porém, a colonização vivenciada por esses adolescentes tende a ser limitada. Um exemplo dessa limitação diz respeito ao uso do fardamento obrigatório na instituição. Os adolescentes não gostam de usar a farda e lutam contra essa obrigatoriedade, usando roupas pessoais para qualquer contato estabelecido com o mundo externo ao CEA. Assim, tanto para os atendimentos feitos no setor burocrático da instituição como para os atendimentos externos, os adolescentes não usam o fardamento. Eles também não usam a

farda para receber as visitas e, muitas vezes, não estavam fazendo uso desta quando conversavam comigo.

Essa reação, ou negação, ao uso da farda demonstra que o processo de mortificação discutido por Goffman (1999), muitas vezes, é conflitado com os mecanismos de singularização construídos pelos adolescentes.

Por esse exemplo, pode-se perceber que os adolescentes internos no CEA vão reagindo, negando, singularizando e negociando com a instituição os limites necessários às suas adaptações e ao modo de vida que eles vivenciam na casa.

O quarto e último tipo de adaptação analisado por Goffman (1999) é a conversão. Segundo o autor, essa fase de adaptação se caracteriza pela introjeção da ideologia institucional por parte do interno, de modo que este passa a apoiar e cooperar com os funcionários da instituição para que esta desempenhe bem o seu papel.

Durante a realização da pesquisa, encontrei alguns adolescentes que apresentavam o perfil do convertido. Presenciei, várias vezes, adolescentes que adotavam tal postura para obter algo em troca, ou seja, encontrei adolescentes que, em determinadas circunstâncias, apoiavam e cooperavam com a instituição porque sabiam que, naquele contexto, seriam beneficiados.

Diante do exposto, fica claro que o CEA se constitui como uma realidade dinâmica, que está sendo formatada processualmente através da forma como cada um dos atores que compõem esse cenário representa os seus papéis sociais. Assim, não há uma forma de adaptação concreta e específica do adolescente à instituição. O que existe, na prática, é uma adaptação mútua, recíproca, construída a partir do processo de institucionalização e singularização contínuos,

ou seja, das ações e dos comportamentos dos atores, bem como das relações estabelecidas entre eles no cotidiano.

AS RELAÇÕES SOCIAIS ESTABELECIDAS ENTRE OS ADOLESCENTES

Para os adolescentes internos no CEA, as relações estabelecidas com os demais internos, sejam de aproximação ou distanciamento, são fundamentais para o estabelecimento de suas rotinas na instituição. Porém, é importante ressaltar que essas relações são, majoritariamente, circunstanciais, podendo ser reformatadas a qualquer momento a partir da dinâmica do campo.

De modo geral, as relações dos adolescentes internos no CEA se dão a partir das redes das quais eles participavam fora da instituição. Assim, o lugar de moradia - bairro ou cidade onde o adolescente habita, a participação em alguma facção criminosa, as amizades, as inimizades e as relações de parentesco são informações importantes para o processo de (re) construção dos vínculos sociais no CEA, pois tais critérios direcionam o adolescente a uma ala e a um quarto específico, e é a partir do lugar físico que o adolescente ocupa no CEA que ele passará a ter um significado e ocupará um lugar simbólico nessa instituição.

Como vimos, um dos primeiros elementos norteadores de aproximações e distanciamentos construídos entre os adolescentes internos no CEA é o pertencimento a uma das facções criminosas rivais do estado da Paraíba. Porém, no CEA, também chegam adolescentes que não pertencem a nenhuma facção criminosa. Esses adolescentes são denominados de “neutros” e acolhidos por uma ala que

tentará transformá-los em “amigos” ou “parceiros”. Quando questionado se os meninos da ala B são seus amigos, só porque eles já eram da Okaida, o adolescente responde:

Não, porque tem uns *boy* que é e uns *boy* que não é, tem uns *boy* que é neutro, não é de ninguém, não. Aí é figura os *boy*, mas eles corre pelo certo. Os *boy* não têm frescura, ajuda o cara, não dá negado. Divide cigarro, bolacha e tal, o que vem *pra* ele é do quarto. Aí se o que vem *pra* ele, ele não quer dar, é dar negado, entendeu? Porque a gente não é mais do que ninguém, *né?* A gente é tudo do mesmo jeito, do jeito que um merece ter as *coisa* a gente merece também. Do jeito que ele tem uma coisa, se ele der, ele tem também, aí pronto, é isso. (Leandro, 17 anos, nona internação).

Nesse sentido, percebe-se que algumas relações estabelecidas no CEA se constroem a partir de um mecanismo de troca material ou simbólica. No caso do relato anterior, o adolescente afirma que “os *boy* é neutro”, ou seja, não pertencem a nenhuma facção criminosa, mas acrescenta “que eles *corre* pelo certo”, ou seja, estão do lado de uma determinada facção - à qual ele pertence - apoiando e sendo apoiados por ela.

Essas relações entre pares, estabelecidas no CEA, oferecem não apenas um lugar (físico e simbólico) na instituição, mas também alguns recursos que ajudam na sobrevivência diária dos adolescentes, como: compartilhamento de lanches, colchão, lençol, roupas, sandálias, cigarros, materiais para a produção de peças artesanais, além de segurança e proteção.

Porém essas relações não são mediadas apenas pelas trocas, elas também se baseiam em processos de submissão. Por exemplo: os adolescentes que estão há mais tempo no CEA vão construindo

e transformando as regras de convivência locais, de modo que os recém-chegados devem convergir para o cumprimento dessas regras.

Elias e Scotson (2000), ao realizarem uma etnografia sobre as relações de poder entre dois grupos que residiam em uma comunidade inglesa industrial, descrevem e analisam como grupos com características tão parecidas estabelecem relações de poder tão diferenciadas, com base no tempo de moradia no local. Nesse contexto, os “estabelecidos” - grupo que residia há mais tempo no local -, consideravam-se superiores, estigmatizando e excluindo “os *outsiders*”.

No CEA, essa hierarquização entre os adolescentes mais antigos e os novatos é manifestada em muitas situações. Em cada quarto, há um processo de distinção que se estabelece entre os adolescentes, que se reflete, de forma mais visível, na escolha do lugar para dormir. Um adolescente que diz ser o “segundo mais velho” do quarto (para explicar que é o segundo mais antigo), quando questionado se o adolescente “mais velho” “manda mais”, me diz:

Não, tem isso não. Manda não. Só que ele dorme no canto melhor. Aí se ele sair, fica eu, e vai passando. Ele dorme no canto melhor assim, *aonde* sai mais vento, mas eu durmo na outra cama... na outra cama, *tá os quadro*. E os dois *menino dorme* no chão, no colchão. E o mais velho tem que dizer o que é certo; e o que é errado ele diz também, porque tem uns *boy* que *chega*, aí não *sabe* de nada, aí a pessoa vai lá *pra dá* a ideia a ele, *pra dá* mais ou menos como é que faz. (Leandro, 17 anos, nona internação).

Esse relato reflete relações de poder instituídas pelos adolescentes nessa instituição a partir do critério de antiguidade e

apresenta os direitos e deveres dessas lideranças, pois, ao mesmo tempo em que elas dormem no melhor lugar do quarto e (re) constroem as regras de convivência local, elas devem transmitir aos recém-chegados esse conhecimento de modo a inseri-los no grupo.

Nas alas de internação, assim como nos quartos, é o adolescente mais antigo que exerce essa função de “liderança”, estabelecendo regras, mediando conflitos, organizando, orientando e aconselhando os demais adolescentes.

É importante considerar que “ser o mais velho”, do quarto ou da ala, significa que o adolescente conhece melhor esse lugar e sabe se posicionar dentro dele, mas essa é uma referência que se alia a outras, tornando essas posições momentâneas e sequenciais.

Um dos fatores que levam os adolescentes a construírem relações sociais frágeis e efêmeras no CEA é a falta de confiança para com os demais. Essa falta de confiança se fundamenta na instabilidade, material e simbólica, que circunda esses adolescentes, que percebem e vivenciam o CEA, muitas vezes, como um espaço de passagem.

Nesse campo, porém, os adolescentes não estabelecem relações sociais apenas de aproximação com outros adolescentes, eles também (re)constroem relações de distanciamento. Estas, por sua vez, também parecem ser fundamentais para a formatação do capital social valorizado no CEA e são exteriorizadas a partir da existência das inimizades.

No CEA, quase todos os adolescentes dizem ter inimigos na instituição. Boa parte dessas inimizades é proveniente das relações estabelecidas fora da instituição, principalmente das relações construídas no entorno da violência, do crime e do faccionismo. Um adolescente, quando questionado sobre suas inimizades, coloca: “A

ala C é tudo inimigo, só tem um *boy* lá que não é. É inimigo da rua mesmo” (Fábio, 14 anos, segunda internação).

No entanto, as inimizades também são (re)construídas no CEA por escolhas feitas na própria instituição. Nesse caso, um adolescente que se diz neutro, mas que resolve ajudar e ser ajudado por alguma facção, no CEA, será tido e terá, imediatamente, os adolescentes pertencentes ou simpatizantes da facção rival como inimigos. Assim, no CEA, como em várias outras instituições de privação de liberdade, “habitar um lugar significa renunciar outros, renunciar certos níveis de solidariedade com outros grupos e indivíduos” (SILVA, 2008, p. 89).

Frota (2006), em uma pesquisa realizada com adolescentes internos em um centro educacional do Rio Grande do Norte, constatou que:

As relações de conflito são um item obrigatório na construção da identidade daqueles cujas relações aparecem marcadas pela cultura da violência, pois cria a convicção tácita de que o crime e a agressividade são inevitáveis e são mesmo fatores fundamentais para sobrevivência, tendo em vista permitir-lhes a inserção em grupos de iguais, além da conquista de um lugar privilegiado dentro do espaço em que os jovens se encontram confinados.

Essa realidade se coaduna com o que observei no CEA, pois os adolescentes, nesse contexto, buscam conquistar um lugar, participar de um grupo para garantir a sua própria sobrevivência. Mas, na maior parte das vezes, esse pertencimento só se efetiva frente a um não pertencimento, ou seja, para que seja permitido que um adolescente se aproxime de um determinado grupo e faça parte dele,

faz-se necessário que ele, mesmo que implicitamente, se distancie e declare inimizade para com os participantes do grupo rival.

Assim, o *habitus* vai sendo (re)produzido, no CEA, de modo a garantir que as práticas individuais se mantenham dentro das regras inerentes à estrutura do campo (BOURDIEU, 1983), a partir da tessitura de teias relacionais que coloca cada adolescente em uma posição específica e distinta dentro desse campo.

Dentre as posições existentes no CEA, algumas merecem destaque: a do “robô” e a do “líder”. Durante a pesquisa, pude observar a existência de indivíduos que ocupavam essas posições. Segundo um adolescente, roborizar ou transformar alguém em robô:

É eu mandar o *boy* fazer uma coisa à força e ele ir. Sábado mesmo deram um murro aí no agente, mas foi outro *boy* que mandou ele dar, ele não tinha nada a ver, aí foi pro isolado, e o outro *tá* de boa (risos). (Leandro, 17 anos, nona internação).

Com base no depoimento desse adolescente, percebe-se que o que se denomina robô, no CEA, aproxima-se do que Varella (1999, p. 148) descreve como laranja no sistema carcerário brasileiro:

O laranja é o personagem patético que segura bronca alheia, pois a lei diz que as vezes é melhor pagar por crime alheio do que delatar o companheiro. Ao acusado, é permitido protestar inocência, dar o nome do responsável jamais.

Assim, o robô é aquele que se apresenta como culpado quando acontece algo de errado na ala, ou quando se encontra algum objeto que lá não deveria estar, como espeto, faca, celular, etc.

Mas quem são os adolescentes que ocupam essa posição e por que eles a aceitam? Segundo relatos dos próprios adolescentes, eles são recrutados para ocuparem essa posição principalmente se estiverem entrando no CEA pela primeira vez, se não fizerem parte de nenhuma facção criminosa e não tiverem nenhum parente e/ou amigo na instituição.

Quando questionados sobre que tipo de “pressão” é feita sobre esses adolescentes para que eles aceitem ocupar essa posição de robô, um adolescente comenta que “*chega os novato assim, aí os bicho começa a botar pressão, pra ir pra cima de outro*” (Luiz, 16 anos, segunda internação). Outro adolescente esclarece:

Robozinho faz isso *pra* ficar de boa nos *canto*. O *boy* mandou ele fazer, se ele não fizesse o *boy* tinha rodado com ele. Faz *pra* ficar de boa com os *cara*, tirar a cadeia de boa. O outro *boy* tem contexto com bicho grande, que bota o negócio na mão do cara. (Pedro, 16 anos, oitava internação).

Pelo relato, percebe-se que os adolescentes que têm mais contexto fora do CEA carregam consigo um elemento diferenciador, que não necessariamente os coloca em uma posição hierárquica, mas que os livra de posições menos privilegiadas, como a de robô, já que são eles quem têm esse poder de “roborizar” outros adolescentes. Segundo Silva (2008, p. 102):

Até certo ponto, a história de cada um e para os demais cria expectativas e propõe formas possíveis de relações a serem estabelecidas com cada interno que chega para cumprir sua sentença. O fato de ser mantido preso não faz de ninguém um ser sem relações ou referenciais externos; ao contrário, a manutenção dessas relações, mesmo que em

número reduzido ou o seu rompimento, faz que cada preso possa continuar sua existência de modo singular, tocando sua própria história, seja com os fios que o próprio pôde escolher, seja com aqueles que se impuseram à sua trama existencial.

Conversar com os adolescentes no CEA sobre essas posições diferenciadas não foi uma tarefa fácil, pois quando se fala em liderança, naquele contexto, há uma grande reatividade no sentido de negação da existência de qualquer líder, seja no quarto, na ala ou na unidade como um todo, tendo em vista que a hierarquia ali existente não se expressa de forma explícita, nem declarada, pois essa exposição pode colocar em risco o próprio lugar ocupado pelos adolescentes, tanto diante dos demais internos como diante da instituição. Assim, foi através da observação e de conversas informais que eu descobri como se estabelecem as lideranças naquela instituição.

Como já mencionado, o principal critério utilizado entre os adolescentes para serem líderes é o tempo em que o adolescente se encontra no CEA. Dessa maneira, quase sempre o adolescente mais antigo do quarto e da ala é quem vai exercer a liderança.

Esse fato chama atenção porque, no CEA, critérios como coragem, força física, idade e repercussão do ato infracional cometido não influenciam, diretamente, a ocupação dos cargos de liderança, como ocorre em boa parte do sistema carcerário brasileiro. No entanto, há de se considerar que, mesmo não tendo os privilégios de um líder, os adolescentes que possuem algumas dessas características, têm “contexto” e acabam exercendo papéis de destaque, ocupando posições diferenciadas na hierarquia institucional e obtendo uma série de privilégios, tanto frente aos demais adolescentes como frente à instituição.

Pelo explanado, percebe-se que as relações sociais (re)construídas pelos adolescentes internos no CEA, entre os seus pares, possibilitam que eles ocupem posições diferenciadas dentro do campo. Mas, no CEA, as relações sociais não se resumem às relações entre os adolescentes, elas se estendem às relações que se constroem entre estes e os diversos grupos de funcionários que trabalham na instituição.

AS RELAÇÕES SOCIAIS ESTABELECIDAS ENTRE OS ADOLESCENTES E OS FUNCIONÁRIOS

No CEA, os funcionários que passam mais tempo em contato com os adolescentes são os agentes sociais. Estes têm como função principal acompanhar os adolescentes em todos os seus deslocamentos, tanto internos como externos.

Na instituição, não há um consenso com relação a como esses profissionais devem ser chamados: monitores, educadores, agentes sociais ou simplesmente agentes. Aqui, há uma diferença não apenas de denominação, mas de percepção de si e do outro. Como agentes sociais, esses funcionários se veem e são vistos como mediadores. Como monitores, eles percebem-se e são percebidos como vigias.

Os agentes sociais que trabalham no CEA são contratados por uma empresa terceirizada que presta serviços de segurança para várias outras empresas e instituições da cidade de João Pessoa. Sendo assim, boa parte dos agentes que chegam ao CEA estava procurando emprego de segurança e já executava essa função em outros lugares.¹⁹ Porém, segundo a direção da casa e os próprios agentes, eles passaram e passam, constantemente, por diversos “cursos de aperfeiçoamento para lidar com os jovens” (José – agente social).

Outro fato interessante é que boa parte dos agentes com os quais conversei tinha cumprido serviço militar e fazia referência a esse fato como importante na sua formação como pessoa e, consequentemente, como profissional.

No CEA, há uma significativa preocupação institucional com alguns agentes sociais, que além das funções de vigilância e educação, se enveredam por outros tipos de relações materiais e/ou afetivas com alguns adolescentes internos. Nesses casos, os agentes sociais trazem informações do mundo do crime para os adolescentes e/ou alguns objetos ou substâncias ilícitas, como celulares e drogas.

Quando questionados sobre as relações que estabelecem com os agentes, os adolescentes dividem as suas opiniões. Alguns dizem ter uma boa relação, nem próxima, nem distante, uma relação que se estabelece a partir do próprio cotidiano.

Porém, há opiniões que refletem outras formas de relações estabelecidas entre os adolescentes e os agentes sociais, as quais passam pela heterogeneidade de indivíduos e pela dinâmica existente no campo. Alguns adolescentes relativizam essas relações, afirmando: “Eu *se* dou, tem uns que eu *se* dou, tem uns que eu não *se* dou, não. Não vou dizer que eu *se* dou com tudo, *nê?*” (Raul, 13 anos, primeira internação); “Com uns aí eu não me dou bem, não, porque tem uns aí que *dá* uma de doido geral, o cara chama e eles passam direto. Mas, na tranquilidade” (Fábio, 14 anos, segunda internação).

Existem, também, aqueles adolescentes que, além de relativizarem e personificarem essas relações, criticam aqueles agentes que não se sensibilizam com a situação dos internos, como mostram as falas que seguem: “Rapaz, tem alguns que *entende* a situação, mas tem outros que só porque a pessoa *tá preso*, ele quer humilhar, entende?” (Fábio, 14 anos, segunda internação); “Tem alguns

que não quer nem saber” (Raul, 13 anos, primeira internação); “É bacana, tem monitor que é bacana, tem monitor que dá uma de doido. Porque quando a pessoa *tá* num conflito assim, aí ele quer separar e *dá* na pessoa. Aí nós *vai pra cima* também” (Leandro, 17 anos, nona internação).

Contudo, a maior parte dos adolescentes internos no CEA compreende as relações estabelecidas com os agentes sociais como relações de dependência ou troca, tendo em vista que os adolescentes necessitam, constantemente, da assistência e da ajuda dos agentes para realizarem as suas atividades. Já os agentes precisam da compreensão e da participação dos adolescentes para que o seu trabalho possa ser realizado da melhor forma possível.

Essa dependência nem sempre se estabelece de forma equilibrada, uma vez que a dependência dos adolescentes parece ser bem mais visível do que a dos agentes. Porém, em alguns casos, essa relação pode ser invertida. Um adolescente, quando questionado sobre a sua relação com os agentes sociais, coloca:

Tem uns que é meio traquino, mas tem nada a ver, não, é mais de noite, no plantão da noite. Teve um que deu uma *peia* em mim. Tocaram fogo lá, bagunçaram lá, aí ele meteu a mão dentro do meu olho, *pia*. Aí pronto. Eu vou matar ele por causa disso? Pai de família, *ne?* Trabalha *pra* sustentar a família. Eu não tenho raiva de ninguém, não, vou discutir não. Mas o monitor que controla lá é figura. Sabe tratar a gente direito, faz um favor *pra* gente. (Leandro, 17 anos, nona internação).

O tom de voz, os termos utilizados e a tranquilidade com que esse adolescente relatou a violência sofrida aguçou a minha

curiosidade sobre essas relações. Assim, depois de muitas conversas com esse mesmo adolescente, identificado como uma das lideranças no CEA, eu pude compreender que muitos desses agentes sociais estão atrelados às facções ou, ao menos, às lideranças internas existentes na casa. Certa vez, um desses líderes me contou que havia em seu quarto três celulares, levados para dentro da unidade por alguns agentes. Quando questionado sobre qual era a forma de pagamento que esses agentes recebiam para fazer esses “favores”²⁰ para os adolescentes, ele não me respondeu de forma direta, só disse que eles recebiam bem para isso.

Alguns agentes sociais confirmam que existem profissionais cooptados pelos adolescentes no CEA:

Eu tenho oito anos aqui, e tem várias pessoas que têm o mesmo tempo que eu. É, essas pessoas eu confio nelas, eu sei com quem eu trabalho e tenho um ciclo de amizade fora, até mesmo *pra* me proteger. Tem adolescente que ameaça você aqui e ameaça lá fora, a gente se protege tanto aqui quanto lá fora. A gente tem aquele grupo também, da gente, que se protege, mas tem muitas pessoas novatas que *entra* na casa, 3 meses, ninguém sabe de onde vem. A gente sabe, só não consegue pegar. Mas sempre tem alguém que, como eles dizem, é o mola-mola, que se enverga, se estica, dá *pra* todo serviço. Tem sempre, aqui e acolá tem um, mas geralmente quando o plantão é fixo, daqueles que passa dois, três anos sem sair, nesse plantão a gente não vê esse negócio; aí quando começa a mudar de empresa, começa a botar pessoas novas *pra* trabalhar, começa a aparecer. (Carlos).

E assim vão se tecendo as relações sociais dos adolescentes com os agentes sociais, alinhavadas por uma série de elementos

que variam do respeito à humilhação, da agressão verbal à agressão física, da dependência e das trocas, da pressão, tensão e chantagem, da rotina e do cotidiano de um campo dinâmico, heterogêneo e multifacetado.

Desse modo, o tipo de relação estabelecida entre os adolescentes e os agentes sociais revela diferenças no capital social dos internos, tendo em vista que aqueles adolescentes que estabelecem boas relações com os agentes tornam-se beneficiários de uma série de vantagens, que estão bem menos disponíveis àqueles adolescentes que estão mais distantes dos agentes sociais, o que gera uma distinção entre os internos.

No CEA, os adolescentes também interagem e constroem vínculos com outro grupo de funcionários, corriqueiramente, o chamado corpo técnico: assistentes sociais e psicólogos. Esses vínculos, por sua vez, facilitam o acesso a alguns benefícios. Entre os benefícios adquiridos, pode-se destacar: acesso a material de higiene pessoal e itens de primeira necessidade, como colchão e lençol; encaminhamentos para atendimentos de saúde fora da unidade; participação em oficinas e cursos; comunicação facilitada com a diretoria da casa e com a defensoria pública; informação sobre o andamento do seu processo; informação sobre familiares e amigos; concessão para receber visitas fora do horário; concessão para realizar ligações telefônicas para familiares; boa avaliação no relatório semestral encaminhado ao juizado, etc. Porém, essa relação é percebida de maneiras distintas pelos grupos de indivíduos que convivem no CEA.

Os agentes sociais afirmam que os adolescentes gostam de participar dos atendimentos técnicos, muitas vezes pedindo para serem atendidos, com o intuito de adquirir algum benefício a partir

do vínculo estabelecido com o técnico. Um dos benefícios mais visados pelos adolescentes, na construção de suas relações sociais com os técnicos, é a avaliação semestral feita por esses profissionais sobre o comportamento de cada adolescente. Essa avaliação é encaminhada ao juizado para que o juiz analise a situação do adolescente com vistas a conceder-lhe uma progressão de medida, ou mesmo uma liberação. Por isso, segundo o diretor da unidade, os adolescentes:

Veem o técnico como alguém que é a porta de saída. Então, é alguém que ele normalmente trata bem, que ele se relaciona bem, que ele se apresenta calmo, porque ele sabe a importância que esse profissional tem *pra* saída dele. (Ronaldo).

Porém os técnicos responsáveis por esses atendimentos, de modo geral, analisam a relação estabelecida entre eles e os adolescentes de uma maneira mais complexa. Eles enfatizam que os atendimentos ajudam os adolescentes não apenas a encontrarem vantagens para a sua sobrevivência no CEA ou para a sua possível liberação, mas os ajuda a refletirem sobre as suas vidas, as suas ações, possibilitando que eles tracem expectativas para o presente e para o futuro.

Os adolescentes, por sua vez, também constroem percepções diferentes sobre as relações que estabelecem com esse grupo de funcionários, mas, em sua maioria, eles percebem que a construção desses vínculos, além de possibilitar que eles obtenham algumas vantagens específicas, facilitam a obtenção dos recursos fundamentais para a sua sobrevivência no CEA.

Assim, a maioria dos adolescentes diz frequentar os atendimentos psicológicos e sociais e gostar destes. No entanto, as justi-

ficativas para esse “gostar” são variadas. Alguns adolescentes dizem que esses atendimentos ajudam a afastar os maus pensamentos, à medida que os profissionais vão orientando-os e aconselhando-os. Porém, muitos deles demonstram consciência frente à possibilidade de adquirirem ou perderem alguns benefícios a partir da construção dessas relações de proximidade e/ou distanciamento.

As relações estabelecidas entre os adolescentes e a direção da instituição também são importantes e consideradas como formadoras do capital social dos internos, pois elas possibilitam maior facilidade de acesso a alguns benefícios e vantagens.

As vantagens adquiridas pelos adolescentes a partir do estabelecimento de uma relação social de aproximação com os diretores do CEA são, basicamente, as mesmas vantagens que os adolescentes obtêm com os técnicos, porém, como a direção da unidade é, teoricamente, a autoridade máxima na instituição, ela tem sempre a última palavra, podendo, além de oferecer vantagens de uma maneira mais rápida e ágil, subtrair ordens e reverter contextos.

Mas construir uma relação de proximidade com os diretores da casa não é uma tarefa fácil para os adolescentes. Primeiro, porque os diretores não dispõem de muito tempo disponível para atender os adolescentes. Segundo, porque essa proximidade pode não ser bem vista pelos demais adolescentes, que podem pensar que está havendo passagem de informação para a diretoria da casa, ou seja, “cabuetagem”.

Como a suspeita de “cabuetagem” pode cair sobre os adolescentes que se fazem mais próximos dos diretores da casa, muitos deles preferem manter certa distância, mesmo que isso os prive de algumas vantagens. Segundo alguns adolescentes, eles só procuram a diretoria da casa quando algo grave está acontecendo nas alas.

A partir do exposto, fica claro que os adolescentes internos no CEA constroem uma rede de apoio a partir dos diversos tipos de relações sociais, que lhes oferecem recursos que funcionam como um capital social fundamental para o estabelecimento dos mecanismos de diferenciação e distinção no campo.

E assim o CEA vai se constituindo como um campo relacional onde se estabelecem lutas por poder simbólico, que direcionam os posicionamentos e distinções, a partir da valorização do capital social, classificado como capital mais importante para o campo em estudo (BOURDIEU, 1992; 2001; 2007). A maior ou menor posse desse capital determina posições e condiciona comportamentos e *habitus* essenciais à dinâmica institucional do CEA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo compreender os processos de construção de vínculos sociais que permeiam as sociabilidades dos distintos grupos de indivíduos que constroem o CEA. No intuito de apreender o cotidiano dos adolescentes internos nessa instituição, analisei o CEA para além das ideias propostas por Foucault e Goffman, compreendendo-o como um campo, um espaço dinâmico e relacional, destacando alguns elementos bourdieusianos.

Nesse sentido, buscou-se apreender como a posse de alguns elementos, materiais e/ou simbólicos, valorizados entre os adolescentes internos, condiciona as posições ocupadas e, consequentemente, as hierarquias e as formas de sociabilidades construídas e/ou reconstruídas nesse cenário. Ou seja, buscou-se compreender como esses adolescentes (re)criam as suas formas de sociabilidade,

fundando novos arranjos para velhos valores e práticas, através dos processos de reconhecimento e identidade, da construção de semelhanças e dessemelhanças, dentro desse espaço delimitado que se (re)constrói cotidianamente.

Pelo exposto, pode-se perceber que os adolescentes internos no CEA se constituem como atores reflexivos capazes de realizar avaliações e escolhas, a partir dos seus valores e dos significados que eles atribuem a cada coisa. Ou seja, ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, percebi que são as condições materiais e simbólicas que posicionam e localizam os indivíduos dentro do internato que os fazem (re)construir fronteiras (físicas e/ou simbólicas), dinâmicas e práticas cotidianas.

Assim, percebi que os adolescentes internos no CEA avaliam subjetivamente as condições objetivas que lhes são apresentadas, ordenando valores e identificando, nesse contexto, a ordem de importância atribuída às coisas, às pessoas e às situações. Esses adolescentes, geralmente, não assumem os papéis que lhes são socialmente atribuídos, de maneira inconsciente. Eles analisam e (re)elaboram aqueles papéis mais significativos, a partir do contexto no qual estão inseridos, bem como das posições que eles ocupam, estabelecendo, assim, distinções entre eles; indivíduos que, socialmente, são percebidos como iguais.

Desse modo, fica claro que é a intersecção entre as posições objetivas e as posturas subjetivas adotadas pelos adolescentes, nesse contexto, que permeiam a construção dos vínculos sociais e, conseqüentemente, constroem essa instituição.

Nesse sentido, percebe-se que, no CEA, a experiência da internação ultrapassa os processos de “mortificação e/ou disciplina-

rização” do eu, discutidos por Goffman (1999) e Foucault (1996), caracterizando-se como uma fase onde se tecem estratégias de sobrevivências, a partir das tramas relacionais instituídas, que perpassam o tempo e o espaço da internação

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. *In*: ORTIZ, Renato (Org.). **Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1983.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____. **Razões práticas**: Sobre a teoria da ação. Campinas: Editora Papirus, 1996.

_____. **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

_____. **A produção da crença**: contribuição para uma economia dos bens simbólicos. Porto Alegre: Editora Zouk, 2001.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre: Editora Zouk, 2007.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders**: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1996.

FROTA, T. de L. L. **Entre o pavilhão e o inferno**: trajetórias de meninos infratores no Ceduc/Pitimbu. 2006. 200 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 1988.

_____. **A Representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1989.

_____. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: Notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, 2002.

SARTI, C. A. **Ambivalência entre iguais**: uma discussão sobre a moral dos pobres. Trabalho apresentado no XVIII Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 1994.

SILVA, V. F. **Conflitos e violências no universo penitenciário brasileiro**. 1. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

VARELLA, D. **Estação Carandiru**. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

ZALUAR, A. **A máquina e a revolta**: As organizações populares e o significado da pobreza. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

A VIOLÊNCIA E SUAS MÚLTIPLAS SIGNIFICAÇÕES NO UNIVERSO ESCOLAR. REFLEXÕES SOBRE O *BULLYING* EM UMA ESCOLA PÚBLICA DA CIDADE DE CAMPINA GRANDE - PB

Alessandra da Silva

INTRODUÇÃO

O presente texto apresenta parte dos resultados de uma pesquisa desenvolvida em escola da rede pública de ensino na cidade da Campina Grande - PB, a qual denominaremos aqui de Escola Estadual Rio Amazonas. A referida escola localiza-se em um bairro considerado periférico da cidade e atende um público diversificado que, em sua maioria, são oriundos do próprio bairro ou de localidades circunvizinhas. A pesquisa teve como objetivo estudar a emergência das práticas de violência que ocorrem entre crianças e adolescentes no espaço escolar, conhecida como *bullying* – prática social que ocorre entre pares e se caracteriza por um conjunto de atos violentos físicos e simbólicos, praticados de forma recorrente no universo escolar. Essas características são marcadas por agressões, ameaças, apelidos jocosos, constrangimentos e humilhações, utilizados pelos agressores que exercem tais práticas motivados por visões preconceituosas e atitude de intolerância contra aqueles que julgam diferentes de si.

Os sujeitos escolhidos para contribuir com nossa pesquisa foram os estudantes de ambos os sexos do ensino fundamental que cursavam entre o 6º e o 9º ano, nos turnos matutino e vespertino,

com idade compreendida entre 10 e 15 anos. Metodologicamente, empregamos procedimentos qualitativos e quantitativos, desenvolvidos a partir da prática etnográfica, mediante observações minuciosas do cotidiano escolar, aplicação de questionários com 413 estudantes, sendo 265 no turno da manhã e 148 no turno da tarde. Realizamos ainda o uso da técnica de grupos focais. Para tanto, organizamos seis grupos, sendo três em cada turno, cada grupo contendo entre 6 e 8 alunos, organizados por gênero e categorias de modo que contemplassem grupos de vítimas, agressores e espectadores.

A organização e formação dos grupos ocorreram de acordo com as observações realizadas no cotidiano escolar durante os momentos de chegada dos alunos, intervalos e sala de aula enquanto preenchem os questionários, e também contamos com a colaboração dos professores, diretores e funcionários da instituição, que nos davam informações a respeito do comportamento dos alunos indicando nomes para a formação dos grupos.

Os resultados das análises revelam uma forte incidência de práticas recorrentes de violência que atingem parte significativa dos estudantes: cerca de 62% dos participantes afirmaram ter sofrido violências que podem ser classificadas como *bullying*, sendo as formas verbais as mais recorrentes, elegendo a sala de aula e o pátio como os locais preferidos para essas práticas.

A VIOLÊNCIA ESCOLAR E SUAS MÚLTIPLAS SIGNIFICAÇÕES

O debate acerca da violência escolar tem se constituído na atualidade como um dos principais problemas discutidos amplamente em cenário mundial. E cada vez mais vem se destacando

como um dos grandes desafios a serem enfrentados em nossa sociedade, uma vez que tal fenômeno perpassa todas as esferas da vida social. As manifestações desse fenômeno soam como um problema social que ganha realce nas discussões atuais, seja através da mídia ou do cotidiano das pessoas. Inegavelmente a violência se constitui como uma realidade evidente em todas as escolas e se dissemina como um problema presente mundialmente cujos efeitos se refletem como sinônimo de preocupação.

O que se observa nos dias atuais é uma crescente preocupação com o fenômeno da violência, que se expressa nos diversos espaços. Os veículos de comunicação constantemente propagam fatos e acontecimentos que evidenciam o aumento expressivo das diferentes formas de violência que acometem parte da população e cujas práticas se desdobram por toda parte. E o ambiente escolar, como uma instituição inserida na sociedade, também tem sido divulgado como palco constante de tais práticas. É notória a importância que se tem dado à violência que permeia o ambiente escolar nos últimos anos. Esse tema tem sido rotineiramente investigado, ganhando cada vez mais espaço na mídia (TV, jornais impressos, internet, etc.), que noticia com frequência situações que ocorrem no âmbito desse ambiente envolvendo estudantes. São fatos e acontecimentos que evidenciam o aumento preocupante desse fenômeno nesse contexto.

O tema também é alvo de discussões no âmbito acadêmico, que recorrentemente vem abordando uma série de aspectos cruciais que remetem ao tema em questão. No decorrer dos últimos anos, vivenciamos diferentes formas de violência e esse fenômeno não possui um locus específico, manifestando-se em todas as partes da sociedade, e o ambiente escolar não está isento de tais práticas.

Nesse sentido, para entendermos como se configura a violência no meio escolar, é preciso pensarmos ao modo de Charlot (2002), atentando, sobretudo, as formas como essas violências ocorrem e se perpetuam nesse espaço. O referido autor chama atenção para três tipos de violências que fazem parte desse cenário: a violência na escola – aquela produzida dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades de instituição escolar; a violência à escola – ligada à natureza das atividades contra a instituição: depredação, pichação, entre outros; e a violência da escola – que se define como a violência institucional, simbólica, que os próprios alunos suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam.

Diante desse contexto, em meio à multiplicidade de violência que emerge no espaço escolar, interessou para este estudo analisar um fenômeno que se distingue de outros tipos de violência e se dissemina no âmbito desse espaço, o *bullying* – tipo específico de violência que é produzida a partir de valores sociais difundidos na sociedade e que ganha contornos singulares, manifestando-se dentro do universo escolar de modo recorrente, sendo alvo de análises e estudos em diversos países e apenas nas últimas décadas sendo estudado com maior intensidade no meio acadêmico brasileiro.

Trata-se de um fenômeno complexo, que necessita ser compreendido em suas múltiplas expressões, devendo ser analisado sob o prisma da complexidade que ele assume. Nesse sentido, a noção de violência que nos propusemos a analisar no texto em tela se aproxima das definições propostas por (FREUND, 1983; MICHAUND, 1989), quando apontam a violência enquanto um conjunto de estratégias utilizadas por um ou mais indivíduos impostas contra outros de modo que os levam a agir contra sua vontade.

Entendendo aqui que as práticas desse fenômeno não se limitam apenas ao uso da força física, ao contrário, elas ocorrem em uma multiplicidade de manifestações imersas no ambiente escolar, que se delineiam de maneira direta, utilizando-se da força física; ou de formas indiretas, por meio de atos simbólicos, psicológicos e verbais, através de ameaças, humilhações, constrangimentos, que se expressam nas relações sociais entre indivíduos que partilham desse espaço.

BULLYING – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Apesar de as práticas da violência se encontrarem radicadas em todas as escolas do mundo, o estudo do fenômeno sob a denominação de *bullying* ainda é recente. O termo teve origem na década de 1970, tendo como precursor o psicólogo Dan Olweus (1993). A partir de então, tal expressão passou a ganhar visibilidade no meio acadêmico internacional. O referido autor se preocupou em desenvolver pesquisas nas escolas e, ao identificar as expressões de violência recorrentes dentro desse espaço envolvendo crianças e adolescentes, denominou tais práticas de *bullying*, diferenciando-as de outros tipos de violência. Assim, caracterizou-o como “um ato de atitudes violentas de ordens físicas e/ ou simbólicas que se passa entre pares no universo escolar, praticada com intenção de ferir ou maltratar o outro”

Ele apontou as principais características que singularizam tal fenômeno: primeiro, segundo ele, existe uma relação de poder entre o agressor e sua vítima; outra característica que o identifica é que o agressor, ao exercer as práticas da violência, tem intenção de ferir e humilhar o outro, seja de forma direta ou utilizando-se de

práticas indiretas, como apelidos, constrangimentos, humilhações, etc.; e o outro fator que o caracteriza é a recorrência dos atos de violência direcionados a indivíduos.

No Brasil, o *bullying* e suas implicações no ambiente escolar ainda são pouco estudados, passando a ganhar repercussão nas pesquisas brasileiras nas últimas décadas, expressando-se como forma de preocupação no âmbito acadêmico por autores que têm se debruçado na busca de uma compreensão que abranja o termo em questão.

De acordo com a literatura revisada, o termo *bullying* é oriundo do vocábulo inglês *bully*, que, em seu sentido literal, significava “valentão”, “tirano”. Tal fenômeno tem sido utilizado internacionalmente em inglês, por ainda não existir tradução para a língua portuguesa que dê conta de uma definição precisa do termo.

Conforme Fante (2005), a definição do que se conveniou chamar de *bullying* pode ser sintetizada como:

Um conjunto de atitudes agressivas, intencionais e repetitivas que ocorrem sem motivação evidente, adotado por um ou mais alunos contra outro(s), causando dor, angústia e sofrimento. Insultos, intimidações, apelidos cruéis, gozações que magoam profundamente, acusações injustas, atuação de grupos que hostilizam, ridicularizam e infernizam a vida dos outros alunos, levando-os à exclusão, além de danos físicos, morais, materiais e psicológicos. (FANTE, 2005, p. 28-29).

A autora ressalta ainda que o fenômeno não se trata de um episódio esporádico ou de brincadeiras próprias de crianças; é um fenômeno violento que ocorre em todas as escolas e propicia uma vida de sofrimento para uns e de conformismo para outros. As

características que apontam para algumas das condutas observadas em relação ao *bullying* vão desde ocorrência de danos físicos, morais e materiais, insultos, apelidos cruéis e gozações que magoam profundamente, até ameaças, acusações injustas, atuação de grupos que hostilizam a vida de muitos alunos, levando-os à exclusão.

Rolim (2008) aponta também as singularidades que a definição desse fenômeno assume. Segundo ele, os comportamentos envolvidos nesse fenômeno podem ser identificados por meio de algumas ações, tais como: “Colocar apelidos, ofender, zoar, gozar, encarar, humilhar, fazer sofrer, discriminar, excluir, isolar, perseguir, aterrorizar, amedrontar, tyrannizar, dominar, agredir, bater, chutar, empurrar, roubar, quebrar pertences”. (ABRAPIA apud ibidem, p. 16).

Cabe ainda enfatizar, conforme a literatura revisada nos mostrou, que no cenário onde as práticas do *bullying* ocorrem, existem pelo menos três categorias que caracterizam os sujeitos envolvidos no fenômeno: os agressores, as vítimas e os espectadores.

Os agressores ou *bullies* são os que oprimem e ameaçam suas vítimas por motivos banais, buscando impor sua força e autoridade, colocando-se frente a seus pares como portadores de força física e psicológica superiores a suas vítimas, encontrando sempre uma oportunidade de se autoafirmarem perante a si mesmos e em relação aos outros. Eles são “especialistas em encontrar nossos calcanhares de Aquiles, aquelas partes onde somos mais sensíveis, exagerando-as, humilhando-as e as usando contra nós” (MIDDELTON-MOZ & ZAWADSKI, 2007, p. 34). Ainda sobre esses sujeitos, as autoras apontam algumas características comuns entre os alvos de interesse dos *bullies*, como ser gordo, magro demais, usar óculos, ter sardas, baixa estatura, andar de cadeira de rodas, a cor da pele ou etnia, possuir religião, a origem socioeconômica ou a orientação sexual diferente.

Importa acrescentar ainda que estes, para se defenderem, utilizam de sua arrogância, sarcasmo, exercendo certo controle sobre os outros, raiva e manipulação, além de possuírem uma enorme capacidade de identificar as pessoas que são alvos fáceis de *bullying*.

A segunda categoria desses protagonistas - as vítimas - são pessoas consideradas mais frágeis fisicamente, tímidas, passivas, com pouca sociabilidade, talvez por medo ou insegurança de confiar nos colegas.

As vítimas são eleitas, não precisam fazer nada para serem escolhidas, os agressores as elegem de um grupo para serem alvos de ataques. Essas agressões, então, não têm um motivo especial, uma origem. (CALHAU, 2010, p. 10).

Considerando as possíveis características que essas podem apresentar, Middleton-Moz & Zawadski (2007, p. 18) enfatizam que as vítimas são pessoas que constituem uma espécie de alvo das práticas de *bullying*. Elas costumam se sentir vulneráveis, podem sentir medo ou mesmo vergonha, sua autoestima pode ficar cada vez mais baixa. E a ocorrência desses atos pode aumentar, caso nenhuma atitude seja tomada para impedir sua recorrência.

Por último, é importante enfatizar que as práticas desse fenômeno não afetam apenas aqueles que são atingidos diretamente, pois em meio aos dois grupos já expostos, existe um terceiro grupo que também faz parte do cenário, ocupando a plateia: aqueles personagens denominados espectadores. Estes não se envolvem diretamente em atos de *bullying*, são aqueles que têm ciência dos acontecimentos violentos, contudo muitos usam da lei do silêncio, talvez por “medo de ameaças em se tornarem possíveis alvos dos agressores” (FANTE, 2005), e por isso sentem dificuldades de denunciar aos adultos as cenas de violências presenciadas. No en-

tanto, é possível considerar que, frente a essa plateia, existem ainda aqueles que indiretamente participam das agressões, no momento em que incentivam as brigas entre os colegas, demonstrando certo “apoio” aos agressores.

CONHECENDO O CAMPO DE PESQUISA: PRIMEIRAS INCURSÕES E CAMINHOS METODOLÓGICOS

Nossa inserção em campo de investigação se deu após contato e autorização junto à direção da escola para realizar a pesquisa que ora apresentamos. Assim, mediante o consentimento da diretora, demos início à pesquisa. Esses primeiros momentos de visita à instituição foram importantes para a construção de nossa pesquisa, uma vez que, por meio da técnica etnográfica, nos possibilitaram as observações minuciosas no cotidiano escolar, em vários momentos (intervalos, aulas vagas, sala de aula), atentando para os detalhes, sobretudo, as interações estabelecidas entre os diversos atores sociais que compõem o espaço; alunos, professores e demais funcionários.

Desde as nossas primeiras visitas à escola, já percebemos de antemão que estávamos diante de um ambiente permeado por situações conflituosas, situações que envolviam não só os alunos, mas também estes e os profissionais que atuam na escola, e algumas delas despertaram nossa atenção.

A primeira delas ocorreu no dia em que estávamos conhecendo os espaços internos da escola. No momento em que circulávamos pelos corredores e pelo pátio da escola juntamente com o diretor que gentilmente nos apresentava alguns espaços da escola enquanto nos guiava até as salas de aula, havia duas alunas que se encontravam deitadas com seus cadernos no pátio, próximo à

cantina onde é servido o lanche, no período do intervalo. Ao notar a presença das garotas ali, o diretor começou a gritar, solicitando que elas levantassem, questionando sobre o porquê de não estarem em sala assistindo à aula, ao que elas alegaram que estavam em aula vaga e aproveitavam o momento para realizar uma tarefa. Em meio à discussão, sem ao menos ouvir a justificativa das garotas, o diretor começa a insultá-las de forma grotesca, utilizando palavras de baixo calão, gritando em alto e bom som que se retirassem imediatamente do colégio, pois lugar de “vagabundas” era na rua, e que estariam suspensas por três dias e só entrariam na escola mediante a presença dos pais. Em meio a vaias de outros alunos que vagavam pelo pátio, ao assistirem à cena de discussão, as meninas pegaram seu material e, chorando, se dirigiram ao portão que dá acesso à rua.

Outra questão que nos chamou atenção durante esses momentos de estadia em campo foi o modo como os professores se referiam aos alunos no interior da escola: era comum ouvirmos desses professores, enquanto circulavam pelo pátio, corredores, dentro da sala de aula, palavras ou frases que indicavam uma visão depreciativa dos alunos, como: “Esses meninos são um bando de *presépio*”. Essa foi uma frase proferida por um professor contra seus alunos no momento em que passava no corredor em direção à sala de aula. O que ele quis dizer é que ali só existiam alunos sem propósitos, que não querem nada, nenhum presta, muitos estariam ali apenas para bagunçar. Acontecimentos dessa natureza não eram estranhos ao cotidiano da escola, sendo notórios em várias situações, nos momentos em que permanecemos em sala realizando aplicação de questionários, por exemplo, comumente ouvíamos dos professores que se dirigiam aos alunos utilizando uma diversidade de termos pejorativos como “marginal”, “maconheiros”, “vagabundos”, “capetas”, “diabinhos”, “negrinha”, “macaca”, dentre outros.

Em conversas posteriores com os alunos, nas reuniões dos grupos focais, pudemos confirmar com uma aluna que revelou, por meio de sua fala, alguns desses adjetivos utilizados pelos professores como forma de controlá-los durante as aulas. Segundo a aluna, uma professora chamou uma de suas colegas de “rapariga mirim”. Outra menina nos contou que só porque estava conversando durante a aula, um professor gritou com ela: “Cala a boca, macaca”.

Tem um professor que falou até um palavrão com a gente, uma professora que praticamente chamou a gente de burro. Ela mandou a gente se lascar e disse que a gente não sabia de nada. (Fala de uma aluna do 6º ano).

Tais relatos e expressões evidenciam, em parte, a forma como são estabelecidos os diálogos entre professores e alunos dentro da escola, revelando assim marcas de violência simbólicas e conflitos demonstrados através das atitudes do corpo docente perante seus alunos, abrindo-se talvez a possibilidade, e em certa medida contribuindo, para proliferação das múltiplas formas de violência recorrentes entre os indivíduos que fazem parte desse cenário.

Essas primeiras visitas e observações em campo por meio da técnica etnográfica contribuíram, entre outros aspectos, para a seleção dos alunos que participariam da outra etapa, posterior aos questionários. Nesse sentido, após essas primeiras explorações em campo, aplicamos questionários que foram respondidos pelos alunos em sala no momento das aulas. Para tanto, contamos com a ajuda dos inspetores, que nos guiavam até as salas de aula e mediante a autorização dos professores adentrávamos a sala. Na ocasião antes da entrega dos questionários, eram expostos os objetivos da pesquisa, bem como os esclarecimentos das possíveis

dúvidas; os alunos eram esclarecidos também de que sua participação na pesquisa era voluntária e os que decidissem participar não era preciso se identificar. Poucos alunos se recusaram a participar dessa etapa da pesquisa.

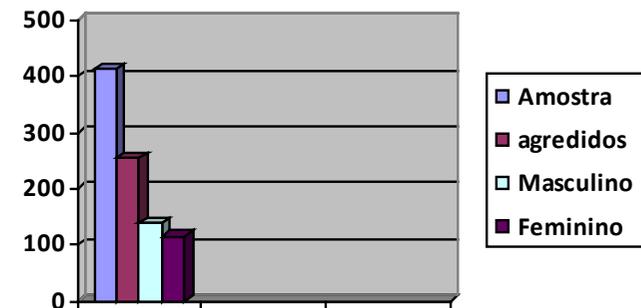
Dessa forma, conforme já indicado nas páginas iniciais do texto, além das observações, aplicamos 413 questionários com alunos em 17 turmas do ensino fundamental (do 6º ao 9º ano), distribuídos em dois turnos, sendo 10 turmas no turno da manhã e 7 no turno da tarde. Em seguida, realizamos grupos focais – técnica entendida como uma interação entre participantes e pesquisador, e que objetiva colher dados a partir da discussão focada em tópicos específicos e diretivos (IERVORLINO; PELICIONI, 2001). Seguindo essa perspectiva, selecionamos alunos e formamos grupos que tinham entre 06 e 08 participantes. Todos os alunos convidados para nossa conversa foram esclarecidos de que as falas seriam gravadas, que sua participação seria voluntária e que os nomes ali revelados seriam mantidos em sigilo. Com a concordância dos alunos, realizamos as entrevistas em uma sala fechada, norteadas pela pesquisadora, que seguiu um roteiro previamente elaborado. Buscou-se manter a sequência sugerida no roteiro, acrescentando-se quando necessário algumas questões, visando obter uma explicação mais detalhada das respostas fornecidas.

“AQUI É A LEI DA SELVA” – PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA RECORRENTES ENTRE OS ESTUDANTES REVELADAS NO CONTEXTO DA ESCOLA RIO AMAZONAS

As brigas e ameaças compõem, com certa frequência, o cenário da escola por nós estudada e abrangem um conjunto de

modalidades que se espalham por vários espaços internos à instituição, desde práticas físicas, psicológicas, verbais ou simbólicas. Nas respostas fornecidas pelos questionários e conversas com os alunos durante os grupos focais, foi possível identificar uma incidência significativa de violência praticada entre os alunos, caracterizada como *bullying*. Tal afirmação se torna evidente no momento em que indagamos a estes se já haviam sofrido algum tipo de intimidação na escola: dos 413 alunos que responderam a essa questão, 255 afirmaram ter sido vítimas de práticas recorrentes da violência, seja através de chacota, apelidos, tapas, chutes, insultos, ameaças, etc. Destaca-se ainda que as práticas desse fenômeno não escolhem sexo para serem exercidas, tendo em vista que destes que se declararam vítimas, 139 foram do sexo masculino e 116 do sexo feminino. Em termos percentuais, tais resultados podem ser visualizados no gráfico que se segue.

GRÁFICO 1 – ALUNOS QUE SOFRERAM ALGUM TIPO DE AGRESSÃO OU INTIMIDAÇÃO



Fonte: Pesquisa de campo.

Entre as práticas de violências desenvolvidas nessa escola, reveladas pelos alunos tanto nas respostas fornecidas por meio dos questionários quanto nas conversas dos grupos focais, as formas indiretas são as mais priorizadas, como as práticas verbais, que ganham maior relevância em relação às demais, com um número relativamente expressivo de 56%, apontado pelos alunos; enquanto 14% afirmaram ser vítimas das práticas provocadas de forma direta, isto é, física; e outras 12% declararam sofrer agressões emocionais. Cabe ainda salientar que tais violências são expressas por meio de apelidos jocosos, ofensivos e constrangedores, que são largamente utilizados pelos agressores como forma de irritar, humilhar ou agredir os colegas, apelidos quase sempre estão relacionados aos aspectos físicos dos estudantes.

Muito embora o *bullying* ainda seja considerado por alguns estudiosos como brincadeiras ingênuas, típicas e “normal” da própria idade, é interessante observar que nossa pesquisa constatou que foram poucos os casos em que tais apelidos soam como forma de brincadeira entre colegas que, por vezes, acham até “engraçado”. Como no caso de Guilherme, aluno do 7º ano, ao ser questionado como se sente quando os colegas o apelidam, ele respondeu: “É só a gente brincando”, acrescentando que esses apelidos quando utilizados entre os grupinhos de amigos é uma forma do que eles chamam de “tirar onda” uns com os outros, um modo de “zoar”, fazer piadas “engraçadas”, a ponto de servir de divertimento para os demais da turma. A exemplo de Bruno, da mesma turma de Guilherme, que nos informou que ri muito das piadas e apelidos proferidos contra os colegas, quando entre o círculo de amigos e indicam uma forma de amizade, contudo, segundo os alunos, essas brincadeiras só ocorrem entre os colegas mais próximos, isto é, aqueles pertencentes ao mesmo grupo. Nesse sentido, tomando

como exemplo as falas dos alunos acima descritas, quando essas formas de brincadeiras ocorrem, sem que prejudiquem os envolvidos, não podemos julgar que se caracterizam como práticas de *bullying*, uma vez que, em momento algum nas situações narradas pelos garotos, ficou explícita alguma imposição de um colega em relação ao outro ou aos demais colegas.

Por outro lado, isso não nos leva a descartar a possibilidade de que a violência existe e é uma constante nessa escola, pois, para poucos apelidarem ou serem apelidados, são formas de divertimento, relações de amizade; todavia, para uma maioria, nem sempre tais atos podem ser considerados apenas meras “brincadeiras” entre colegas e/ ou grupinhos de amigos, pois, em tais situações, o hábito de colocar apelidos jocosos acaba causando constrangimento, levando as vítimas a passarem por humilhações e tristezas. Como ocorre com Maria Clara, aluna do 9º ano, que diz se sentir incomodada e constrangida a ponto de não sentir mais vontade de ir à escola: “Fico com desgosto, sem querer ir mais *pra* escola... A pessoa se sente mal, sabe, desprezada pelas pessoas que mais convivem todo dia, e assim por nada chegar e apelidar. Isso é chato, é constrangedor!” (Aluna do 9º ano).

Os discursos dos alunos durante as conversas nos grupos focais indicaram a escola como um local inseguro, que lhes causa medo, pois é ali onde eles e parte dos colegas são vítimas dos atos de violências e muitos vivem constantemente cercados por sentimentos e situações de medo, tristeza e angústia, causadas pelos próprios colegas. Rafael, um aluno do 7º ano, nos contou que é agredido pelos colegas todos os dias e em vários ambientes da escola. Ele relatou com riqueza de detalhes as formas insultantes e ofensivas utilizadas pelos colegas e disse se sentir triste diante das

humilhações que lhe são causadas. “A escola é a lei da selva, aqui vence o mais forte” nos revelou várias situações de *bullying* sofridas na escola, que por ser gordinho, era vítima constante dos apelidos e agressões pelos colegas. Naquele dia, inclusive, minutos antes da entrevista, no momento do intervalo, um dos colegas que o importunavam direto havia lançado um de seus chinelos em cima do telhado, e isso tinha o aborrecido demais, pois não suportava mais servir de chacota para os colegas. O que nos chamou atenção, nos comovendo bastante durante a conversa com o garoto, foi o tom de tristeza e as lágrimas que escorriam pelo rosto enquanto nos falava das violências sofridas.

Às vezes, eu tô fazendo a atividade, a professora não tá na sala, né, aí eu fazendo a atividade, quando menos espero, vem um e dá nas minhas costas... aí eu deixo pra lá, né. Se eu for falar, a diretora não vai fazer nada... As pessoas são muito chatas, chegam na pessoa, tiram onda, riem, acha que é o mandão, aí se me vê indo pra diretora diz, vou resolver, o menino volta pra sala e faz a mesma coisa e a diretora não faz nada.

As falas do aluno acima relatadas e outras mais reveladas durante as conversas com outros alunos nos revelam que, na maioria dos casos, os adultos ficam sabendo das práticas de *bullying* que ocorrem nessa escola, devido à falta de credibilidade dos alunos com relação aos superiores da escola, ou ainda, à falta de atenção ou de conhecimento do assunto tratado por parte destes, quando fazem pouco caso e não dão a importância devida ao serem informados pelos alunos das agressões sofridas.

Isso se torna nítido no momento em que, ao analisarmos as respostas colhidas por meio dos questionários, percebemos que

dos alunos que compartilham com alguém as agressões que sofrem, uma parcela mínima, apenas 15% dos alunos, conta com o apoio dos professores quando sofrem algum tipo de violência.

Vale salientar ainda que, apesar de uma parcela dos alunos contarem para alguém mais próximo, seja pais, professores ou amigos sobre as violências ocorridas, outros preferem não contar sobre as intimidações ou agressões, principalmente quando são vítimas das atrocidades cometidas pelos colegas. No caso da nossa pesquisa, pelo menos 24% dos participantes relataram que preferem permanecer em silêncio por medo ou vergonha do acontecido. Como bem nos relatou Renata, ao afirmar ser vítima de *bullying*:

A pessoa quando sofre *bullying*, a gente tem vergonha de dizer pra outra pessoa que tá sofrendo, fica até com medo. Às vezes, a pessoa tem mais vergonha quando é verbalmente do que fisicamente, porque a pessoa fica com vergonha de dizer, com medo e tal... (Aluna do 9º ano).

Nesse sentido, Calhau (2010, p. 30) observa que é comum que a vítima mantenha a lei do silêncio, pois na maioria das vezes, as agressões são ofensas morais e não deixam vestígios. Ela tem medo e vergonha de falar sobre as humilhações e, em muitos casos, teme que o problema se agrave se for tornado público.

Os alunos alegaram que, muitas vezes, não denunciam as agressões aos professores, tendo em vista que estes parecem não lhes dar muito crédito quando são informados ou presenciam situações de violência. Segundo nos informou Bruna, aluna do 6º ano do turno da manhã, na sua sala, tem um menino que vive agredindo outro. Questionada sobre a presença do professor nos momentos das agressões, a aluna prontamente respondeu: “Tava, mulher, mas

fica só lá mesmo, não faz nada, nem liga”. Outra menina nos contou que muitas agressões também ocorrem na quadra, geralmente com a presença dos professores, mas que estes veem e nem reclamam.

Outra informação que merece destaque é que não há um lugar específico para a ocorrência dos atos de violência que permeiam o interior da escola. Eles ocorrem em locais variados, contudo, é a da sala de aula considerada por excelência o espaço de interação entre professores e alunos e destes com seus colegas, onde ocorre a maior incidência das práticas agressivas. Esse espaço foi apontado por 43% dos estudantes como o local “privilegiado” em que mais sofrem ou presenciam tais práticas.

Quanto aos envolvidos nas práticas do *bullying* na Escola Vila da Esperança, entre o grupo dos que se declararam agressores, há um predomínio do sexo masculino, os quais na maioria não escolhem o sexo para praticarem as agressões, contudo há uma segmentação sexual entre os praticantes do *bullying*, pois em sua maioria é dentro do grupo do mesmo sexo que frequentemente ocorrem as agressões. Já as meninas afirmaram se envolver mais em agressões contra meninas.

Entre os estudantes que contribuíram para esta pesquisa, existe uma parcela que afirmou não se envolver diretamente em nenhum tipo de agressão, ou intimidação. Estes, na maioria dos casos, atuam como plateia: alguns servem de apoio para os agressores; outros apenas assistem inertes aos atos agressivos contra seus colegas; estes preferem manter a lei do silêncio e dizem que preferem “não se meter”, pois há casos em que chegam a sofrer ameaças por parte dos agressores, conforme nos contou Aline: “Quando tem alguma briga aqui na escola, ninguém se mete, tem vez que um menino bate no outro e a gente diz, não bate nele não, isso é

chato, aí ele diz: ‘cala a boca que a briga aqui é entre eu e ele’. Aí quer descontar na gente, ‘fale de novo que eu bato em você’. Outra menina também disse que prefere manter silêncio para evitar possíveis confusões: “Eu fico calada, não vou *se envolver pra* ninguém vim atrás de mim, não”.

Frente a essa plateia que assiste em silêncio e sem intervir nos atos de violência presenciados, existe ainda boa parte dos alunos que participam como incentivadores das práticas, podemos constatar, a partir da fala de Júnior, quando questionado se já havia presenciado alguma briga na escola e como agiu ao presenciar:

Já vi, joguei areia. Eram duas meninas, puxando os cabelos, dando murros, chutes, uma pegando no cabelo da outra e danando ela no chão. Assim, quando acontece briga, ninguém é doido de separar não, *né*, porque senão apanha também, aí o povo fica gritando e tal, ninguém nunca vai separar porque já sabe, se for apanha.

Como visto, a plateia que compõe uma parte significativa dos alunos é variável, contribuindo, por vezes, para que o espetáculo do *bullying* ganhe reforço positivo, para sua emergência e continuidade nessa escola, haja vista que seus atores contam com a torcida que lhes dê “apoio” a fim de garantir o máximo de sucesso e popularidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa nos forneceram elementos importantes que possibilitaram identificar a forma como o *bullying*

reflete e produz formas variadas de violência dentro da escola estudada, proporcionando, em parte um clima de insegurança e transformando-a em um ambiente marcado pelas relações conflituosas identificadas nas violências que ali permeiam.

Os dados nos chamam a atenção ainda para um número expressivo de casos de violências que permeiam os alunos naquele ambiente, quando parte significativa deles (62%) afirmou ter sido vítima de algum tipo de violência.

As condutas violentas explícitas, identificadas tanto por meio das observações, dos questionários e das entrevistas, foram as agressões físicas, verbais, emocionais e racistas. Tais práticas envolvem empurrões, chutes, apelidos, xingamentos, entre outros, contudo as análises dos dados evidenciaram que a agressão verbal é a mais predominante, representando 56% em estudantes de ambos os sexos. Foi possível observar ainda que os alunos do sexo feminino sofrem mais agressões de tipo emocional, já os meninos em sua maioria recorrem com maior frequência às agressões físicas. Outro fator que ficou evidente foi que os atos das violências, em média, aparecem com mais frequência entre adolescentes com idade de 12 a 15 anos, os quais representam 42%. Identificamos, ainda, que há uma maior intensidade de casos em meninos que em meninas.

Diante de tais constatações, os resultados das expressões levantados desse fenômeno que ocorrem entre os estudantes na Escola Rio Amazonas se revelam de forma preocupante, causando impactos significativos no comportamento dos envolvidos, gerando sentimentos e sensações de medo e insegurança, além de trazer possíveis prejuízos de variadas ordens para eles, sobretudo, para as vítimas, na medida em que tais práticas ferem seus sentimentos e interferem no seu comportamento, fazendo com que estes sejam

“forçados” a tomar certas atitudes drásticas, que podem lhes acarretar sérias consequências. A título de exemplo, destacamos aqui a fala de Júlia, uma das nossas interlocutoras, que nos contou que havia um menino em sua turma que todos os dias era importunado por seus colegas e sofria muito com isso. Um dia, sem mais suportar os aborrecimentos causados pelos colegas, pegou um lápis e furou o pescoço de outro menino. A aluna acrescentou ainda que o menino que sofria as agressões era o mais comportado da sala, contudo as situações o tornaram um aluno “bagunceiro”.

Além disso, as práticas desse fenômeno podem trazer prejuízos no rendimento escolar dos estudantes, pois ficamos sabendo, através do relato de uma aluna do 9º ano, que em sua turma tem um menino que era muito inteligente, só tirava boas notas e, de tanto ser pressionado pelos outros, passou a tirar notas baixas e, por vezes, nem conseguia responder às provas, virou um dos piores, senão o pior aluno da turma.

Enfim, a realidade revelada através dos resultados desta pesquisa nos chama a atenção para a emergência do *bullying* nessa escola, trazendo à tona a importância de se refletir acerca do fenômeno como um problema que merece atenção não só dos educadores, mas da sociedade como um todo. Ademais, os impactos gerados pelas práticas de violência na vida dos alunos no ambiente escolar apontam para a importância social e educacional que esse fenômeno tem.

REFERÊNCIAS

CALHAU, Lélío Braga. *Bullying. O que você precisa saber. Identificação, prevenção e repressão*, 2. ed. rev., ampl. e atual. Niterói, RJ: Impetus, 2010.

CHARLOT, B. **A violência na escola:** Como os sociólogos franceses abordam a questão. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 432-443 jul./dez. 2002.

FANTE, C. **Fenômeno Bullying:** Como prevenir a violência e educar para a paz. Campinas: Versus, 2005.

MICHAUD, Yves. **A Violência**. São Paulo: Editora Ática, 2001.

MIDDELTON-MOZ, Jane & ZAWADSKI, Mary Lee. **Bullying**. Estratégias de sobrevivência para crianças e adultos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

ROLIM, M. *Bullying. O pesadelo da escola*. Um estudo de caso e notas sobre o que fazer. Porto Alegre, 2008. (Dissertação: Sociologia UFRGS).

ESPAÇO URBANO E SOCIABILIDADES: UM OLHAR SOCIOLÓGICO SOBRE AS RELAÇÕES SOCIAIS NA PRAÇA DA BANDEIRA, EM CAMPINA GRANDE

Patrícia Portela Martins

Vanderlan Silva

INTRODUÇÃO

Um dos processos fundamentais da vida do ser humano é o convívio em sociedade, o qual produz um fenômeno social conhecido como sociabilidade. Esta se caracteriza por ser um elemento no qual proporciona o contato entre pessoas, instaurando meios pelos quais os indivíduos estabelecem ligações de forma concreta.

A temática da sociabilidade se apresenta como um caminho para compreendermos mais sobre a convivência em sociedade, como os indivíduos, no seu dia a dia, se portam em meio a um contexto que vai além da esfera individual.

A sociabilidade se evidencia em qualquer espaço ou ambiente no qual se estabeleçam as relações sociais, seja no campo, na cidade, nos lugares mais longínquos ou mais remotos, onde se necessita apenas de pessoas que compartilhem interesses, crenças, ideologias, propósitos, entre outros pontos em comum.

Estar junto mostra a necessidade que o indivíduo tem de estabelecer relações sociais, as quais permitem a este mesmo indi-

víduo pertencer a inúmeros grupos que podem apresentar traços comuns ou divergentes.

Maurice Halbwachs, no livro *A memória coletiva*, propõe que o indivíduo nunca está sozinho porque há em nós um pouco das pessoas, ou seja, o autor mostra que há uma conexão de pessoas, como também uma ligação com o espaço frequentado.

Tomamos como recorte empírico/analítico a Praça da Bandeira, praça localizada no centro da cidade de Campina Grande, que nos mostra claramente a construção diária de um mosaico social imerso nas diversas formas de sociabilidades que são construídas mediante as ações dos indivíduos que nela se encontram.

A Praça da Bandeira (nome dado em homenagem a um dos símbolos nacionais: a Bandeira) localiza-se bem no centro da cidade de Campina Grande, próxima à Avenida Floriano Peixoto, possuindo uma área de 3.550 m². Essa praça surgiu na década de 40, no século XX, durante o mandato do prefeito Vergniaud Wanderley, servindo na época como o único ponto de estacionamento de carros alugados.

Nesta época, a cidade de Campina Grande passava por uma série de transformações urbanas as quais fizeram com que, em torno da praça, se estabelecesse um espaço de lazer para as elites, pois:

Com a derrocada dos casarões coloniais da Maciel Pinheiro, na primeira metade dos anos de 1940, encontramos as elites com suas moradias e clubes em outras ruas e com os seus rituais de café, confeitaria, cinemas e bares localizados em torno da Praça da Bandeira, onde ficavam até certas horas da noite, quando então alguns rapazes e senhores se dirigiam ao Cassino Eldorado. (SOUSA, 2006, p. 52).

Apesar das mudanças físicas e sociais na Praça da Bandeira, esta ainda possui importância para o contexto da cidade, servindo não apenas para o encontro de pessoas, mas também para manifestações políticas, sociais e culturais. É bastante comum, ao passar pela praça, vermos apresentações de grupos teatrais, campanhas de conscientização, mobilizações de trabalhadores municipais ou estaduais, uma série de situações as quais no dia a dia são realizadas proporcionando meios para que a sociabilidade seja estabelecida.

Entendemos que o espaço urbano não se limita a um amontoado de prédios e construções arquitetônicas, mas apresenta diversidade de personagens, comportamentos, hábitos, valores e crenças, refletindo toda uma dinâmica social que mostra como os indivíduos constituem uma sociedade e como exercem práticas sociais as quais resultam em um processo de organização que configura o tempo e o espaço.

O espaço urbano se apresenta, então, como um reflexo da sociedade, constantemente alvo de transformações, lugar das diversas classes sociais e de grupos, os quais vivem e reproduzem seus valores e crenças, criando uma dimensão simbólica.

Este artigo busca refletir como a sociabilidade é construída e vivida em meio ao espaço público, sendo esta a forma mais clara e evidente de as pessoas, no seu dia a dia, conseguirem manter a vida em grupos, mostrando assim a necessidade do ser humano de conviver em sociedade.

Para o exercício prático desta investigação, optamos por uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, a qual proporcionou aprofundar sobre o objeto desta pesquisa a partir das percepções dos próprios atores sociais (por meio de entrevistas semies-

truturadas) que fazem parte desse espaço. Sendo assim, realizamos várias incursões em campo em dias e horários distintos da semana, pois a observação e mesmo a convivência no dia a dia com grupos e pessoas frequentadoras desse espaço nos ajudaram a compreender como a sociabilidade é construída em meio ao espaço público.

SOCIABILIDADE NA CIDADE

O espaço da cidade proporciona a interação entre indivíduos, caracterizando-se por ser um espaço de construção e relação identitária, entre pessoas e com o próprio espaço.

Nesse sentido, a sociedade vive e se organiza através dos encontros e reencontros que as experiências cotidianas proporcionam para os grupos (grupos caracterizados por serem diversificados e que se entrecruzam diariamente uns com os outros, concretizando uma diversidade social) e para os indivíduos.

Simmel, ao analisar a sociedade, a define como um processo de interação (apontamos que essa interação pode ser de forma amigável ou não, ou seja, uns com os outros ou contra os outros), na qual a vida humana é potencializada:

(...) um dos modos pelos quais toda a experiência humana pode ser potencialmente organizada, e num sentido concreto, designa um complexo de indivíduos socializados, uma rede empírica de relações humanas operativa num dado tempo e espaço, num sentido abstrato, denota a totalidade dessas formas relacionais através das quais os indivíduos tornam-se parte de tal rede. A sociedade seria, em suma, “a modalidade de interação

entre indivíduos: o processo geral e os processos particulares de associação (...)”. (SIMMEL *apud* FRÚGOLI, 2007, p. 9).

Ainda para este autor, a sociedade significa uma “rede empírica de relações humanas, num dado tempo e espaço” (*op. cit.*, 2007, p. 36), e um dos espaços onde as relações sociais, as interações entre pessoas que se conhecem ou não são possíveis e presenciadas são chamados de espaços públicos.

Nessa perspectiva, Tereza Pires do Rio Caldeira, ao descrever a cidade a partir de uma pesquisa realizada em São Paulo, apresenta os espaços que compõem a cidade como algo público, pois:

As ruas abertas à livre circulação de pessoas e veículos representam uma das imagens mais vivas das cidades modernas. Apesar de as cidades ocidentais incorporarem várias e até contraditórias versões da modernidade, há um grande consenso a respeito de quais elementos básicos da experiência moderna de vida pública urbana: a primazia e a abertura de ruas; a circulação livre; os encontros impessoais e anônimos de pedestres; o uso público e espontâneo de ruas e praças; e a presença de pessoas de diferentes grupos sociais passeando e observando os outros que passam, olhando vitrines, fazendo compras, sentando nos cafés, participando de manifestações políticas, apropriando as ruas para seus festivais e comemorações, ou usando os espaços especialmente designados para o lazer das massas (parques, estádios, locais de exposições). (CALDEIRA, 2000, p. 302-303).

O espaço público faz com que as pessoas diariamente se aproximem de sujeitos estranhos e isso proporciona abertura e acessibilidade a diferentes relações sociais. Percebe-se, então, que as

práticas sociais são criadas e recriadas, contribuindo para se pensar na relação entre espaço, cultura e sociedade, eixos que denotam a “estrutura da própria cidade”.

Para compreender o espaço público, pressupõe-se conhecer a diversidade das práticas de seus usos e apropriações pelos indivíduos, importa compreender o espaço público urbano a partir da ideia de que são as práticas sociais, sejam formais ou informais, que dão significados a esses espaços, são lugares onde as pessoas representam papéis.

Erving Goffman mostra que, lançando mão de uma linguagem teatral, podemos entender o espaço público ou os lugares públicos como lugares de representações onde os indivíduos, os “atores”, representam o seu papel de homens públicos, segundo as regras que regem a vida em público ou as relações públicas.

Tereza Caldeira ainda destaca que o espaço público não se apresenta como um “cenário neutro para as expansões sociais. A qualidade do espaço construído inevitavelmente influencia a qualidade das interações sociais que lá acontecem” (*op. cit.*, 2000, p. 302), ou seja, os espaços públicos não determinam as relações sociais, porém os espaços públicos constituem o panorama para a vida pública, influenciando os tipos de relações sociais que ocorrerão nesses espaços.

Dessa forma, temos como exemplo as relações desenvolvidas na Praça da Bandeira: durante o dia, percebemos determinadas relações sociais como o encontro entre amigos, os quais estando na praça para conversarem acabam consumindo um picolé vendido por “Dona Maria”; durante a noite, com a presença de carrinhos de lanches, alguns vendendo bebidas alcoólicas, são estabelecidos outros tipos de relações sociais, em que o público é outro, e um

dos motivos ao qual se deve essa alteração do público é a presença de elementos físicos diferentes.

Porém, uma ressalva deve ser feita em relação ao espaço público: este não se apresenta apenas como um ambiente das relações sociais amigáveis, também proporciona encontros os quais a cada dia são mais tensos e até violentos.

Muitas vezes, as relações sociais são respaldadas em estereótipos, ou seja, naquilo que aparentemente o outro me apresenta, e essa situação faz com que o espaço público seja segregado, repleto de heterogeneidade, contradições e desigualdades.

Ao compartilhar da realidade cotidiana, as pessoas desenvolvem interações sociais as quais permitem estar face a face com o outro, e esta circunstância é o prototípico da interação social, pois:

Na situação face a face, o outro é apreendido por mim num vivido presente partilhado por nós dois. Sei que no mesmo vivido presente sou apreendido por ele. Meu “aqui e agora” e o dele colidem continuamente um com o outro, enquanto dura a situação face a face. Como resultado, há um intercâmbio contínuo entre minha expressividade e a dele. Vejo-o sorrir e, logo a seguir, reagindo ao meu ato de fechar a cara, parando de sorrir, depois sorrindo de novo quando também eu sorrio, etc. Todas as minhas expressões orientam-se na direção dele e vice-versa, e esta contínua reciprocidade de atos expressivos é simultaneamente acessível a nós ambos. Isso significa que, na situação face a face, a subjetividade do outro me é acessível mediante o máximo de sintomas. Certamente, posso interpretar erroneamente alguns desses sintomas. Posso pensar que o outro está sorrindo afetadamente. Contudo, nenhuma outra forma de relacionamento social pode reproduzir a plenitude de sintomas da suje-

tividade presentes na situação face a face. Somente aqui a subjetividade do outro é expressivamente “próxima”. Todas as outras formas de relacionamento com o outro são, em graus variáveis, “remotas”. (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 47).

Para esses autores, a apreensão do outro se inicia a partir de uma tipificação, ou seja, o outro é apreendido por mim a partir do que aparentemente ele se mostra ser, seja como mulher ou homem, mendigo, turista, entre outras formas, e essa tipificação afeta o modo pelo qual as pessoas interagem umas com as outras. Desse modo, as nossas interações face a face estariam respaldadas mediante o que o outro, a princípio, apresenta.

A interação face a face é uma via de mão dupla, merecendo determinada atenção, pois na medida em que apreendo o outro, seja de que maneira for (homem, vendedor, funcionário da prefeitura, pedinte, entre tantas outras formas), este também me apreende de uma maneira tipificada, ou seja, é uma relação de reciprocidade, na qual ambos se encontram em uma mesma situação de tipificação. Quando eu vejo um homem de idade na praça, logo penso que ele é um aposentado que passa boa parte do seu dia neste espaço, conversando com outros iguais. Em contrapartida, como esse aposentado me vê? Berger e Luckmann, no livro *A construção social da realidade*, destacam que;

O outro também me apreende de uma maneira tipificada, como “homem”, “americano”, “vendedor”, “um camarada insinuante”. As tipificações do outro são tão suscetíveis de sofrerem interferências de minha parte como as minhas são da parte dele. Em outras palavras, os dois esquemas tipificadores entram em contínua “negociação” na situação face a face. Na vida diária, esta negociação

provavelmente estará predeterminada de maneira típica, como no característico processo de barganha entre compradores e vendedores. Assim, na maior parte do tempo, meus encontros com os outros na vida cotidiana são típicos em duplo sentido, apreendo o outro *como* um tipo, e interaguo com ele numa situação que é por si mesmo típica. (*op. cit.*, 1985, p. 50).

A condição de estar face a face produz dois tipos de relacionamentos. No primeiro tipo de relacionamento, há um grupo de pessoas os quais são considerados meus “companheiros”, e com estes compartilho experiências inúmeras vezes e espero encontrá-los novamente. O segundo tipo de relacionamento é reconhecido como “contemporâneos”, que não são encontrados com frequência. Assim,

Em qualquer tempo, é possível distinguir entre companheiros com os quais tive uma atuação comum em situação face a face e outros que são meros contemporâneos, dos quais tenho lembranças mais ou menos detalhadas, ou que conheço simplesmente de oitiva. Nas situações face a face, tenho evidência direta de meu companheiro, de suas ações, atributos, etc. Já o mesmo não acontece no caso de contemporâneos, dos quais tenho um conhecimento mais ou menos digno de confiança. (*op. cit.*, 1985, p. 51).

A situação face a face se encontra ligada às atividades do dia a dia realizadas pelas pessoas, situações em que as interações sociais são evidenciadas, e não se restringe apenas a um processo de comunicação verbal entre duas ou mais pessoas, mas abarca outras formas de interação.

Consideramos o estar face a face como um fenômeno social, situado em um determinado contexto o qual envolve tempo

e espaço marcados por códigos estabelecidos por seus atores. Essa interação social, a qual ocorre entre os indivíduos estando estes presentes em grupos estabelecidos ou não, resulta no fenômeno da sociabilidade, nas relações que são desenvolvidas pelos indivíduos ou grupos no seu cotidiano, mediante sentimentos de reconhecimento e pertencimento, proporcionando satisfação em fazer parte de algum grupo, em cujo interior os indivíduos instituem relações caracterizadas pelas mais variadas formas.

Portanto, a prática da sociabilidade se concretiza através da relação entre parentes, amigos, colegas, como também entre desconhecidos através da gentileza, da simpatia, da troca de informações, da ajuda mútua, da barganha de pequenos serviços, da troca de interesses, da troca de favores, dos conflitos e embates diários, ou apenas no fato de estar em grupo, expressão máxima do que venha ser a sociabilidade.

Simmel, ao abordar o fenômeno da sociabilidade, mostra-nos que esse fenômeno social ocorre:

Quando os homens se encontram em reuniões econômicas ou irmandades de sangue, em comunidades de cultos ou bandos de assaltantes, isso é sempre o resultado das necessidades e de interesses específicos. Só que, para além desses conteúdos específicos, todas essas formas de sociação são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar justamente socializado, pelo valor da formação da sociedade como tal. Esse impulso leva a essa forma de existência e que, por vezes, invoca os conteúdos reais que carregam consigo a sociação particular (...) “o impulso da sociabilidade”, em sua pura afetividade, se desvencilha das realidades da vida social e do mero processo de sociação como valor e como felicidade, e constitui assim o

que chamamos de “sociabilidade” [*Geselligkeit*] em sentido rigoroso. (SIMMEL, 2006, p. 64).

Segundo Heitor Frúgoli, a sociabilidade explicada por Simmel seria possível apenas entre iguais, pessoas pertencentes à mesma classe social, sendo praticamente “dolorosa” quando estabelecida entre pessoas de classes diferentes, pois:

(...) ainda que em Simmel as formas de sociabilidade constituam uma esfera marcada pela suspensão momentânea de posições sociais, paradoxalmente as mesmas também permitem uma leitura na direção da formação de círculos “intraclassistas”, implícitos na ideia de que tais relações só poderiam efetivamente transcorrer no interior de um estrato ou segmento social, tornando-as insuportáveis ou dolorosas quando vividas entre membros de classes sociais distintas, já que pressupõem um mínimo de valores (ou “capital cultural”) compartilhados. (SIMMEL *apud* FRÚGOLI, 2007, p. 13).

Essa posição de Simmel se explica mediante a época em que este viveu: o contexto social no qual estava imerso era dos salões burgueses e isso significava “estar em sociedade”. O conceito de sociabilidade em Simmel pressupõe uma forma de sociação, em que a finalidade da sociabilidade seria formar uma coesão, uma conexão entre aqueles que dela participam, sendo um fim em si mesma, importando para os seus membros estarem na posição de “sociados”.

A sociação é, portanto, a forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses – sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados –, se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio

da qual esses interesses se realizam. Esses interesses, sejam eles sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, causais ou teleológicos, formam a base da sociedade humana. (SIMMEL, 2006, p. 61).

Simmel ainda explica que a sociação é principalmente interação entre iguais (evidenciando a ideia já apresentada anteriormente por Frúgoli), e a interação entre iguais seria a ocorrência mais legítima de sociação, pois:

Se a sociação é sobretudo interação, então o caso mais puro de sociação é aquele que ocorre entre iguais, assim como simetria e equilíbrio são os elementos mais visíveis e ilustrativos das formas artísticas de estilização. À medida que, abstraída da sociação pela arte e pelo jogo, a sociabilidade demanda o tipo mais puro, claro e atraente de interação, aquela que se dá *entre iguais*. Pela sua natureza, ela precisa criar seres humanos que se desapegam de seus conteúdos objetivos e que, assim, modificam seu significado interno e externo para se tornarem sociavelmente iguais. Cada qual só pode obter para si valores de sociabilidade se os outros com quem interage também os obtenham. É o jogo do “faz de conta”, faz de conta que todos são iguais e, ao mesmo tempo, *faz de conta que cada um é especialmente honrado*. (op. cit., 2007, p. 72).

Portanto, sociação seria um elemento necessário para a vida em sociedade acontecer, pois a partir dela é que o indivíduo estabelece os vínculos sociais por onde passa.

Com o decorrer dos tempos, o conceito de sociabilidade passou por uma releitura através da Escola de Chicago, conceito que, ao longo do século XX, obteve um significado cada vez mais abrangente. Frúgoli, no livro intitulado *Sociabilidades urbanas*, a

partir de uma análise do que é sociabilidade para Simmel e como esse conceito foi retomado pela Escola de Chicago e posteriormente tratado pela própria antropologia, sugere duas tipologias do que seria sociabilidade:

A primeira leitura adviria das formas de sociabilidade enquanto possibilidades de construção temporária do próprio social entre estranhos ou atores sociais de condições diversas, em que a interação em si constituiria o principal intuito. Talvez o autor mais próximo de tal perspectiva seja Goffman, de uma geração posterior da Escola de Chicago, ligada ao interacionismo simbólico. (FRÚGOLI, 2007, p. 23-24).

Essa primeira abordagem da sociabilidade apresenta o processo de interação social entre “diferentes” ou “estranhos”, sendo mais visível esse tipo de sociabilidade em espaços públicos, os quais comportam a diversidade social, proporcionando interações sociais ocasionais. A segunda leitura sobre o conceito de sociabilidade a partir de Frúgoli seria a já citada anteriormente, respaldada em Simmel, uma sociabilidade “intraclassista”.

Há também outra abordagem da sociabilidade chamada de “sociabilidades alargadas”. Ao fazer uma interpretação de Michel Agier, Frúgoli mostra que esse tipo de sociabilidade seria uma forma de ampliar as relações sociais para além dos espaços mais próximos, os quais as pessoas frequentam, e que servem:

(...) para compreender o modo como esses indivíduos constroem redes mais amplas de relação, com base em vínculos de parentesco (incluindo o parentesco prático ou fictício, que envolve um conjunto de relações não genealógicas), vizinhança, lazer ou associativismo, nas quais se estabele-

cem níveis intermediários de vida social, situados entre o mundo doméstico de tais cidadãos e as instituições ou macroestruturas mais abrangentes. Seriam espécies de esferas de continuidade entre os espaços mais próximos desses habitantes (as relações entre parentes, colegas ou vizinhos) e de quadros públicos de criação e representação de identidades coletivas (que não devem, entretanto, ser encaradas apenas em sua positividade, pois no interior de tal solidariedade podem emergir formas clientelistas ou mesmo mafiosas). (...) o domínio de tais sociabilidades alargadas – formado pelas relações marcadas pelos tipos de vínculo já frisados, estabelecidos através de uma sucessão mediada de proximidades sociais e incluindo uma margem considerável para escolhas eletivas – basear-se-ia em dinâmicas de rede, cuja ampliação incessante levaria, em última instância e numa perspectiva totalizante, à própria compreensão da cidade enquanto “redes das redes” (...), mesmo que isso se trate, admite o autor, de um horizonte metafórico, impossível de uma reconstituição antropológica. (*op. cit.*, 2007, p. 50-51).

O conceito de “sociabilidade alargada” possibilita pensar o indivíduo como alguém que, nas mais variadas situações, especificamente quando em circulação nos espaços urbanos (fora de seu bairro), encara situações inesperadas, elemento inicial para uma provável interação social. Por exemplo, se determinada pessoa, ao sair do espaço de seu bairro ou de sua casa e se deslocar para a Praça da Bandeira, presenciar uma situação de risco, como um assalto, provavelmente, esta pessoa se aproximará de outras e começará a falar sobre a insegurança na cidade.

No campo antropológico contemporâneo, há uma crítica ao conceito de sociabilidade a partir do conceito de socialidade. Segundo Frúgoli, a socialidade pode ser entendida como “a capacidade

humana abstrata para o social, sem a determinação do caráter da relação, com ênfase no conceito de pessoa” (*op. cit.*, 2007, p. 55).

Um desses autores que se destaca em defender o conceito de socialidade é Michel Maffesoli, na sua obra *O tempo das tribos*. Para ele, a sociabilidade se caracteriza por abarcar relações sociais racionais, regradas e institucionalizadas, ou seja, seriam relações as quais aconteceriam por meio de uma maneira socialmente aceitável de estar em sociedade, de pertencer a um determinado grupo.

Porém, a socialidade seria o oposto, representaria as práticas diárias, não estariam imersas no controle social, seriam práticas que, em sua essência, mostrariam o cotidiano e o indivíduo para além das regras institucionais, a socialidade encontraria o seu combustível nas massas e se refere às experiências coletivas, não respaldadas pelas instituições. Sendo assim, para Maffesoli na socialidade,

(...) a pessoa (*persona*) representa *papéis*, tanto dentro de sua atividade profissional quanto no seio das diversas tribos que participa. Mudando o seu figurino, ela vai, de acordo com seus gostos (sexuais, culturais, religiosos, amicais), assumir o seu lugar, a cada dia, nas diversas peças do *theatrum mundi*. (MAFESSOLI, 1998, p. 108).

Para o autor supracitado, a socialidade contemporânea se estabelece como um conjunto de múltiplos valores, em que as pessoas através de seus papéis atuam numa “teatralidade cotidiana”.

A CONVERSA ENQUANTO MEIO DE SOCIABILIDADE

A comunicação verbal é um importante meio para os indivíduos entrarem em contato uns com os outros. Essa forma de

comunicação compreendida como a linguagem se apresenta como um sistema de “sinais vocais, é o mais importante sistema de sinais da sociedade” (BERGER; LUCKMAN, 1985, p. 56). A comunicação por meio da linguagem é algo inerente à vida cotidiana, mediante a qual facilita a nossa compreensão da realidade, na qual estamos inseridos, já que:

A vida cotidiana é sobretudo a vida com a linguagem, e por meio dela, de que participo com meus semelhantes. A compreensão da linguagem é por isso essencial para minha compreensão da realidade da vida cotidiana. A linguagem tem origem na situação face a face (...). Na situação face a face, a linguagem possui uma qualidade inerente de reciprocidade que a distingue de qualquer outro sistema de sinais. (*op. cit.*, 1985, p. 57).

Mediante tal colocação, percebemos como a linguagem constitui um importante meio para que haja a sociabilidade, sendo algo que perpassa a comunicação, construindo a própria realidade social dotada de sentidos. É através deste meio de comunicação que estabelecemos a conversa, a qual pode ser descrita como “o veículo mais importante da conservação da realidade” (*op. cit.*, 1985, p. 202). Berger e Luckman afirmam que:

A conversa significa principalmente, sem dúvida, que as pessoas falam umas com as outras. Isso não nega o rico halo de comunicação não verbal que envolve a fala. Entretanto a fala conserva uma posição privilegiada no aparelho total da conversa. É importante acentuar, contudo, que a maior parte da conversa não define em muitas palavras a natureza do mundo. Ao contrário, ocorre tendo como pano de fundo um mundo que é tacitamente aceito como verdadeiro. Assim, uma troca de palavras

como, por exemplo, “bem, está na hora de ir para a estação” e “ótimo, querido, passe um bom dia no escritório”, implica um mundo inteiro *dentro do qual* estas proposições aparentemente simples adquirem sentido. Em virtude desta implicação, a troca de palavras confirma a realidade subjetiva desse mundo. (*op. cit.*, 1985, p. 202-203).

No caso específico da presente pesquisa, podemos perceber que a conversa, a troca de palavras, surge no meio dos mais variados grupos, entre jovens, em meio a idosos, no meio de funcionários que trabalham nas lojas comerciais do centro de Campina Grande e passam o tempo do seu horário de almoço na Praça da Bandeira, entre homens, mulheres, tantos outros grupos que falam sobre um pouco de tudo.

Muitas vezes, essas conversas repetem as mesmas histórias e assuntos, mas, apesar das repetições, as pessoas aparentemente não se cansam; pelo contrário, parecem ser instigadas a continuarem a falar cada vez mais, “como se as infundáveis análises de casos pudessem ajudá-las a encontrar um meio de lidar com suas experiências desconcertantes” (CALDEIRA, 2000, p. 27).

É nesse contexto do dia a dia que as opiniões são formuladas e estabelecidas. Simmel, ao tratar da conversa, mostra que esta deve ser algo interessante para quem dela participa, sendo algo “sociável” quando estabelecida a troca de ideias. Para ele, no cotidiano:

(...) os seres humanos conversam a respeito de um tema do qual partilham ou sobre o qual querem se entender, na vida sociável, o discurso se torna um fim em si mesmo – mas não no sentido naturalista, como no palavrório, e sim como *arte* de conversar, com suas próprias leis artísticas. Na conversa puramente sociável, o assunto é somente o suporte

indispensável do estímulo desenvolvido pelo intercâmbio vivo do discurso enquanto tal. Todas as formas pelas quais essa troca se realiza – como o conflito e o apelo a ambas as partes para que atendam às normas reconhecidas, o acordo de amizade por meio do compromisso e a descoberta de convicções comuns, o acolhimento de bom grado do que é novo e a recusa daquilo sobre o qual não se pode esperar nenhum entendimento –, todas essas formas de interação da conversa, que de resto estão a serviço de inúmeros assuntos e finalidades das relações humanas, têm aqui seu significado em si mesmas, quer dizer, no estímulo do jogo da relação que elas estabelecem entre indivíduos que se unem ou se separam, que vencem ou subjugam-se, recebem ou dão. (SIMMEL, 2006, p. 75).

O exercício da conversa se apresenta como um meio pelo qual o vínculo social é constituído, mediante as palavras, as pessoas estabelecem o fenômeno da reciprocidade, seja através da troca de informações, do compartilhar de experiências vividas, de gentilezas, das calúnias, de elogios, enfim, uma série de possibilidades as quais a conversa proporciona.

A conversa vai além de construções linguísticas, de um processo no qual se apoia o tripé da emissão – recepção – compreensão; denota uma série de símbolos os quais facilitam a convivência entre as pessoas e também possibilita o processo da socialização do indivíduo, processo que começa a partir do momento do nascimento da criança.

A interação respaldada na conversa, a serviço dos mais variados conteúdos os quais as pessoas podem utilizar, possui um lado contrário: na mesma medida em que pode unir pessoas com mesmos valores, opiniões e ideologias, a conversa também pode

separar. Por isso, Simmel alerta para que o assunto estabelecido durante a conversa seja algo “adequado”, para que ambos os atores compartilhem daquilo que estão conversando.

Porém, vale uma ressalva, apesar dessa postura, Simmel coloca o assunto da conversa em um plano secundário, pois sendo o assunto “adequado” para quem dele participa, o importante é que essa conversa estabeleça a sociabilidade, a conversa, o falar seria “um fim em si mesmo”.

ONDE OCORRE A CONVERSA? A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO NO EXERCÍCIO DA SOCIABILIDADE

Michel de Certeau apresenta o espaço como um “cruzamento de móveis”, o qual é animado pelos movimentos, que nele se desdobram. Ele diz que o:

Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. O espaço estaria para o lugar como a palavra falada (...). Em suma, *o espaço é um lugar praticado*. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela prática do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito. (CERTAU, 1998, p. 202).

Sendo assim, a partir dessa colocação apresentada por Michel de Certeau, entendemos que quando o lugar é ocupado automaticamente ele passa a condição de lugar praticado.

Portanto o espaço público da Praça da Bandeira só “adquire identidade” quando é praticado por seus frequentadores através da presença física, estabelecendo uma relação de enraizamento com este lugar.

A agregação em torno de um determinado espaço produz a sociabilidade, e a estabilidade do grupo é algo que permite sua própria permanência no espaço. A esse respeito, Maffesoli afirma que:

(...) a estabilidade do espaço é um ponto de referência, um ancoradouro para o grupo. Ela permite uma certa perdurância no burburinho e na eferescência de uma vida em perpétuo recomeço. O que Halbwachs diz da moradia familiar; “imagem apaziguadora de sua continuidade (...)”. (MAFFESOLI, 1998, p. 184).

O espaço chama atenção porque é formado por “descontinuidades”, ou seja, as ações humanas fazem com que o mesmo espaço possua diferentes formas de apropriação, dependendo apenas das pessoas ou grupos que utilizam esse espaço num dado momento, ou seja, a Praça da Bandeira não é só praça, mas é palco para shows do Festival de Inverno (evento cultural que ocorre entre o mês de julho e agosto) em Campina Grande, espaço para reivindicações de funcionários públicos, espaço para eventos religiosos, para a conscientização social, através de campanhas de doação de sangue, enfim, hoje podemos pensar que os espaços são caracterizados por uma flexibilidade em que, por exemplo, a casa não se limita a ser o espaço de descanso, pode ser o espaço de trabalho; e a rua, o centro da cidade, não se limita em espaço de trabalho, pode ser um espaço de lazer. Magnani destaca que:

Ruas, praças, edificações, viadutos, esquinas e outros equipamentos estão lá, com seus usos e

sentidos habituais. De repente, tornam-se outra coisa; a rua vira trajeto devoto em dia de procissão; a praça transforma-se em local de compra e venda; o viaduto é usado como local de passeio a pé; a esquina recebe despacho e ebós, e assim por diante. Na realidade, são as práticas sociais que dão significado ou ressignificam tais espaços, através de uma lógica que opera com muitos eixos de significação: casa/rua; masculino/feminino; sagrado/profano; público/privado; trabalho/lazer; e assim por diante. Uma classificação com base nesses eixos de oposição não produz tipologias rígidas (rua como pista de rolamento; calçada, área de circulação de pedestres, etc.) porque não opera com sentidos unívocos: às vezes, o espaço do trabalho é apropriado pelo lazer, o do passeio é usado como local de trabalho em dia de manifestação, o âmbito do masculino é invadido pelo feminino, a devoção termina em festa (...). (MAGNANI, 2008, p. 39).

Importa, assim, compreender os espaços da cidade a partir da ideia de que são as práticas sociais que dão significado a esses espaços.

Marluci Menezes, no artigo sobre a Praça da Martim Moniz, mostra a importância de compreender as maneiras e apropriações dos espaços a partir de práticas as quais nem sempre são “formais”, ou seja, aceitas socialmente, mas também se devem compreender os espaços a partir de determinadas práticas caracterizadas por serem “informais”, fugindo do comum; porém, em ambos os casos, tais práticas são resultados do viver e do pensar das pessoas frequentadoras dos espaços da cidade, onde tecem a trama do cotidiano.

Nesse sentido, para Marc Augé, “já não há análise social que possa fazer economia dos indivíduos, nem análise dos indivíduos que possa ignorar os espaços por onde eles transitam” (AUGÉ,

2009, p. 99). Pensar a sociabilidade na Praça da Bandeira requer uma análise de via dupla, em que se deve pensar sobre o espaço físico, o qual comporta a presença desses indivíduos, como também pensar nesses indivíduos que dão sentido, através de suas práticas sociais, a esses espaços.

AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO PRATICADO

É notório que, à medida que o espaço da Praça da Bandeira foi se modificando fisicamente, com o passar do tempo o seu público também foi sendo modificado, hoje não é um espaço para um determinado grupo, mas para muitas pessoas que queiram estar em seus limites.

Variada de pessoas e atividades é o que observamos na Praça da Bandeira. Durante todas as observações realizadas, evidenciamos o exercício da sociabilidade no espaço frequentado e praticado. Uma diversidade de pessoas fazendo com que a praça seja um espaço de relações sociais, as quais podem ser amigáveis através de uma conversa ou não tão amigáveis, quando presenciamos uma disputa por espaço entre grupos diferentes de pedintes.

Dentre os vários grupos de pessoas identificadas por frequentarem a praça, não a utilizando apenas como ponto de passagem, encontram-se: homens idosos, jovens, funcionários de lojas comerciais, trabalhadores da praça, como engraxates, funcionários da prefeitura, donos das bancas de revista, vendedores de lanches, crianças, estudantes e pedintes. Havendo diversidade de grupos, também há diversidade de atividades praticadas nesse espaço.

Certamente falar sobre todos os grupos que conseguimos identificar durante as nossas visitas a campo possibilitaria apenas uma maior evidência de que a sociabilidade no espaço da Praça da Bandeira é notória no seu dia a dia, entretanto falaremos de algumas representações de grupos ou pessoas desse mosaico de diversidade que, sem prejuízos, também possibilita pensar esse espaço como uma fonte de redes sociais estabelecidas diariamente.

SOCIABILIDADE ENTRE CRIANÇAS

Uma das formas de interação social mais clara e evidente presenciada na Praça da Bandeira foi a sociabilidade infantil. Em todos os momentos nos quais estivemos nesse espaço, percebemos crianças brincando e interagindo.

Essa interação, muitas vezes, foi intermediada pela existência dos pombos, já que as crianças se encantam pela presença desses animais, para os quais adoravam jogar milho, porém esta não era a única forma de interagir com outros: quando não brincavam com os pombos, brincavam de bola, fazendo da praça um campo de futebol.

A interação entre as crianças também resulta em uma interação entre as suas famílias, pessoas que, até então, não se conheciam acabam compartilhando de uma situação em comum, cuidando dos seus filhos e comentando sobre as travessuras deles.

O pedagogo Simão de Miranda aponta que, “quando as crianças brincam em um parque público, a comunicação entre elas não se dá apenas por palavras. A maneira como falam, as expressões

e os gestos também transmitem informações de umas às outras” (MIRANDA, 2009, p. 41).

Essa situação mostra que, muitas vezes, a sociabilidade exercida entre crianças não precisa ser mediada pela comunicação verbal, elas podem estabelecer relações sociais mediante outros meios, como através da própria brincadeira:

(...) crianças de várias idades brincam em um parque público. Uma delas sussurra no ouvido da vizinha. Outra, de braços cruzados, franze a sobrancelha e mexe a cabeça, negando algo para mais uma. Duas outras se abraçam e dão gargalhadas, olhando-se demoradamente dentro dos olhos. *Para* um observador comum, parecem cenas do cotidiano. No entanto, por trás dos gestos, do volume e entonação das vozes, dos movimentos faciais, há algo sendo comunicado, muitas vezes por meio de uma linguagem silenciosa. (*op. cit.*, 2005, p. 42).

Percebemos, então, que a brincadeira é o principal meio para que a sociabilidade seja estabelecida entre as crianças que frequentam a Praça da Bandeira, e isso foi possível perceber durante não só o período da manhã como também no período da noite. Em ambos os horários, acompanhados por responsáveis.

Sociabilidade infantil pode ser constatada de forma clara e evidente na Praça da Bandeira, comprovando a necessidade que o homem tem de estabelecer relações sociais desde os primeiros anos de vida, a partir da socialização primária, começando com o seu núcleo familiar. No entanto, com o passar do tempo, o processo de socialização se expande, abrangendo o viver em interação com o outro, mesmo sem conhecê-lo, colocando-lhe na condição de viver em sociedade.

“ESSA PRAÇA SÓ TEM VÉI!”

Como a frase acima já indica, falaremos agora de um grupo bastante presente na praça, os homens, entre os quais se destacam os idosos, que têm como principais formas de interação conversar durante horas nesse espaço ou jogar damas.

Durante todo o dia, como também no período da noite, é possível percebê-los tanto no Café Aurora (estabelecimento que se encontra no perímetro da praça) quanto espalhados pela praça, seja em grupos com mais de cinco, em duplas, em trios ou sozinhos “para ver o movimento”.

A conversa se mostra o principal meio para que a sociabilidade seja estabelecida entre esses homens, girando em torno principalmente de temas como futebol, política, sobre o passado ou para “falar da vida dos outros”. A necessidade de encontrar uma pessoa para conversar e estabelecer contato é notória.

Apesar de existirem alguns homens que passam um bom tempo sozinhos, o que é mais evidente são esses homens estabelecendo relações sociais com iguais, ou seja, com outros homens frequentadores da praça, os quais “são conhecidos” ou são “amigos de um conhecido”, ou seja, é necessário pertencer ao grupo ou estar ligado de alguma forma para ser aceito, na maioria dos casos “não se constrói amizade se não se conhece”, porém há pessoas que se conheceram na praça e mantêm uma relação de amizade até hoje.

Nesse grupo, é possível perceber pessoas passando horas e mais horas conversando, frequentadores da Praça da Bandeira há 40 anos, como o senhor Vaglas, de 64 anos, comerciante que mora no centro da cidade, frequentador desse espaço desde a época de estudante.

Outro exemplo é o senhor João, de 85 anos, aposentado, frequentador da praça há 28 anos. Este explica que vem à praça constantemente porque gosta “de preencher as horas vagas com esse bate-papo aqui com meus amigos”, porém esse bate-papo, essa conversa possui alguns critérios para o senhor João: deve-se conversar sobre o passado, porque “o presente num *tá* agradando muito”.

Para essas pessoas de idade mais avançada, conversar sobre o passado é uma forma de revivê-lo. Eclea Bosi mostra que o idoso, ao lembrar-se do passado, recorda a essência de sua própria vida, pois:

O adulto ativo não se ocupa longamente com o passado; mas, quando o faz, é como se este lhe sobrevivesse em forma de sonho. Em suma: para o adulto ativo, vida prática é vida prática, e memória é fuga, arte, lazer, contemplação. É o momento em que as águas se separam com maior nitidez. Bem outra seria a situação do velho, do homem que já viveu sua vida. Ao lembrar o passado, ele não está descansando, por um instante, das lides cotidianas, não entregando-se fugitivamente às delícias do sonho: ele está-se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesma da sua vida. “O velho não se contenta, em geral, de aguardar passivamente que as lembranças o despertem, ele procura precisá-las, ele interroga outros velhos, compulsava seus velhos papéis, suas antigas cartas e, principalmente, conta aquilo de que se lembra quando não cuida de fixá-lo por escrito. Em suma, o velho se interessa pelo passado bem mais que o adulto, mas daí não se segue que esteja em condições de evocar mais lembranças desse passado do que quando era adulto (...)”. (BOSI, 1987, p. 23).

Ao falar sobre o passado, seu João confirma que sente saudades e que gosta de falar desse assunto com os seus amigos porque “aquela era uma época boa, bem diferente dos dias atuais”.

Seu João assim como tantos outros homens são encontrados quase todos os dias da semana (com exceção do domingo) na praça, entretanto não frequentam em todos os horários, geralmente no período da manhã ou da tarde. Percebemos, então, uma resistência em relação ao período da noite porque o contexto noturno denota outro ambiente. Seu Vaglas coloca que já frequentou a praça à noite, mas quando era estudante. Ele diz:

Eu vinha à noite, como eu estava dizendo anteriormente, quando era estudante, quando eu saía à noite, quando eu bebia, *tá* entendendo, há 19 anos eu deixei de beber, aí eu não vejo motivo de sair à noite, eu não estudo à noite, não trabalho à noite, eu não bebo mais, aí eu gosto à noite de assistir televisão. Eu venho no horário de expediente comercial.

Seu Vaglas explica que antigamente, na praça, existiam dois bares que passavam a noite abertos. Ele os frequentava até o momento em que parou de beber; quando deixou de beber, não frequentou mais a praça no período noturno. Todavia há homens frequentadores da praça no período da noite, em menor número.

Durante as pesquisas realizadas no período noturno, sempre conseguimos encontrar um grupo de homens que vai à praça para jogar damas com seus companheiros. O interessante era perceber que, em meio à partida, havia várias interrupções por parte dos que observavam o jogo e dos que jogavam, geralmente essas interrupções eram para conversarem a respeito de algo que não estava relacionado com o jogo, como, por exemplo, a morte de algum conhecido, um filho que conseguiu um emprego.

A sociabilidade, nesse momento, se mostra mediada por um jogo que não se resume no jogar, mas durante a partida há

pausas para conversas e também para “zoar” do jogador, o qual não apresenta o melhor desempenho na partida.

Estar na praça de maneira regular se torna algo necessário para muitos desses homens, fazendo parte do cotidiano deles, algo que, quando não acontece, seja por motivo de trabalho ou outros, produz o sentimento da falta, da ausência, como é o caso do senhor Lucas, de 69 anos, morador do Jeremias e que frequenta a Praça da Bandeira há 20 anos. Ele informou que, quando não vai a praça, sente falta: “Sinto falta, às vezes, eu não venho quando eu tô fazendo um serviço, não venho mais porque eu vou trabalhar”.

Ir à praça, seja para conversar ou para jogar, proporciona a esses senhores o sentimento de fazer parte de algo construído diariamente com o convívio. Sentimento que ocorre com o próprio espaço, pois a maioria dos senhores entrevistados só frequenta a Praça da Bandeira, tornando-se nítida a preferência pela praça, embora haja outros espaços em que possam conversar ou jogar no centro da cidade, como outras praças; além do sentimento que ocorre com relação àqueles que lhes parecem iguais, com pessoas que possuem características comuns, com quem mantêm convivência.

JUVENTUDE NA PRAÇA

Embora a presença de homens, particularmente idosos, seja marcante no espaço da praça, encontramos também um público jovem (entre 15 e 25 anos), o qual frequenta a praça diariamente para namorar ou conversar com os amigos. Conversas que não se remetem a um passado distante, pelo contrário, se referem a um presente ou a um futuro imerso de festa, bebida e consumo de

drogas, pois em meio às conversas há o consumo de drogas lícitas, como o cigarro.

Esse público é encontrado no período da tarde ou da noite, raramente pela manhã, geralmente sempre acompanhados, utilizando o espaço da praça como um local de encontro para conversar com os amigos. Alguns já estão acostumados a frequentar o espaço da praça, como Priscila, de 19 anos: ela diz que vai à praça desde pequena, lembra que sua mãe a levava para brincar com os pombos e isso resultou no costume de frequentar o local.

Diferente do grupo anteriormente citado, os jovens não passam muito tempo na praça, permanecem em média uma hora ou menos. Entretanto existem aqueles que ficam “o dia todo” de “domingo a domingo”, a exemplo do Dedé, o qual entrevistamos, informando que costuma frequentar a praça a qualquer momento, basta “a galera marcar”, seja para conversar, para “zoar com a cara do outro” e, muitas vezes, até para não fazer nada, “só *pra* ficar sentado lá”.

Durante o tempo em que passa na praça, esse grupo tem uma forma de interagir que desperta a atenção das pessoas, como correr um atrás do outro, sorrir e falar alto, gritar com o outro, falar mal dos seus próprios amigos, fazer comentários sobre quem passa. Como também proporciona situações de violência, a exemplo de brigas com outros jovens que fazem parte de outro grupo.

Algo nos chamou atenção quando conversamos sobre a utilização da internet e as redes sociais, que existem e facilitam a comunicação entre as pessoas sem elas saírem do conforto de suas casas.

Os jovens entrevistados se mostraram unânimes quando falamos sobre esse assunto, apontando a importância de estar em contato com as outras pessoas, face a face, pois:

(...) a relação via internet é muito fria, só quando você tem como ver a pessoa por meio de uma câmera que se torna mais pessoal, mas mesmo assim, você não mantém um contato, é bom você ver e tocar nas pessoas, via Facebook você nem sabe se a outra pessoa tá rindo de verdade ou de cara feia, você só escreve. (Priscila – 19 anos).

Priscila evidencia, na sua fala, a necessidade de ver e sentir a pessoa com quem está estabelecendo uma conversa; apesar da utilização da *webcam*, a mesma mostra a importância de não só ver e sentir a pessoas, mas principalmente perceber a reação do outro durante a conversa.

Eu gosto das redes sociais e uso muito, mas às vezes eu gosto de *se* encontrar com os meus amigos aqui na Praça da Bandeira, acho mais divertido, porém não consigo *tá* aqui o quanto eu queria, por causa do dia a dia, mas quando posso eu venho conversar e tirar onda com meus amigos. (Bob – 17 anos).

Já Bob admite o quanto gosta das redes sociais e as utiliza com frequência, mas mesmo assim, mostra a satisfação de estar com seus amigos na praça, de se divertir com eles. Chega a se queixar que esse tipo de encontro não ocorre na quantidade de vezes que ele queria, e um dos motivos para que isso não ocorra é o dia a dia.

Um outro jovem entrevistado enfatiza a necessidade que esse grupo tem de estar em contato com iguais, situação que não é possível através de um computador, apesar de toda a interatividade que este pode proporcionar atualmente, através de som e imagem, o contato físico ainda não é estabelecido, pois, segundo este jovem:

(...) pela internet a gente conversa por siglas, mas *num* tem o contato, o pessoal, o toque, precisa de

uma confraternização, a gente aqui se confraterniza, e pelo computador é distante. (Dedé– 21 anos).

Todos esses relatos comprovam a importância do espaço da Praça da Bandeira para o exercício da sociabilidade entre esses grupos, que tanto interagem entre si, com seus iguais, quanto possuem a facilidade de interagir com outras pessoas, de grupos diferentes.

APENAS TRABALHO!

A frase acima citada remete a uma situação a qual não imaginávamos ser possível. Até aqui mostramos a Praça da Bandeira como um espaço de sociabilidade, onde as pessoas vivem em interação, compartilhando de diversas situações. No entanto, há um outro lado: existem aqueles os quais não exercem ou não veem a praça como um lugar em que podem compartilhar de diversas situações com outras pessoas, mas apenas como um espaço de trabalho e nada mais. São pessoas as quais vão diariamente a este espaço, entretanto não o veem como um espaço onde podem praticar outras atividades ou outras funções além do trabalho.

Ao conversar com seu Zé, de 60 anos, responsável pela manutenção e limpeza da praça, este deixou bem claro que a praça é a sua obrigação e não diversão:

Meu expediente é pela manhã, de segunda a sexta, e às vezes eu venho no sábado, religiosamente, eu nunca faltei um dia, quando eles terminam eu libero e *tô* liberado também. Venho só no horário de trabalho, cumprir minha tarefa, não venho em outro horário porque não tem necessidade, só quando sou designado. (Zé – 60 anos).

Essa postura também é encontrada em outras pessoas que veem e utilizam a praça apenas como ambiente de trabalho. Ao conversar com Dona Lulu, 47 anos, servidora da prefeitura (trabalha com a limpeza da praça), ela informou que não frequenta mais a praça porque já passa toda a semana. Já Dona Maria, vendedora de picolé, informa que só a encontramos quando está vendendo picolé, em outro momento não.

CONCLUSÃO

Constatamos que o espaço da Praça da Bandeira é como fruto de uma construção social diária, onde a vida cotidiana possui significado, sentido, coerência e ordem para quem o frequenta. A cada conversa estabelecida ou a cada olhar intruso que direcionávamos para as atitudes das pessoas, percebemos na prática a vida em sociedade, a qual está mergulhada em diversas regras e costumes sociais, evidenciados no dia a dia das pessoas frequentadoras da praça.

Estudar a sociabilidade na praça possibilitou apresentar as relações sociais, acontecendo na prática entre pessoas conhecidas, mas também entre pessoas que não se conheciam. Foram inúmeras as vezes em que presenciamos esse fenômeno (interação entre desconhecidos).

A diversidade social abarcada por esse espaço permitiu encontrar sociabilidades essenciais para o dia a dia na praça, até as relações comerciais caracterizadas pela frieza e parcialidade de quem as pratica. Quando cultivadas ao longo do tempo, ultrapassa os limites da compra e venda, atingindo uma relação além do comercial, citando como exemplo o comprar um cafezinho na praça.

Nesse contexto, as relações sociais entre a moça que atende e serve o café e o senhor que consome o café não devem ser resumidas a relações puramente comerciais, ou seja, no intervalo de preparação do café ambos conversam sobre questões de cunho social, violência, política ou questões pessoais.

Em uma das vezes na qual sentei no café Aurora da praça, um senhor se aproximou e pediu um café à atendente; quando esta viu quem era, citou o seu nome, disse que estava com saudade porque “nunca mais” tinha o visto e perguntou: “Sua esposa tá melhor?”. Quer dizer, uma relação comercial não oferece margem para esse tipo de diálogo, mas uma relação de conhecimento ou amizade permite, sim, tais colocações e perguntas em meio às relações comerciais.

Concluimos, então, enfatizando a importância da existência da Praça da Bandeira para o exercício da sociabilidade, lugar onde ocorrem a construção e a manutenção de laços e práticas sociais diversas, possibilitando ao pesquisador perceber um mosaico social repleto de regularidades, mas também de ações sociais inesperadas.

A sociabilidade, sem sombra de dúvida, é a forma mais clara e evidente de como as pessoas no seu dia a dia conseguem manter a vida em grupos, mostrando assim a necessidade do ser humano de conviver em sociedade.

A Praça da Bandeira possibilita aos seus frequentadores relações de identificação com o outro e de pertencimento, seja a um ou mais grupos, como também uma relação de identificação com o próprio espaço. Afirmamos isso mediante declarações como “Tô aqui todos os dias”. Tal afirmação aumenta e fortalece o sentimento de pertencimento.

Esse sentimento de pertencer à Praça da Bandeira revela que o espaço está repleto de valores simbólicos, de valores sentimentais, ou seja, quando percebemos as pessoas frequentando regularmente a praça para consumir um café, observamos uma atitude ultrapassando os limites de suprir uma necessidade física, mas evidenciando um contexto de identificação e pertencimento com esse espaço, pois o consumo do café poderia ocorrer em qualquer outro lugar.

Só percebemos o sentimento de pertencimento mediante a convivência nesse espaço e através do conhecimento das relações sociais estabelecidas neste.

Afirmamos que a Praça da Bandeira se apresenta diante de nós como espaço revelador para entendermos a constituição da sociabilidade, instigando-nos a querer voltar e pesquisar mais sobre esse tema em outros espaços da cidade de Campina Grande.

REFERÊNCIAS

AUGÉ, Marc. **Não Lugares:** Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade. Lisboa: 90º, 2009.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade:** Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOSI, Eclea. Memória-sonho e memória-trabalho. *In: Lembranças de Velhos.* São Paulo: T. A. Queiroz, p. 5-25, 1987.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de muros:** Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CERTAU, Michel de. Caminhadas pela cidade. *In: A invenção do Cotidiano.* 3. ed. Petrópolis: Vozes, p. 169-217, 1998.

ELIAS, Nobert. **A Sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FRÚGOLI, Heitor Jr. **Sociabilidade Urbana.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

MAURICE, Halbwachs. Memória Coletiva e Memória Individual. *In: A memória coletiva.* São Paulo: Edições Vértices, p. 25-52, 1990.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos:** O declínio do individualismo nas sociedades de massa. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

MAGNANI, José G. Quando o campo é a cidade: Fazendo Antropologia na Metrópole. *In: Na Metrópole:* Textos de Antropologia Urbana. 3. ed. São Paulo: Edusp/ FAPESP, p. 12-53, 2008.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. *In: Sociologia e Antropologia.* São Paulo: Cosac & Naify, p. 183-314.

MENEZES, Marluci. A Praça do Martin Moniz: Etnografando lógicas socioculturais de inscrição da praça no mapa social de Lisboa. *In: Horizontes Antropológicos.* Porto Alegre; ano 15, n.32; p. 301-328, 2009.

MIRANDA, Simão de. Comunicação, Metacomunicação e Autoestima infantil. **Revista Ciência Hoje.** v. 44, n. 259, p. 40-45, 2009.

SIMMEL, Georg. A sociabilidade (Exemplo de sociologia pura ou formal). *In: Questões fundamentais da sociologia:* indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 59-82, 2006.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos Bezerra de. **Territórios de Confrontos:** Campina Grande 1920-1945. Campina Grande: EDUFCEG, 2006.

RELAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: AS TORCIDAS ORGANIZADAS COMPREENDIDAS COMO TRIBOS URBANAS

Rommel Jorge Barbosa de Souza

INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo analisar as formas de interação social acerca dos padrões de comportamento entre grupos sociais contemporâneos, com foco na Torcida Organizada Facção Jovem, correspondente ao time futebolístico Campinense Clube (Campina Grande/PB). No primeiro momento, compartilharei algumas eventualidades de experiência de campo nesta pesquisa, apontando as dificuldades, os imprevistos e desafios de conhecer o objeto de pesquisa.

Como se articulam os grupos organizados de jovens que torcem por seu time de futebol? Essa é a grande questão em foco para o desenvolvimento deste texto. As torcidas organizadas são o significado das novas maneiras de se articular em meio às novas formas de relações sociais, transformadas através do processo de urbanização das cidades. Algumas questões foram levantadas a partir dos aspectos da modernidade. Michel Maffesoli (2010) questiona alguns desses aspectos, compartilhando a ideia de que o racional, o individual, o Estado, entre outras representações da lógica moderna, constituem as bases para a formação ideológica burguesa. O que se pensava, antes, que os “indivíduos” existiriam e agiriam racionalmente através da regência estatal e das instituições

modernas, agora podemos pensar que esses “indivíduos” são agentes sociais que se relacionam por mecanismos de reciprocidade, e tais são movidos por paixões, gozo social, ideais e sentimento de pertença. Podemos verificar que as torcidas organizadas são movidas por todos os elementos, os quais envolvem relações de afetividade entre os torcedores organizados.

Segundo Maffesoli (2010), as relações sociais contemporâneas envolvem questões comunitárias ou coletivas, ou seja, o indivíduo só existe, socialmente, de acordo com o “outro” indivíduo. Na linha de pensamento iluminista, “a lógica individualista se apoia numa identidade separada e fechada sobre si mesma” (MAFFESOLI, 2010, p. 37). As antigas identidades que, por um tempo, estabilizaram o mundo social estão em processo de declínio, possibilitando surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, antes visto como um sujeito isolado, unificado (HALL, 2006). Desse modo, o indivíduo só existirá apenas em relação de reciprocidade e com múltiplas facetas identitárias. Enquanto o individualismo metodológico defendia o fortalecimento das instituições e o isolamento dos indivíduos, Simmel (2006) propôs o rompimento com essa forma de pensamento. A metrópole, segundo Simmel, poderia ser uma expressão da individualidade e da liberdade das pessoas. A atitude *blasé* significaria um tipo de comportamento impessoal dos indivíduos que vivem nas grandes metrópoles e isso envolveria reações de impessoalidade e subjetividade. Simmel percebeu que, apesar da impessoalidade, os indivíduos passariam a se relacionar de uma maneira distinta das sociedades tradicionais. Distintamente, as relações sociais nas sociedades tradicionais seriam engendradas pelo sistema de parentesco, enquanto nas cidades, as sociedades modernas teriam relações além da estrutura familiar, dando espaço às novas relações sociais caracterizadas pela modernidade.

A solidariedade orgânica de Durkheim pode representar as múltiplas funções que os indivíduos passam a desenvolver com o avanço da modernidade e com o crescimento dos centros urbanos. Novos laços sociais são desenvolvidos nessa lógica. Novos papéis sociais se desenvolvem na contemporaneidade. Isso significa que os sujeitos sociais do mundo urbano desenvolvem múltiplas facetas sociais no cotidiano. Em alguns momentos, esse sujeito pode ser um pai ou mãe de família; em outros momentos, o mesmo sujeito pode se dedicar às práticas sociais urbanas, como participar de uma gangue, de um grupo de skatistas, de reuniões religiosas, de grupos doadores de sangue ou de qualquer outra atividade beneficente ou até mesmo de uma torcida organizada de futebol.

Logo após, buscarei explicar o que são as torcidas organizadas e quais são as diferenças entre o *torcedor comum* e o *torcedor organizado*. E, em seguida, compartilharei a importância dos encontros entre os torcedores organizados da Facção Jovem e a importância da sede para a realização das reuniões, considerando que as torcidas organizadas possibilitam a compreensão da importância dos grupos contemporâneos no contexto do compartilhamento de experiências e sentimentos coletivos. Em seguida, buscaremos compreender a importância das faixas e bandeiras como símbolo de poder para as torcidas organizadas, representando, assim, o sentimento coletivo dos grupos.

A INSERÇÃO NO CAMPO DE PESQUISA

Esta pesquisa foi realizada no trabalho de construção da minha dissertação de mestrado. A minha inserção de pesquisa de campo foi realizada em Campina Grande/PB, entre os meses de

agosto e setembro de 2013. A Torcida Organizada Facção Jovem, correspondente ao time Campinense Clube, de Campina Grande/PB, me concedeu espaço para que eu pudesse desenvolver este trabalho. Após muitas idas aos estádios de futebol e leituras sobre torcidas organizadas, eu precisava conhecer, pessoalmente, uma torcida, já que o foco de pesquisa era compreender as relações de sociabilidade e sentimento de pertencimento entre os torcedores organizados da Facção.

Então, chegou o momento mais esperado por mim na pesquisa: dirigir-me à sede da torcida organizada, me apresentar como estudante e pesquisador, e justificar que queria escrever um trabalho sobre a torcida. No primeiro encontro, o meu anfitrião acabou por cancelar a ida à sede da torcida quando eu estava na metade do caminho. Justamente na primeira visita, quando eu ia conhecer toda a turma! Eu pensei muito se eu continuaria o percurso até o local marcado, ou não. Mas segui o caminho, sem saber como iria me apresentar aos torcedores. Eu confesso que fiquei muito ansioso, sentindo calafrios e um enorme frio na barriga. Não foi fácil o primeiro contato pessoal com eles na sede da torcida, como consta no meu diário de campo:

(...) alguns deles se distanciaram de mim e não quiseram conversa. Eu passei em média uns 20 minutos apenas observando as pessoas, pelo menos tentando não aparentar tanta curiosidade para não parecer tão artificial a minha presença.

Um estranho no ninho deles. Foi assim que eu me senti. Os olhares de desaprovação me deixavam aflito durante quase todo tempo na primeira inserção. Apesar de estar apreensivo, eu busquei quebrar um pouco o clima de tensão, tentando puxar conversas

sobre o time do Campinense. Mesmo assim, não tive êxito. A desconfiança de uma boa parte dos torcedores era percebida sem interesse de simular espontaneidade por parte deles. Então, a única saída foi deixar as coisas acontecerem de acordo com a espontaneidade, mesmo encontrando dificuldade. Após algum tempo de observação e tentativas de uma conversa atrativa sem êxito, eis que houve um fato pertinente que possibilitou certa mudança de relação com os torcedores:

Após discutirem as pautas da reunião, vejo que se aproximam dois rapazes com cervejas. E todos ficaram à vontade. Alguns bebem, conversam (...) Ofereceram-me cerveja, eu aceitei e daí fomos conversando com algumas pessoas. Os rapazes que me receberam quando eu cheguei ficaram distantes. Mas alguns se aproximaram e ficaram contando as suas experiências em jogos anteriores: brigas, confusões, fatos engraçados, etc.

Quando me ofereceram a cerveja, eu percebi a curiosidade deles sobre a minha escolha: não aceitar ou aceitar. Em frações de segundos, eu pensei: eu estou fazendo pesquisa, será que vou poder degustar a bebida? Ou o que será que eles vão pensar de mim se eu recusar? Então, eu aceitei. Ao abrir o recipiente e degustar um gole da cerveja, eu escutei risadas entre eles e, a partir deste momento, pude usufruir de uma boa conversa sobre futebol, festas, bebedeiras, entre outros assuntos que não estavam diretamente ligados à torcida ou ao clube.

Os primeiros contatos com os torcedores foram intermediados por dois caminhos: o primeiro através de Franklin, meu anfitrião e membro da torcida Facção há um bom tempo, que, infelizmente, não pôde estar no meu primeiro contato com os

torcedores. Em segundo segmento, através das redes sociais da internet, espaços onde todos estão conectados e, assim, marcando reuniões e eventos. Através do primeiro contato, eu pude realizar seis entrevistas, sendo uma perdida por mau manuseio do gravador; além de fotografias, pequenos questionários fechados e, o mais importante, participação nos eventos. Como um pesquisador em formação, Evans Pritchard (1976, p. 300) contribuiu, metodologicamente, afirmando que “(...) o antropólogo deve seguir o que encontra na sociedade que escolheu estudar: a organização social, os valores e os sentimentos do povo e assim por diante”. Todos esses fatos devem ser estudados exclusivamente através de interações e comportamentos dos indivíduos. Como diria Waquant (2002), “o agente social é, antes de mais nada, um ser de carne, de nervos e de sentidos (...)”, é interessante valorizar as ações dos sujeitos, pois é através de objetivos, paixões, ódio, conversas, brincadeiras, entre outros comportamentos, que os sujeitos expressam o sentimento de estar reunido com seu grupo. Portanto, os fatos não podem ser analisados como um simples esboço dos acontecimentos, mas como a base para a compreensão do social. Esses grifos me fizeram buscar conhecer os torcedores. O fato de “estar lá” me fez saborear o quanto fazer pesquisa é árduo, mas, simultaneamente, é instigante porque são novos saberes adquiridos através tantas frustrações, risos, novos laços de amizade e tantos outros sentimentos compartilhados entre os torcedores.

O QUE SÃO AS TORCIDAS ORGANIZADAS?

O *hooliganismo* surgiu na Inglaterra com um fenômeno social de forças ideológicas de torcedores ingleses, acompanhado

pelo processo de crescimento das cidades e, com isso, o surgimento de diversos grupos urbanos de jovens e suas inúmeras ideologias. No Brasil, as torcidas organizadas nasceram devido ao processo de urbanização das grandes cidades, do desenvolvimento da economia destas e também pelo interesse das camadas populares pelo futebol.

Pimenta (1997) afirma que não existe uma cronologia exata a respeito do surgimento de torcidas organizadas no futebol brasileiro. Mas, segundo o autor, há indícios de estudiosos da área que afirmaram a existência de indícios de que, na década de 40 do século XX, houve os primeiros passos desses movimentos. Segundo Luccas (1996), o marco inicial das torcidas organizadas foi estimulado por Jairo Rodrigues de Carvalho, em 1942, com a fundação da *Charanga Rubro-Negra* (associada ao Clube de Regatas Flamengo). Segundo o mesmo autor, a *Charanga* foi o primeiro grupo que associou uniformes específicos e instrumentos musicais a torcedores para que estes pudessem animar o time nas arquibancadas dos estádios. Mesmo assim, Pimenta (1997:66) afirmou que a *Charanga* não ainda se denominava torcida organizada como nos moldes atuais:

Os grupos de torcedores que se juntavam nas arquibancadas, a partir dos anos 40, não podem ser considerados “organizados” – nos moldes atuais –, visto ser a sua constituição diferenciada. Em que pese a utilização de bandeiras, faixas, camisetas dos clubes, banda musical, não tinham e nem pensavam em formar uma estrutura burocrática. Tinham, sim, apenas a intenção de torcer e se divertir nos jogos de seus times. Porém, há de ser considerado esse movimento de torcedores como o marco inicial para a existência de uma “organizada”.

As torcidas organizadas são fenômenos recentes, surgindo entre as décadas de 60 e 70 do século anterior. Nesse período, o Brasil estava passando por um processo de governo militar e, com isso, procurou-se algum ato governamental que buscasse o desenvolvimento econômico do país, realizando políticas de cunho nacionalista através de campanhas de apoio à seleção brasileira de futebol em sua participação na Copa do Mundo e da construção de diversos estádios futebolísticos nas principais cidades brasileiras. Neste caso, o futebol é um fenômeno que cresceu bastante no Brasil nesse período, principalmente após a conquista do tricampeonato na Copa do Mundo do México. Isso fez com que os brasileiros tivessem mais reconhecimento pela pátria.

Segundo Lopes e Cordeiro (2010), as torcidas organizadas cresceram significativamente na primeira metade da década de 1990, chamando atenção e aderência de muitos jovens com faixa etária entre 12 e 18 anos, aumentando expressivamente o número de associados nas torcidas organizadas na região Sudeste: a Mancha Alviverde, do Palmeiras “salta” de 4 mil filiados para 18 mil; a Independente, do São Paulo, de 7 mil para 28 mil filiados; e a Gaviões da Fiel, do Corinthians, de 12 mil para 46 mil torcedores. Talvez o processo de redemocratização do Brasil possa ter contribuído para o aumento de adesão de jovens às torcidas organizadas. A imprensa contribuiu, de certa forma, sob função de transmitir confrontos entre organizadas rivais ao vivo na televisão e estigmatizar o comportamento desses grupos de modo preconceituoso.

Segundo Toledo (1996), as torcidas organizadas são a contrapartida dentro da estrutura profissional do futebol. As práticas dos membros de torcidas organizadas revelam que houve mudança de perfil e de condutas no modo de torcer. As práticas são representadas na maneira de padronizar camisas, faixas, gritos de guerra,

ocupação dos espaços nas ruas, entre outros padrões estéticos que fazem relacionar os indivíduos sob um estilo de vida, possibilitando que os membros tenham “sentimento e experiência partilhados” (MAFFESOLI, 2010, p. 130). Os padrões estéticos permitem que os torcedores organizados se articulem de maneiras diferenciadas de um torcedor comum, que se reúne, geralmente, nos dias de partida de futebol.

As organizadas constituem a função de cobrar um melhor desempenho dos jogadores do time, podem exigir melhorias ao clube, como contratações de novos jogadores, fazer protestos em períodos de campanhas frustradas, etc. Além disso, as organizadas também são munidas por estatutos do torcedor e de organizações burocráticas, como diretoria, tesouraria, etc. Segundo Pimenta (1997, p. 67), existe a busca de “autoafirmação, do poder, das transgressões às regras sociais convencionadas, da violência como um elemento de superioridade, etc.”. Além disso, há outros padrões comportamentais que caracterizam as torcidas organizadas, como afirmou Luccas (1998:64):

Uma outra marca característica distintiva das *torcidas organizadas* é o uso que fazem dos seus símbolos: suas bandeiras, bandeirões e faixas. Cada um desses artefatos tem uma importância bastante clara. A quantidade de bandeiras e sua disposição dentro de um estádio definem o prestígio de uma *torcida*. Elas se tornam mais visíveis de acordo com o uso deste instrumental. As bandeiras se tornam esta incumbência: tornar a *torcida* e seus símbolos visíveis para outras *torcidas*, para o time e para outros torcedores comuns.

Em virtude dessas análises, podemos afirmar que as torcidas organizadas são significadas por um *estilo de vida*. A relação com o

futebol é fundamental para o surgimento das torcidas organizadas. Porém, seu modo de torcer é diferente das demais torcidas associadas aos times de futebol e significa que ser um torcedor organizado é ser diferente. Afinal, o que significa o termo “torcer”? Será que o próprio fato de torcer é dado como um fenômeno homogêneo nos estádios de futebol? Segundo o Dicionário Aurélio, o termo significa:

Demonstrar (o apreciador de prêmios esportivos) com entusiasmo, gesticulando e gritando, o desejo de que vença o clube ou equipe de sua simpatia. / &151; V.pr. Contorcer-se, dobrar-se, contrair-se (de dor).

“Torcer” tem a ver com conflito e euforia. O conflito no futebol é um fenômeno recorrente e fundamental desde o início de sua existência. Nos rituais futebolísticos, sempre há dois times entre os quais pode haver apenas um vencedor. Assim, desse modo, dentro da esfera ritual futebolística há duas torcidas movidas pelo sentido de oposição, cujo objetivo é derrotar o rival através das vibrações nas arquibancadas dos estádios. Os espectadores de uma partida de futebol torcem pelos seus respectivos times. Mas o modo de torcer nem sempre é homogêneo dentro de um estádio de futebol. À primeira vista, podemos até pensar que estamos lidando com uma massa igual, dividida apenas por clubes dentro de um espaço físico. Mas, no contexto desta análise, demonstraremos que há diferença entre o *torcedor comum* e o *torcedor organizado*.

Segundo Pimenta (1997, p. 67), o *torcedor comum* “é aquele que frequenta os estádios de futebol para assistir a um jogo ou torcer por uma determinada agremiação”. O *torcedor comum* vai ao estádio apenas em dias de jogos. Há torcedores que se conhecem nos jogos dos seus times e se veem apenas nos dias das partidas de

futebol. Diferentemente do *torcedor organizado*, “que se associa a um determinado grupo de pessoas e, por sua vez, assimilando os padrões de comportamento cultuados” (1997, p. 67).

O ESTAR JUNTO À TOA: A SEDE DA FACÇÃO

Antes da Facção, existiram outras torcidas organizadas do Campinense, por exemplo, o Movimento Rubro-Negro, Fúria Rubro-Negro e Bad Boys Rubro-Negro. O Movimento Rubro-Negro ficava na arquibancada sombra (espaço mais valorizado pelos torcedores frequentadores do estádio O Amigão); Fúria Rubro-Negro e Bad Boys Rubro-Negro, na arquibancada sol (os ingressos, geralmente, são vendidos por preços populares neste espaço, sendo ocupado por indivíduos de diversas camadas sociais). A Facção teve adesão dos membros das duas últimas torcidas organizadas, principalmente da Bad Boys Rubro-Negro, pois era constituída por jovens estudantes de uma escola pública estadual da cidade.

Fundada em 2003, a Facção Jovem é uma Torcida Organizada correspondente ao time futebolístico Campinense Clube, sediado em Campina Grande/PB. Os torcedores da Facção Jovem são, em geral, jovens moradores de bairros periféricos da cidade e assumem diversas atividades fora da torcida, as quais são representadas por estudantes, operários, profissionais autônomos, etc. Os encontros entre os torcedores da Facção Jovem são realizados semanalmente, de acordo com a disponibilidade da maioria dos integrantes do grupo. A sede do grupo é atualmente o Centro de Treinamento do Campinense Clube, cujo espaço possibilita que a torcida realize as suas atividades cotidianas relacionadas à Facção.

Os sábados à tarde são dias mais ocupados na sede porque é um dia em que a maioria dos torcedores está de folga de suas atividades paralelas. As arquibancadas do Renatão são ocupadas por eles enquanto os demais vão chegando. Enquanto isso, eles se cumprimentam e conversam sobre demais temas, principalmente, das suas experiências em grupo. As histórias são diversas, inclusive, sobre confrontos antigos. Os conflitos entre torcidas organizadas são fundamentais para a afirmação dos torcedores no grupo; a questão da experiência em confrontos permite que os jovens fortaleçam os laços sociais entre eles e com a Facção. Apesar de o futebol ser um elemento fundamental nas torcidas organizadas, é percebido que o laço de amizade entre os torcedores mantém o grupo, fortalecendo as interações, assim como recebendo novos membros, mesmo em períodos em que o time não esteja participando de campeonatos:

Franklin: Incrivelmente! Historicamente quando o Campinense não *tá* jogando é o momento *onde* a torcida mais se unifica e que mais cresce. Por incrível que pareça. Eu não sei o motivo, mas é um fenômeno que sempre ocorreu. *Tá* entendendo? Toda vez quando a gente não tem calendário, tipo, a gente se fortalece e volta sempre no outro ano mais forte. É interessante isso. *Né?*

A sede da Facção significa o lar da torcida organizada. O espaço ocupado significa o cenário de antigos e novos laços de sociabilidade praticados por jovens torcedores organizados. Os jovens são diversos, são de diversas idades, mas a faixa etária dos torcedores é entre 15 e 25 anos. A maioria reside em zonas periféricas de Campina Grande. Em geral, são estudantes, como também há profissionais autônomos e outros empregados em fábricas e empresas sediadas na cidade.

Paulo: Aqui a gente *temos* enfermeiro, temos advogados, temos empresários, temos de quatro a cinco empresários dentro da torcida. Tem pessoas aí que *tão* cursando universidade, que trabalha, que também que é humilde também. Entendeu? E, mesmo assim, a gente se reúne. A gente *tá* vivo. A gente *tá* aqui. A gente *tá* na correria, mas dá o tempo de se ver. De *tá* todo mundo junto. Então, eu acho que se fosse um negócio ruim, você não deixaria seu trabalho, o conforto da sua casa *pra tá* aqui, *ô!* Levando frio. Entendeu? Chovendo, no frio. Quando *tá* quente, no frio. De todo jeito a gente *tá* aqui.

Uma boa parcela dos torcedores mora em bairros periféricos da cidade e isso também pode ser mais um estigma junto à população em geral. Apesar de o ambiente futebolístico ser masculino e, ainda mais, se falando em torcida organizada, foi constatado que há a presença feminina (cerca de 40 mulheres, segundo informações de uma representante do comando feminino) no grupo e as mulheres/garotas também frequentam as reuniões (em média, entre 10 a 15 torcedoras constatadas durante a pesquisa) da Facção Jovem, sendo que em número reduzido se compararmos aos homens/garotos.

Para Maffesoli (2010), a memória coletiva significa a não individualização dos sujeitos contemporâneos, os quais têm pensamentos pessoais inclinados pelo pensamento da coletividade. Desse modo, a memória coletiva serve como impulso para as ações e experiências individuais.

Ela é (memória coletiva), verdadeiramente, uma esfera de comunicação, causa e efeito da comunidade. Assim, o que parece ser particularizado, o pensamento, é apenas um dos elementos de um sistema simbólico que está na base de toda agre-

gração social. Em seu aspecto puramente instrumental ou racional, o pensamento individualiza, da mesma forma que, no nível teórico, recorta e discrimina. Por outro lado, integrando-se em uma complexidade orgânica, isto é, abrindo espaço para o afeto e para a paixão, é também para o não lógico, esse mesmo pensamento favorece a comunicação do estar junto. (2010, p. 123-124).

O fato de estar se encontrando efetivamente na sede da Facção, mesmo em momentos em que o time não esteja jogando, realiza o fortalecimento e a articulação de uma extensa rede de interação entre os torcedores organizados da Facção. As reuniões das torcidas organizadas são caracterizadas por jogos de formalidade e informalidade durante os encontros. No caso da Facção, as reuniões são regadas a cerveja, aguardente e demais bebidas alcoólicas. Além das pautas das reuniões, os assuntos são os mais variados e vão desde assuntos de brigas entre torcidas rivais, conversas sobre o cotidiano de cada integrante, gozações entre eles e até mesmo brincadeiras como, por exemplo, o ato de simular brigas para ver quem é o mais viril.

A importância entre os torcedores organizados de compartilhar momentos de entretenimento nos remete lembrar o sentido de *estar junto à toa*, de acordo com Maffesoli (2010). Ao discutir sobre o individualismo metodológico e moderno relacionados, principalmente por acontecimentos históricos e sociais como o Renascimento e as Revoluções Burguesas, cujas atenções estavam remetidas às experiências da individualidade, Maffesoli nos lembra que o indivíduo do mundo contemporâneo não pode existir de modo isolado, mas que ele está envolvido por uma rede de comunicação, de cultura, de lazer, etc. Dessa maneira, os indivíduos contemporâneos não existem isoladamente. Contudo, a base das

relações contemporâneas é desenvolvida na concepção de “nós” em vez do “eu”. O sentido do *estar junto à toa* é fundamental no que se refere ao acontecer das sociedades contemporâneas, pois permite que os grupos se fortaleçam de acordo com o vivido em coletivo.

De acordo com as experiências de cada membro, a Facção se fortalece constantemente a cada encontro realizado com o grupo, a cada evento experimentado coletivamente – sejam atividades recreativas ou burocráticas e/ou brigas entre rivais. As experiências vão se materializando no grupo através da elaboração de faixas e bandeiras, de marcas corporais e, historicamente, dos fatos vividos em grupo.

A sede significa um espaço para que se realizem as atividades burocráticas da torcida organizada. Primeiramente, os encontros são fatores fundamentais para o acontecimento do grupo. As atividades cotidianas da torcida são realizadas durante os encontros no espaço sediado. Além de conversas, brincadeiras, registros de fotos e bebedeiras, os torcedores organizados realizam reuniões formais com a orientação da diretoria, no intuito de discutir questões como organização de festas comemorativas da torcida, “arrastões” em dias de jogos, atividades beneficentes e arrecadações de recursos financeiros para a manutenção dos instrumentos percussivos, confecção de materiais gráficos, como camisas, bonés, casacos, bermudas, bandeiras, faixas, etc. – todos, especificamente, com as cores e o símbolo da Facção.

O PODER DAS BANDEIRAS E FAIXAS DAS TORCIDAS ORGANIZADAS

A rivalidade entre torcidas organizadas dá-se através da disputa de qual delas é mais vibrante antes, durante e depois das

partidas de futebol dos seus respectivos times. A disputa por territórios também é uma marca de rivalidade entre torcidas organizadas, significando quem conquista mais espaço dentro da cidade. Outra característica interessante sobre a disputa entre torcidas está no significado das bandeiras e faixas de cada torcida. Principalmente nas faixas, porque elas significam a presença das torcidas organizadas nos estádios e o poder que elas têm de representar o time em qualquer lugar onde ele irá jogar. Geralmente, as faixas são expostas nos alambrados dos estádios de futebol, significando a dominação territorial da torcida na arquibancada do estádio; também podem ser expostas de cabeça para baixo, expressando hostilidade com a diretoria do clube ou quando o time não está em boa situação em algum campeonato.

Os acessórios, como camisas, calças, bonés, casacos, bandeiras e faixas são elementos que ajudam a constituir e a reconhecer a identidade, transmitindo a marca e o poder da Fação enquanto grupo. Entre a utilização de todos os acessórios, um fator interessante nas relações entre as Torcidas Organizadas é a competição entre as faixas das organizadas. Cada grupo carrega em todos os jogos as faixas, e estas significam o poder da torcida através da ocupação de territórios.

As bandeiras e faixas significam a “padronização” comportamental de um torcedor organizado. Segundo Toledo (1996, p. 60), “todas estas marcas traduzem comportamentos específicos, uma estética determinada e condutas que diferem do comportamento daqueles torcedores que ocupam outros setores dos estádios”.

Assim como percebido na análise de Toledo sobre os comportamentos específicos dos torcedores organizados no sudeste, em Campina Grande/PB,

existem tipos de comportamentos padronizados entre torcedores organizados. E, desse modo, os acessórios como faixas e bandeiras representam a “alma” do grupo. Os materiais citados são confeccionados na sede da Fação Jovem pelos próprios torcedores. Dentro do grupo, há integrantes com aptidão para pintura e confecção, e os demais são orientados pelos mais experientes no processo de confecção do material.

Segundo Toledo (1996), bandeiras, camisas e bonés são disputados entre torcidas organizadas rivais e servem de troféus para o fortalecimento do grupo. A prática de confiscar o material do oponente representa o triunfo da torcida e simultaneamente frustração para a torcida que teve a perda dos materiais. Todos os artefatos materiais citados são importantíssimos para as torcidas organizadas. As faixas são a representação material e simbólica da força das torcidas organizadas. Mas qual seria o motivo? Segundo entrevistas com torcedores da Fação, as camisetas, os bonés e demais componentes são comercializados pelas próprias torcidas. Ora, as torcidas organizadas precisam de recursos para arcar com as despesas do grupo e, assim, esses materiais podem ser vendidos na loja a qualquer torcedor. As faixas, pelo contrário, não são comercializadas. Elas são elaboradas, exclusivamente, para o uso da própria torcida e representam a identidade do grupo; a força do trabalho coletivo durante a confecção; o coração da Fação Jovem.

Henrique: A faixa é como se fosse uma vida dentro da torcida da gente. Ali é a representação máxima da torcida. A faixa, bandeiras... é como se fosse mais um membro. Se a gente tem uma faixa roubada ou alguma coisa do tipo e graças a Deus a gente não teve tomado - é como se a gente

tivesse um membro assassinado. É como se fosse um sequestro. (Torcedor Fação Jovem).

Existe a comissão de frente da diretoria que coordena as confecções e compras de materiais e os demais auxiliam na produção das faixas e bandeiras. Após o término da confecção das faixas, é hora de levá-las aos estádios onde o Campinense for jogar. Independentemente de onde acontecerá o jogo. Se a torcida, em geral, não puder ir a um jogo longe da cidade, o grupo consegue levantar renda para arcar com as passagens a fim de levar um representante com as faixas e pendurá-las no alambrado do estádio. Neste caso, eles não vão sozinhos aos estádios longe da cidade natal. Sempre há torcidas aliadas em diversas cidades do Brasil. Quando um torcedor organizado viaja para uma cidade na qual tem sede de uma torcida aliada, é responsabilidade dos anfitriões receber os representantes da Fação Jovem. Geralmente os aliados dão toda assistência, não apenas nos momentos da partida de futebol: eles vão buscar o aliado no aeroporto ou rodoviária e arcam com alimentação e hospedagem dos visitantes. O mesmo ato acontece quando a Fação Jovem recebe um aliado em Campina Grande. Os visitantes têm toda assistência durante a estadia na cidade.

Como acontecem os confiscos das faixas das torcidas organizadas? Segundo informações de pesquisa de campo, os confrontos entre elas acontecem nas ruas, principalmente em dias de jogos. As torcidas organizadas tomam o espaço das ruas da cidade, representando novos significados do espaço urbano. Dentro dessa esfera, existem confrontos entre torcidas durante as caminhadas até o estádio de futebol, principalmente em dias de clássico entre o Campinense x Treze ou vice-versa. Como explicado anteriormente,

o material confeccionado pelos torcedores é levado até o estádio de carro, mas durante a caminhada nas ruas até o estádio, são levadas algumas faixas e bandeiras. Durante os confrontos, esses materiais são disputados entre as torcidas rivais; depois de conquistados, são exibidos nas redes sociais da internet como forma de mostrar conquista sobre o outro.

Perder uma faixa ou bandeira significa frustração da torcida organizada. É como se fosse a morte de algum membro do grupo, a perda da força coletiva. A identidade da torcida está representada nos símbolos materializados nas faixas confeccionadas por ela. De outro modo, o mesmo material confiscado é guardado com extremo cuidado e serve para a torcida “vencedora” expor as faixas e bandeiras como troféus nas redes sociais, para mostrar a força e a virilidade do grupo. O fato de expor as faixas de cabeça para baixo representa a fraqueza do rival e a força do grupo vencedor do confronto.

Tomar a bandeira do rival significa um ritual das torcidas organizadas. Segundo Maffesoli (2010), o ritual caracteriza a vida das *tribos urbanas* sob aspecto da repetição, cuja função é reafirmar o sentimento que um dado grupo tem de si mesmo. “A comunidade ‘esgota’ sua energia na sua própria criação” (2010 p. 48). O que acontece nas organizadas é que elas são movidas por rituais em todos os sentidos. O ato de provocar o inimigo, de tomar bandeira ou até mesmo agredir fisicamente representa “destruir” a torcida rival. E viver essa “morte” cotidiana, para as *tribos urbanas*, representa “[...] o resultado de um sentimento coletivo que ocupa um lugar privilegiado na vida social” (2010, p. 48).

FIGURA 1- BANDEIRAS E FAIXAS DE TORCIDAS RIVAIS CONFISCADAS EM CONFRONTOS NAS RUAS



Fonte: <http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=121251624>.

Passamos, portanto, a compreender que os indivíduos pertencentes às torcidas organizadas são conduzidos por um sistema padronizado de comportamento em grupo, no qual eles não são conduzidos apenas pelas concepções da racionalidade individualista, mas “pelos sentimentos, pelos afetos, pelos humores, tudo dimensões não racionais do dado mundano” (MAFFESOLI, 2000, p. 30). Sendo assim, esses indivíduos vivem experiências em comum dentro das organizadas que não podem ser discutidas sob o discurso reducionista de que esses grupos são movidos exclusivamente por violência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as análises realizadas através das nossas observações sobre as torcidas organizadas enquanto *tribos urbanas*, o conceito de *tribalismo* formulado por Maffesoli (2010) nos permitiu compreender as formas de interações entre torcidas organizadas enquanto grupo constituído por jovens cujas relações são baseadas por sentimento coletivo de pertencimento. Os grupos contemporâneos são constituídos por uma sensibilidade coletiva na qual se compartilham sentimentos, experiências e emoções. As torcidas organizadas são grupos contemporâneos complexos que constituem o espaço urbano. Sob olhar do campo científico, ignorar tais grupos significa negligenciar as formas de interações sociais atuais.

Nesse sentido, vão surgindo inquietações acerca das relações sociais do mundo contemporâneo. Não basta compreender os relacionamentos dos indivíduos com as instituições formais – como Estado, igreja, empresas, etc. Para compreender o “acontecer” da sociedade, é importante buscar compreender as relações sociais contemporâneas de acordo com os valores e sentimentos entre os grupos atuais.

Em meio à parafernália moderna, podemos definir que as sociedades são movidas por relações sentimentais e afetivas. Michel Maffesoli (2010) afirma que as sociedades pós-modernas são baseadas nas relações sentimentais, cujas relações são fundamentadas no sentido de “estar junto”. O antigo “eu”, proposto pela filosofia burguesa, dá passagem para o “nós” contemporâneo, ou da “pós-modernidade”, como afirma Maffesoli:

Com efeito, estarmos atentos à necessidade, à propensão das coisas, ao destino, tudo isso nos obriga a considerar o indivíduo na sua globalidade, no seu contexto. Ou seja, ele não é como foi o caso da modernidade, unicamente regido pela razão, mas é movido, igualmente, pelos sentimentos, pelos afectos, pelos humores, tudo dimensões não racionais do dado mundano. (2000:30)

Se os indivíduos se relacionam através de sentimentos, humores, afetos e empatia, para Maffesoli, esses atores sociais vivem em comunidade. Mas o que seria comunidade? Mocellim (2011) explica que a comunidade pode ser sempre o lugar onde os indivíduos encontram os seus semelhantes e, junto com eles, compartilham modos de vida e visões de mundo. Há também o significado da segurança recíproca interna entre os integrantes da comunidade. A segurança faz com que os sujeitos se protejam contra os problemas externos, possibilitando que os indivíduos estabeleçam fortes laços sociais. Assim, como afirmou um integrante da Facção Jovem:

Paulo: É irmandade. É tipo uma irmandade *pra* mim. É tudo irmão, é tudo defendendo o mesmo clube. Eu acho que hoje é uma família que vem crescendo, que passa por dificuldades juntos, mas que sempre *tão* juntos. Porque você sabe quem realmente é amigo na hora do aperto e que isso a Facção tem, ela nunca deixa nenhum integrante na mão e nunca vai deixar, não.

As torcidas organizadas podem se articular dessa maneira, como uma comunidade emocional, todos compartilhando as suas alegrias, raivas, paixões pelo time, ódio pelo rival, entre outros sentimentos que são compartilhados entre os torcedores, desde que sejam pertencentes à mesma comunidade. No caso, os torcedores

organizados partilham os símbolos (bandeiras, faixas, camisetas), as músicas, os gritos de guerra, os apelidos internos, as conversas variadas, entre outros fenômenos. Essas representações significam grande importância do grupo para os jovens. As reuniões da TFJ significam que os torcedores se reúnem com frequência para realizar as atividades do grupo, porém o mais interessante é que eles têm necessidade de estar reunidos cotidianamente, seja para confeccionar materiais da torcida, seja para ficar “de bobeira”, mesmo em fases em que o time do Campinense Clube não esteja participando de competições. Isso significa o sentimento de lealdade e irmandade entre os amigos da Facção Jovem.

REFERÊNCIAS

BECKER, Howard Saul. **Outsiders:** estudos de sociologia do desvio. Tradução de Maria Luiza X. de Borges; revisão técnica de Karina Kuschnir. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

DAMATTA, Roberto. Os Milagres do futebol. *In: Explorações:* ensaios de sociologia interpretativa. 2. ed., ver. Ampl. Rio de Janeiro: Rocco, p.87-93, 2011.

_____ **A bola corre mais do que os homens:** duas copas, treze crônicas e três ensaios sobre futebol. Rio de Janeiro: Rocco, 2006.

_____ Antropologia do óbvio: notas em torno do significado social do futebol. *In: Revista USP.* São Paulo, v. 22, p.10-17, 1994.

DIÓGENES, Glória. **Itinerários de corpos juvenis**: o baile, o jogo e o tatame. São Paulo: Annablume, 2003.

_____. **Cartografias da cultura e violência**: gangues, galeras e o movimento hip-hop. São Paulo: Annablume: Fortaleza. Secretaria da Cultura e Desporto, 1998.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ELIAS, NOBERT. Mudanças na agressividade. *In*: **O processo civilizador**. Tradução de Ruy Jungmann: revisão e apresentação de Renato Jaime Ribeiro. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994 . p.189-202.

GARRIGOU, Alain; LACROIX, Bernard. A society e a sociogênese do Esporte. *In*: **Nobert Elias**: A política e a história. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1997. p.68-75.

GASTALDO, Édison. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 14, n. 30, p. 223-231, jul./dez. 2008.

GIULIANOTTI, Richard. **Sociologia do Futebol** - Dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões. Tradução de Wanda Nogueira Caldeira Brant e Marcelo de Oliveira Nunes. São Paulo: Ed. Nova Alexandria, 2002.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaracira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LUCCAS, Alexandre Nocolau. **Futebol e Torcidas**: Um estudo psicanalítico sobre o vínculo social. Dissertação de Mestrado em Psicologia Social. PUC/São Paulo, 1998.

MAFFESOLI, Michel. **O Tempo das Tribos**: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Apresentação e revisão técnica de Luiz Felipe Baêta neves; tradução de Maria de Lourdes Menezes; tradução do anexo e do prefácio de Débora de Castro Barros. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **O Eterno Instante** - O retorno do trágico nas sociedades pós-modernas. Ed. Instituto Piaget, 2000.

MAGNANI, José Guilherme C. **Na Metrópole**: Textos de Antropologia Urbana. Lilian de Lucena Torres (Org.). 3.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fapesp, 2008.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. Introdução. *In*: **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné. Prefácio de Sir James George Frazer; Tradução de Anton P. Carr e Lúgia Aparecida Cardieri Mendonça; revista por Eunice Ribeiro Durham. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, p.17-34, 1984.

MARQUES, Giovanna Lopes. **Quem Nasce em Campina Grande é Campinense**: Futebol e Sociabilidade na “Rainha da Borborema” (1954-1965). Dissertação de Mestrado – PPGH/UFRN, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Coleção Os

Pensadores. Rio de Janeiro: Abril Cultural, 1974. [Seleção de José Arthur Giannotti].

MEDEIROS, Mario Vinícius. **Treze Futebol Clube: 80 anos de história.** João Pessoa: União, 2006.

MOCELLIM, Alan Delazeri. A Comunidade: da sociologia clássica a sociologia contemporânea. *In: PLURAL Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 105-125, 2011.

MONTEIRO, Rodrigo de Araújo. **Torcer, lutar, ao inimigo massacrar:** Raça Rubro-Negra: Uma etnografia sobre o futebol, masculinidade e violência. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MURAD, Mauricio. **A violência e o futebol:** dos estudos clássicos até os dias de hoje. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____. **A violência no futebol.** São Paulo: Saraiva, 2012 (Coleção Para Entender).

PARK, R. A Sociedade Moderna. *In: PIERSON, D. (Org.). Estudos de Organização Social*, tomo II. São Paulo, Martins, 1970 (1940).

PIMENTA, Carlos Alberto Máximo. **Torcidas Organizadas de futebol – violência e auto-afirmação – aspectos da construção das novas relações sociais.** Taubaté: Vogal Editora, 1997.

PRITCHARD, E. E. Evans. Algumas Reminiscências e Reflexões sobre o Trabalho de Campo. *In: Bruxaria, Oráculos e Magia entre os Azande.* Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. *In: VELHO, Otávio (Org.). O Fenômeno Urbano.* Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

_____. **Questões fundamentais da sociologia:** indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

TOLEDO, Luiz Henrique. **Torcidas Organizadas de Futebol.** São Paulo: Autores Associados/Anpocs, 1996. (Coleção Educação Física e Esportes).

_____. A Cidade das Torcidas: Representações do Espaço Urbano entre os Torcedores e Torcidas de Futebol na Cidade de São Paulo. *In: Na Metrópole: textos de antropologia urbana.* José Guilherme C. Magnani; Lilian de Lucca Torres (Orgs.). 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2008. p.124-156.

VELHO, G. Observando o Familiar. *In: Individualismo e Cultura.* Rio de Janeiro: Zahar, 1987 (1978).

WAQCUNANT, Loïc J. D. **Corpo e Alma:** notas etnográficas de um aprendiz de boxe. Tradução de Angela Ramalho. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

WATIER, Patrick. A teoria do conhecimento e o problema da compreensão em *Le problèmes de La philosophie de l'histoire* de Simmel. *In: Uma introdução à sociologia compreensiva*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009.

WEBER, MAX. Conceito e categorias da cidade. *In: Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999. p. 480-424.

WIEVIORKA, M. O novo paradigma da violência. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, 9, n. 1, maio 1997, p. 5-41.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de Esquina**: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira; Revisão técnica de Karina Kuschnir; Apresentação de Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

WIRTH, L. A Sociedade Urbana. *In: PIERSON, D.(Org.). Estudos de Organização Social*, tomo II. São Paulo: Martins, 1970 (1940).

MULHER E HIP-HOP: ETNOGRAFIA DAS PRÁTICAS JUVENIS EM CAMPINA GRANDE – PB

Mércia Ferreira de Lima

INTRODUÇÃO

Este trabalho é sobre a inserção de jovens mulheres no movimento hip-hop na cidade de Campina Grande - PB. Ele é parte da pesquisa do mestrado em Ciências Sociais, realizado na Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Para seu desenvolvimento, foi realizada uma etnografia, entrevistas semiestruturadas com membros do hip-hop, assim como análise de literaturas relacionadas ao tema e de letras de rap.

Dentro das possibilidades da antropologia urbana, a pesquisa é feita no âmbito urbano, no entanto deve-se levar em consideração que a cidade de Campina Grande é palco de diferentes manifestações culturais tradicionais, mas também oferece abertura para manifestações que são tidas como modernas e juvenis. Nesse sentido, os jovens são grandes protagonistas nessas manifestações artístico-musicais e culturais. “A cultura urbana pode mostrar que os jovens são capazes de produzir suas próprias expressões culturais em um contexto de globalização que tende à homogeneização dos gostos” (MARTINS, 2014, p. 13). Sendo assim, dentro do movimento hip-hop, os jovens são os protagonistas de luta, utilizando os elementos que o movimento propõe (o *break*, o grafite, o *rap* e o DJ) para ganhar uma visibilidade perante as outras dimensões da cidade.

A ideia de pesquisar sobre o movimento hip-hop surgiu durante a graduação em Antropologia, com habilitação em Antropologia visual, cujo título do trabalho foi “A participação feminina no movimento hip-hop da região metropolitana de João Pessoa”. Tendo algumas ideias e vendo a dinâmica da cidade de Campina Grande, resolvi dar continuidade ao tema, pensando essas mulheres dentro do município.

As inserções no campo foram de fundamental importância para conhecer as relações sociais dessas mulheres dentro do movimento. O fato de ser uma “nova moradora” me proporcionou descobertas que são importantes para a pesquisa. De acordo com alguns antropólogos que se dedicam ao estudo dos fenômenos urbanos, o grande desafio foi estudar sua própria comunidade. Para Gilberto Velho:

Não creio que o estudo da própria sociedade seja uma heresia dentro da trajetória da reflexão antropológica, mas significa, sem dúvida, uma ampliação e complexificação de nosso campo de estudo. Logo é uma tarefa a ser assumida com todos os riscos e desgastes que envolve. (VELHO, 2013, p. 86).

Não sei se seria exatamente meu caso, estudar minha própria sociedade, apesar de ser moradora na localidade, os fenômenos da cidade são descobertas a serem feitas. Mas o que se observou é que o centro da cidade é um dos principais lugares de encontro de adeptos da cultura hip-hop. Tendo assim alguns lugares que marcam os encontros desses jovens para essa prática, como o Parque da Criança, que fica localizado em um bairro próximo ao centro da cidade.

O Parque da Criança é um espaço onde se reúnem os jovens que têm afinidade com o hip-hop, embora outros espaços na urbe pesquisada tenham relevância para o movimento, como o espaço do Açude Novo, o Museu dos Três Padeiros, as praças do centro, o Teatro Municipal Severino Cabral.

Campina Grande é conhecida por ter o “Maior São João do Mundo”, mantendo a tradição das festas juninas. Isso faz com que outros fenômenos artístico-culturais, como o hip-hop, não tenham um protagonismo forte na cidade. Para alguns integrantes desse movimento, ele tem uma resistência através do Núcleo de Hip-Hop Campina - NH2C. Mas segundo DJ Joh, que é uma dos idealizadores do NH2C, o movimento perdeu a essência, não é mais como era.

A metodologia usada para a pesquisa foi a etnografia, com entrevistas semiestruturadas e análise de letras de *rap* e observações dos grafites e pichações existentes nas ruas de Campina Grande. As primeiras observações se iniciaram no Parque da Criança, lugar em que se encontram, com maior frequência, jovens que vão fazer seus treinos de *break*. Eles se encontram nos finais de semana, no horário vespertino. Identifiquei esse espaço através do documentário sobre o hip-hop de Campina Grande, o qual aparece como um ponto central para os ensaios de *break*, por ter um piso favorável para que os jovens possam desenvolver os passos da dança.

O que será mostrado no presente artigo são visões sobre o campo, as primeiras impressões de como o movimento se organiza na cidade. Na primeira parte, será mostrado um breve histórico do movimento hip-hop, desde seu surgimento nos bairros periféricos de Nova Iorque, sua chegada ao Brasil e como esse movimento chega até Campina Grande - PB. A segunda parte do artigo será

reservada à descrição das primeiras experiências de campo. Já nas considerações finais, mostro algumas conclusões que tive com a pesquisa.

CONTEXTO HISTÓRICO DO HIP-HOP NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE - PB

O hip-hop tem ganhado cada vez mais interesse de estudos acadêmicos e também adeptos. Isso se deve ao advento da tecnologia e ao acesso às redes sociais. Porém, por ser um movimento de reivindicação, existem diversas críticas por parte de alguns integrantes do movimento hip-hop por ele ter ganhado essa popularidade na grande mídia, pois segundo alguns integrantes do movimento hip-hop, há uma formatação de como as artes podem ser produzidas nesses espaços. O grau de importância crescente do movimento e de sua visibilidade na sociedade brasileira pode ser visto pelo fato de que, durante o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) do ano de 2014, uma das questões trazia o hip-hop como tema.

No Brasil, a origem do funk e do hip-hop remonta aos anos 1970, quando da proliferação dos chamados “*bailes black*” nas periferias dos grandes centros urbanos. Embalados pelo *black music* americana, milhares de jovens encontravam nos bailes de final de semana uma alternativa de lazer antes inexistente. Em cidades como Rio de Janeiro ou São Paulo, formavam-se equipes de som que promoviam bailes onde foi se disseminando um estilo que buscava a valorização da cultura negra, tanto na música como nas roupas e nos penteados. No Rio de Janeiro, ficou conhecido como “Black Rio”. A indústria fonográfica descobriu o filão e,

lançando discos de “equipe” como músicas de sucesso nos bailes, difundia a moda pelo restante do país. (ENEM, 2014).

Até pouco tempo, isso seria impensável para um movimento de pouca visibilidade social. O ENEM aborda em suas questões temas da atualidade, isso demonstra que o hip-hop é um assunto da atualidade e um tema que tem muitos jovens como adeptos, ainda que muitos nem mesmo compreendam o que ele representa na sua dimensão política. A indústria do comércio se apropria desse tema para que possa atrair cada vez mais jovens para o consumismo.

Dentro do contexto histórico sobre a conquista do espaço de produção cultural por parte do movimento negro, podemos levantar questões cruciais em se tratando de movimento artístico-cultural. Entre tantos movimentos, a música é um elemento de grande reivindicação e resistência de negritude. A música “negra”, desde seus primórdios, é um movimento de contestação em que se faz uma denúncia da realidade social na qual o negro após a abolição da escravidão está inserido. Deve-se levar em conta toda a falta de assistência que o jovem negro da periferia tem. Para tanto, existe uma organização por parte de grupos que têm suas formações e regras. A formação de grupos se torna de grande importância para que esses jovens se sintam representados. A participação em grupos de pares está associada à condição juvenil.

(...) os grupos de *rap* se constituem como um espaço social de experiências conjuntivas no qual os jovens desenvolvem suas habilidades artístico-musicais, constroem novas redes de solidariedade, elaboram experiências de ruptura e de desintegração familiar, bem como experiências de ruptura e de desintegração familiar, bem como experiên-

cias de discriminação e segregação socioespacial. (WELLER, 2014, p. 356).

Nesse sentido, não só o *rap*, mas o hip-hop, de forma geral, torna-se um grupo em que o jovem se sente representado e com sentimento de pertencimento. As identidades são construídas em relação ao grupo ao qual pertencem. As formas como esses jovens se agrupam e se relacionam com outros grupos fazem com que sua identidade se redefina. No entanto, a forma como eles se articulam é caracterizada pelo “mundo dos adultos”, como o tempo inútil, a falta do que fazer.

Pensando não só o *rap* como um instrumento de reivindicação política, o hip-hop através de seus elementos - o *break*, o *rap*, o DJ e o grafite - tem ganhado cada vez mais visibilidade dentro do mundo acadêmico, sendo também produto de consumo por parte de alguns jovens que se apropriam de alguns de seus signos, sendo muitas vezes apenas consumidor dos produtos que a indústria utiliza para atrair o público jovem.

Partindo de um recorte de gênero, a pesquisa mostra como os jovens de Campina Grande se identificam no movimento hip-hop, tanto como forma de lazer e sociabilidade como instrumento de contestação e de resistência de classe e raça. Alguns estudos vão apontar a juventude inserida no meio urbano de forma generalizada, não fazendo distinção de classe, raça e gênero. Porém a ideia de juventude trabalhada aqui é de que é uma construção social e cultural que envolve as esferas de classe, raça e gênero.

Apesar de o hip-hop ser um movimento de reivindicação, é necessário que se faça uma análise dos tipos de jovens que estão inseridos nele, levando também em consideração o contexto social em que eles se localizam. Trago essa discussão de juventude e de gê-

nero para um contexto local, tendo em vista que o *locus* de pesquisa tem suas peculiaridades de uma cidade do interior do Nordeste.

Para a análise da juventude de Campina Grande, não será levada em conta apenas a faixa etária desses jovens, o conceito de juventude nesse contexto vai além. Seguindo o pensamento de Magnani, utilizo o conceito de *circuitos* que esses jovens do hip-hop fazem dentro do cenário urbano de Campina Grande. Seria uma extensão de *culturas juvenis* e *tribos urbanas*, como aponta Magnani, “uma forma de oferecer uma alternativa a esses enfoques e assim poder dialogar com eles na forma de contraposição ou complementaridade” (MAGNANI, 2007, p. 19). Os *circuitos* feitos pelos jovens de Campina Grande são no centro da cidade, partindo de alguns bairros da cidade, estabelecendo-se assim também *trajetos*.

Em vez da ênfase na condição de “jovens”, que supostamente remete à diversidade de manifestação em um denominador comum, a ideia é privilegiar sua inserção na paisagem urbana por meio da etnografia dos espaços urbanos por onde circulam, onde estão seus pontos de encontro e ocasiões de conflito, além dos parceiros com quem estabelecem relações de troca. (MAGNANI, 2007, p. 19).

Para que possamos entender como o hip-hop chega até a cidade de Campina Grande, é necessário entender como esse movimento surge e em que cenário ele teve seu maior destaque. Assim como o *blues*, o hip-hop surge nos Estados Unidos, sobretudo nos guetos de Nova Iorque. Algumas características fazem como que o movimento se assemelhe com o *blues*, como: uso da oralidade, música como meio de comunicação, música específica de grupos e que, ao mesmo tempo em que oferecem entretenimento, identifica esses grupos, faz denúncia da apropriação da indústria de entrete-

nimento como meio de promover astros pop (POSTALI, 2011). O hip-hop surge nos anos de 1970, uma vez que é posterior ao movimento do *blues*, que surgiu em 1900.

O hip-hop passou a ser a manifestação precursora da resistência marginal da segunda metade do século XX, iniciada pelo *blues*, no final do século XIX. Como o blues, o hip-hop procura manifestar a resistência perante o sistema social que manteve os grupos afro-estadunidenses em condições secundárias. (...) o *blues* e o seu conteúdo são semelhantes às do hip-hop que se desenvolveu posteriormente. (POSTALI, 2010, p. 169).

Tal movimento tem como um de seus principais idealizadores Afrika Bambaata, reconhecido como padrinho do hip-hop e um dos primeiros a utilizar essa nomenclatura. Os quatro pilares que formam o movimento são o *break dance*, o *rap*, o Dj e o grafite. De acordo com alguns de seus membros, existe um quinto elemento o qual os hip-hoppers denominam de consciência politizadora. Segundo Bambaata, o objetivo do movimento era diminuir a criminalidade dos jovens das ruas e promover ideais pacifistas em que a autoafirmação da identidade negra fosse destacada. Vale salientar que os elementos do hip-hop, antes de Bambaata juntar todos na nomenclatura hip-hop, aconteciam de forma independente.

Com o processo de globalização, o movimento hip-hop começa a surgir no Brasil por volta de 1980, em São Paulo. O lugar onde os primeiros *b. boys* começaram a se encontrar foi na Rua 24 de Maio, no centro de São Paulo. O *breaking* seria o primeiro elemento a ter seus adeptos no Brasil. Com o passar do tempo, foram surgindo DJs, que entravam nas competições para tornar as batalhas de *b. boys* diferentes e acirradas. Apesar de o movimento começar

a ganhar novos adeptos, o material que os mantinha informados ainda era restrito no Brasil. Esse material era adquirido em viagens para os Estados Unidos e compra de revistas importadas. A música era o principal meio para que os brasileiros pudessem ter acesso à cultura afro-estadunidense.

Com a chegada do hip-hop no Brasil, ele vai ganhando novas incorporações, num processo de hibridização, o que poderíamos chamar de incorporação de novos elementos regionais. Isso pode ser notado quando o movimento vai ganhando uma dimensão em outras regiões do Brasil, a exemplo do Nordeste. Os elementos dessa cultura se espalharam pelas grandes cidades do mundo em virtude do processo de globalização, através de fanzines, discos, videoclipes. Apesar de ter surgido em São Paulo, maior cidade do país em número de habitantes, um dos precursores foi Nelson Triunfo, nordestino da cidade de Triunfo - PE. Podemos perceber através dele que, ao chegar ao Nordeste, o hip-hop vai adquirir elementos regionais.

Nesse caso, identificamos que os elementos vão surgir de forma isolada até ter uma institucionalização. Na análise bibliográfica sobre o hip-hop em Campina Grande, não há uma data fixa que marque a chegada do movimento. Assim como em Nova Iorque, os elementos não se organizaram de maneira sincronizada; ao longo do tempo, elas foram juntadas e se fortaleceram, formando assim o movimento. Com o andamento da pesquisa, percebe-se que não existe uma preocupação por parte dos membros do hip-hop em estarem sempre fazendo eventos em que se encontrem os quatro pilares do movimento.

Para entender o contexto no qual o hip-hop se encontra, é necessário situar a cidade de Campina Grande em seu contexto local

e histórico. A cidade está localizada no interior do estado da Paraíba, na parte oriental do Planalto da Borborema. Segundo a estimativa do IBGE no ano de 2015, a população era de 405.072 habitantes. A cidade é considerada um dos polos industriais da região Nordeste. Ela tem a fama de ser uma cidade universitária, pois abriga 15 faculdades e duas universidades públicas, a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e a Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Nacionalmente, o município é conhecido por sediar grandes eventos culturais como o “Maior São João do Mundo”, o “Encontro da Nova Consciência” e o “Festival de Inverno”. Por ter tal envergadura no campo acadêmico e na promoção de eventos culturais, a cidade atrai pessoas de diferentes segmentos e regiões, o que favorece ser palco para uma grande diversidade de gostos musicais.

Sabendo que os elementos do hip-hop em seu processo de legitimação não se organizavam sincronicamente, o que se percebe é que, de acordo com a pesquisa bibliográfica feita até o momento, o grafite pode ser considerado um dos elementos que primeiro se destacou na cidade, até mesmo por ter maior visibilidade nos muros da cidade. Segundo a dissertação “Se essa rua fosse minha, eu mandava grafitar!!! A construção discursiva do grafite de muro em Campina Grande – PB”, de Angelina Maria Luna Duarte Tavares, um dos primeiros grafiteiros de Campina Grande foi Gorpo. De acordo com o relato do grafiteiro feito para a pesquisadora, os primeiros grafites na cidade datam do ano de 1998. Os outros elementos podiam já estar surgindo na cidade, no entanto não tinham visibilidade assim como o grafite.

No ano de 2007, consolida-se na cidade o Núcleo Hip-Hop Campina (NH2C). Isso vai fazer com que o movimento se torne institucionalizado, fazendo com que ganhe novos olhares dentro

da localidade. Outro fato marcante que fez com que o movimento ganhasse maior destaque foi o I Encontro de *Rap* e Repente, promovido pelo Governo do Estado no ano de 2007.

A organização do movimento através do NH2C tornou o movimento visto de fora como uma representação grupal. O sentimento de pertencimento ao hip-hop partiu de uma construção grupal. Com a institucionalização do movimento, mesmo havendo divergências entre os membros, eles se identificavam com o movimento através do NH2C.

O hip-hop na cidade de Campina Grande surge de forma natural, passando por suas etapas evolutivas para se chegar ao estágio de amadurecimento. É dentro dessa lógica que faço uma comparação como o seu aparecimento em Nova York. (ARRUDA, 2002, p. 100).

A questão feminina dentro do hip-hop em Campina Grande segue os mesmos padrões da configuração do movimento desde seu surgimento nos bairros periféricos de Nova Iorque. Mas esse lugar feminino pode não ser marcado por um protagonismo, no entanto há uma presença marcada das mulheres no movimento de forma indireta, seja como companheiras, mães, irmãs. Essa invisibilidade da mulher dentro de culturas juvenis deve ser analisada não só relatando os momentos em que elas estiveram presentes, mas pensando sobre o que as tornou invisíveis. Um dos argumentos apontados por Weller (2006) é de que a falta de mulheres fazendo pesquisas sobre mulheres as tornou invisíveis nos estudos sobre juventude.

Trazendo esse debate sobre a participação de mulheres em culturais juvenis, em destaque o hip-hop, que é o objeto de pesquisa, o papel da mulher dentro do movimento é uma representação

de como ela se insere na sociedade de uma maneira geral. É um espaço de constante resistência e conquistas. Se, para se consolidar no movimento como sendo jovem e negro, é um processo de luta, para a mulher é ainda mais complicado. Mesmo sabendo que a mulher esteve presente no hip-hop desde seus primórdios, porém de maneira indireta, atualmente novos grupos de mulheres estão se organizando cada vez mais. As reivindicações de raça e classe social são incorporadas às lutas feministas. Isso é demonstrado através dos elementos do hip-hop.

De acordo com os dados de campo, dentre os quatro elementos propostos pelo movimento hip-hop, apenas dois têm a mulher como destaque e reconhecimento na cidade. Elas estão presentes no grafite e na dança. Cabe lembrar que essas são as participações que têm maior visibilidade dentro da cidade, porém existem outras mulheres que não têm um reconhecimento assim. Acredito que isso deve ser repensado também como uma questão de classe social.

Depois da análise histórica e local do hip-hop, desde seu surgimento até o contexto do *locus* de pesquisa, serão apresentadas a seguir algumas experiências etnográficas: as primeiras observações de campo e alguns relatos de conversas feitas com jovens envolvidos no movimento hip-hop da cidade.

EXPERIÊNCIAS ETNOGRÁFICAS COM O HIP-HOP EM CAMPINA GRANDE - PB

As primeiras experiências de campo surgiram depois de ter visto um documentário sobre o hip-hop na cidade de Campina

Grande, realizado por um DJ que é atualmente membro do Núcleo de Hip-Hop Campina – NH2C. O documentário foi o resultado de um Trabalho de Conclusão de Curso de Arte e Mídia. Através dele, vi os ambientes que os hip-hoppers frequentavam. Comecei, então, a fazer o mapeamento através do Facebook e do YouTube. Um dos principais pontos frequentados por eles é o Parque da Criança. Os *b. boys* e as *b. girls* frequentam o parque nos finais de semana, geralmente no turno da tarde. O espaço em que eles dançam fica ao lado de uma pista de skate, lugar onde os jovens que têm gostos aparentemente parecidos se reúnem. Poderíamos denominar esse espaço do Parque da Criança de “pedaço”. Categoria utilizada por Magnani.

Pedaço designa aquele espaço intermediário entre o privado (a casa) e o público, onde se desenvolve uma sociabilidade básica, mais ampla que a funda nos laços familiares, porém mais densa, significativa e estável que as relações formais e individualizadas impostas pela sociedade. (...) A qualquer momento, os membros de um pedaço podem eleger outro espaço como ponto de referência e lugar de encontro. (MAGNANI, 2008, p. 20).

O que se percebeu com a pesquisa é que o ponto escolhido para os praticantes do hip-hop é o Parque da Criança, seria uma espécie de “berço” em de Campina Grande. Por ser uma área de lazer, muitos frequentadores vão com o intuito de praticar algum tipo de esporte, fazer piqueniques, entre outras atividades relacionadas ao lazer. O que pode ser observado nesse contexto é que a escolha desse espaço para a prática do *break* se dá devido, também, à falta de um espaço propício nos bairros em que esses jovens moram, e também é um lugar em que esses jovens têm uma maior visibilidade.

Em uma das observações feitas em um domingo, quando estava sendo realizado um sarau poético, um grupo que estava na organização se apropriou do “coreto”, porém os *b. boys* não cederam o espaço totalmente. Ficaram aos arredores do local, fazendo seus ensaios até o momento em que o pessoal do sarau foi embora.

Outro acontecimento que pode demonstrar esse sentimento de apropriação foi em uma das conversas que tive com um dos *b. boys* que estava ensaiando *break*. Ele falou que tinha saído de seu bairro a pé com um grupo de amigos, mas cada um foi ficando em um lugar e apenas ele tinha ido ao parque. Ao perguntar onde morava, o *b. boy* Guilherme falou que morava no bairro Bodocongó, mas pouco tempo depois falou que não. “Ah! Bodocongó, não. É na Ramadinha, mas fica bem pertinho um do outro. Digo que moro em Bodocongó aonde chego porque as pessoas acham muito perigoso na Ramadinha”.

O sentimento de pertencimento de uma localidade nem sempre pode ser bem visto. Nesse caso, o fato de ser indagado por mim onde morava, a reação do jovem foi de imediatamente falar de um bairro que é mais bem visto dentro da cidade.

Apesar de, no movimento hip-hop, a valorização da *quebrada* ser de fundamental importância para resistência do movimento, há um estigma que pode ser manifestado tanto pelo próprio morador do bairro como pelos de fora. Goffman, em seu livro *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, classifica três tipos de estigmas: as abominações do corpo e deformidades físicas; a culpa de características individuais; e, por fim, os estigmas relacionados a religião, raça, nação, família. Esta última classificação é que servirá para análise da pesquisa. Ao ser identificado como sendo pertencente de um lugar estigmatizado, o jovem leva toda a

carga de estereótipos da localidade. Em alguns momentos, ser de determinado lugar pode ser benéfico para um sujeito; no entanto em outros, pode ser um problema.

Em um dos shows no bairro do Pedregal, onde ocorreu o lançamento de um clipe de um *rapper* da localidade, a todo o momento era reafirmada essa identidade de pertencimento da localidade, tanto nas letras dos *raps* cantados como na fala que separava uma apresentação da outra. O bairro carrega o estigma de ser um dos mais violentos da cidade, porém o discurso proposto por esses jovens que estavam no show era de que existia outro lado do Pedregal que não era só o que a mídia propagava.

Após identificar o Parque da Criança como um espaço frequentado por jovens dos diferentes bairros da cidade para a prática de esporte e lazer, fui percebendo que esse era um ponto primordial para a pesquisa. Logo nos primeiros olhares, percebi que há uma divisão de classes dentro do parque, é um ambiente que tem gratuidade para entrar, porém as segregações são nítidas.

Sabendo que também é um ponto de encontro dos jovens que são do movimento hip-hop, principalmente dos adeptos do *break*, comecei ir aos finais de semana para fazer observações. Ficava sempre sentada em um dos bancos próximos a uma espécie de “coreto”, onde eles fazem os ensaios. Nesse primeiro momento, fiz muitas observações, pois queria entender como eles se apropriavam do lugar, quem eram os frequentadores, se existiam mulheres nos ensaios. Em meio a isso, identifiquei uma forte predominância da presença masculina. Apenas em uma dessas idas, vi uma menina, a qual passou maior parte do tempo sentada, observando os meninos e depois fez alguns passos, porém nada demorado, isso demonstra que ela só entrou para dançar porque houve uma permissão por parte dos homens que estavam no local.

Apesar de ser um lugar que, aparentemente, é aberto ao público, a mulher não tem o mesmo direito que o homem nele. De acordo com Bourdieu (1999), em *A Dominação Masculina*, a ordem social faz uma divisão do que é masculino e do que é feminino. Dentro desse argumento, estariam os lugares públicos reservados aos homens e os lugares privados reservados às mulheres. Levando esse argumento para o hip-hop, estaria a mulher limitada a esse movimento por ele ser uma cultura de rua, logo a rua seria um espaço público.

Pensando ainda sobre a exclusão da mulher em lugares públicos, Scott (2005) aponta que a maternidade foi uma explicação para a exclusão da mulher na política. Essa argumentação é usada para justificar as diferenças biológicas entre homens e mulheres. O que não deve ser adotado como verdade absoluta. Para Scott, gênero seria a organização social das diferenças sexuais.

Após ter feito essas observações em relação à apropriação do espaço e de gênero depois de ter ido ao Parque da Criança, comecei a procurar algumas das pessoas que tinha visto no parque e outras que aparecem no documentário através das redes sociais. Enviei o convite de amizade para o Facebook e expliquei a cada um deles quem eu era e sobre a pesquisa, cujo objetivo era identificar a presença feminina dentro do movimento hip-hop na cidade de Campina Grande. Diante de algumas conversas via internet, marquei encontros com algumas dessas pessoas e uma roda de conversa com o grupo *Lets Go*, com a presença de uma menina e três meninos; além das observações de campo em shows de *rap*, apresentações de danças, registro de grafites e pichações espalhados pela cidade e análise de letras de *rap*.

Tendo conversado com alguns desses jovens, faço uma análise da história deles, de como eles tiveram seus primeiros contatos

com o hip-hop e como o discurso de cada um é organizado. Tento compreender a fala dos interlocutores de acordo com o conceito de discurso proposto por Michel Foucault, no seu livro *Análise do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Para o autor, o discurso pode ser interno ou externo. O externo sofre uma interdição, ou seja, existe toda uma ordem que faz o sujeito antes de materializar sua fala. Isso implica dizer que nem tudo pode ser dito, porém é pensado. Os discursos dos sujeitos do hip-hop de Campina Grande podem ser percebidos nos elementos do movimento. Pensando o grafite e a pichação enquanto fenômenos parecidos, percebemos que a pichação tem seu discurso proibido, sendo vista como uma desorganização, sujeira do espaço urbano; enquanto o grafite tem uma maior aceitação, pois vem sendo cada vez mais reconhecido como obra de arte, tendo também uma aceitação nos meios de comunicação. Um dos grafiteiros entrevistados, o qual assina seus trabalhos com Erva Doce, afirma que, quando praticava a pichação, não tinha uma aceitação social; ao ser denominado de grafiteiro, ganhou essa aceitação.

As entrevistas realizadas com esses jovens possibilitou uma melhor compreensão do perfil dos jovens participantes do movimento hip-hop na cidade de Campina Grande. Durante as entrevistas, tentei sempre não formalizar as entrevistas, pois a ideia era fazer com que os interlocutores se sentissem à vontade, o intuito era falar sobre a pesquisa, sobre meu interesse pelo tema e conhecer um pouco sobre cada um.

As observações feitas na pesquisa demonstram que existem diferentes tipos de jovens dentro do movimento, logo se deve analisar essa presença juvenil no hip-hop de acordo com gênero, classe e raça. A presença feminina tem sido notada como sendo restrita a uma permissão do masculino para que ela possa estar

presente no movimento. Tendo em vista toda análise histórica da legitimação do hip-hop, desde seu surgimento a nível global até local, não se tem a figura da mulher como sujeito que protagonizou essa construção da identidade hip-hopper. Mas para que possamos entender como a jovem mulher entra no movimento, é necessário que compreendamos as localidades e o tempo do hip-hop. Deve-se levar em consideração a presença feminina também como companheiras, mães e irmãs.

O papel da mulher dentro do movimento hip-hop deve ser analisado histórica e contextualmente. Tendo em vista que a sociedade em que vivemos segue um modelo patriarcal, que tem suas constantes mudanças. No discurso de uma das entrevistadas, o que se nota é que sua entrada no movimento se deu através da permissão do irmão, que a levou porque já frequentava um grupo de danças.

Em um dos shows de *rap* que aconteceu na cidade, pude observar a pouca quantidade de mulher que se encontrava no evento. A grande maioria do público era de homens, e as mulheres presentes estavam acompanhadas por namorados, irmãos, etc. Em outro momento do show, um grupo de *rap* gospel, um dos *raps* cantados pelos M’Cionários falava de amor. Antes de começar a cantar, Mordekay, *rapper* campinense, disse que aquele era o momento de falar para a mulher que a ama. O que pode ser observado é que a fala é dirigida aos homens e, nela, a mulher aparece como atriz passiva, que deve escutar o que o homem tem a lhe dizer. O bar já estava com mais gente e tinha chegado um grupo de meninas que caminhava por todos os lados, nesse momento elas foram para frente do palco e ficaram atentas, observando o que o *rapper* estava falando. O papel da mulher é aqui reforçado como aquela

que sempre está pronta para esperar seu companheiro. Ela sempre está lá para aconselhar o companheiro nos momentos em que ele mais precisa, demonstrando assim que seu lugar está na esfera do privado, enquanto o homem é uma figura pública que tem a liberdade de transitar por vários espaços e depois ter o conforto nos braços de quem a espera.

Outro obstáculo que é confrontado pelos jovens do hip-hop de Campina Grande é que um movimento de resistência e de conquista de espaço. A cidade tem um reconhecimento em nível nacional por ter “O Maior São João do Mundo”, isso faz com que o forró seja o ritmo musical com maior privilégio. De acordo com o *rapper* Rimaél, é complicado atuar como *rapper* na cidade.

Ser *rapper* é muito difícil aqui, mas através do NH2C nós lutamos para mostrar daqui alguns anos que a gente quem começou com o hip-hop aqui na cidade. Muitas vezes, as pessoas pensam que só porque você canta *rap* tem que cantar de graça. Mas eu preciso de grana para organizar os eventos. (Rimaél, 25 anos).

A fala do *rapper* Rimaél mostra que, apesar de ser um movimento de contestação, o hip-hop para muitos de seus integrantes é um meio de ganhar dinheiro, porém ainda é visto no meio musical como algo que não ganha tanta proporção nos meios de comunicação. Segundo Postali (2010), as letras de *rap* que têm um conteúdo com um teor mais denunciativo não ganham espaço na indústria fonográfica. O que mais vai aparecer são as letras que têm um conteúdo mais romântico. Isso pode ser percebido ao analisar alguns *rappers* nacionais: eles ganham maior visibilidade quando fazem parceria como cantores de outros segmentos musicais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acredito que o tema escolhido pode nos proporcionar diferentes conclusões. Mas, de acordo com a abordagem feita, os dados de campo podem nos ajudar a compreender como se constitui o movimento hip-hop na cidade de Campina Grande e como a mulher se insere nele. Em nível global, ele é um movimento de resistência e de reivindicação de classe e raça. Isso também é reproduzido em Campina Grande, tendo em vista que a cidade carrega suas tradições nordestinas, sendo o forró o grande destaque. E apesar de ter o Núcleo de Hip-Hop Campina, o movimento enfrenta alguns problemas, como espaços para a prática de seus elementos. Mas o que se percebe em relação às mulheres que aparecem no movimento da cidade é que não existe presença de destaque do feminino na cena da cidade de Campina Grande.

O centro da cidade se constitui como um lugar de encontro dos adeptos do movimento hip-hop, no entanto, não se deve descartar a periferia como sendo o lugar onde são produzidos seus elementos e, posteriormente, levados a outras localidades. Outro ponto observado no movimento hip-hop de Campina Grande é que o grafite é o elemento que tem maior visibilidade, isso se deve ao fato de que ele é fixo na cena urbana, mesmo tendo cada grafite uma característica efêmera.

Em relação à questão feminina dentro do movimento, é notória a pouca participação da mulher. Sendo um movimento constituído por quatro elementos, a mulher aparece em apenas dois deles, o *break* e o grafite. Essa participação deve ser vista dentro das relações que envolvem outras categorias sociais, tais como classe, raça, grau de escolaridade. Paradoxalmente, não deixa de ser revela-

dor que um movimento que denuncia e luta contra vários tipos de exclusão social acaba por produzir, ele mesmo, formas de exclusão social, que atingem o gênero feminino de maneira marcante.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Thayrony Araújo. **A construção identitária a partir da ação política dos sujeitos: o caso do movimento hip-hop na cidade de Campina Grande.** Campina Grande, 2012. 136f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina.** Tradução de Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

DAYRELL, J. **A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude.** Belo Horizonte: UFMG, 2005. *In: Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM*, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Brasil: Zahar Editores, 1980.

LIMA, Mércia Ferreira de. **A participação feminina no hip-hop: jovens mulheres em culturas juvenis.** Rio Tinto – PB, 2014. 67f. Monografia. (Bacharel em Antropologia com habilitação em Antropologia Visual). Universidade Federal da Paraíba, 2014.

MAGNANI, José G. **Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole.** Textos de Antropologia Urbana. 3. ed. São Paulo: Edusp/ FAPESP, 2008. p.12-53.

SOBRE OS AUTORES

MAGNANI, José G. Introdução: Circuitos de Jovens. *In*: MAGNANI, José G; SOUZA, Mantese Bruna de (Orgs.). **Jovens na metrópole**: Etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidades. 1 ed. São Paulo. Editora Terceiro Nome, 2007.

MARTINS, Carlos Henrique dos Santos. Memória de jovem: um conceito em construção. *In*: CARRANO, Paulo; FÁVERO, Osmar (Org.). **Narrativas juvenis e espaços públicos**: olhares de pesquisas em educação, mídia e ciências sociais. Niterói: Editora da UFF, 2014. p. 211-230.

PARQUE DA CRIANÇA O MAIOR DE CAMPINA GRANDE. Disponível em: <http://morandosemgrana.com.br/paraiba-parque-da-crianca-o-maior-de-campina-grande/>. Acesso em: 20 jun. 2015.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. Pichando a cidade: apropriações impróprias do espaço urbano. *In*: MAGNANI, José G; SOUZA, Mantese Bruna de (Orgs.). **Jovens na metrópole**: Etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidades. 1 ed. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007.

POSTALI, Thífani. **Blues e hip-hop**: uma perspectiva folkcomunicação. Jundiaí: Paco Editorial, 2011.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 13 (1): 2016, jan./abr., 2005. p. 11-30.

Vanderlan Silva. Doutor em Ciências Sociais. Professor de antropologia da Universidade Federal de Campina Grande. Coordenador do Grupo de Pesquisa Sociatos. Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFCG.

Alessa Cristina Pereira de Souza. Professora de Sociologia da UFPB. Doutora em Ciências Sociais pela UFCG. Mestre em Sociologia pela UFPE. Bacharel em Direito e em Sociologia pela UFPB.

Mariana Cavalcanti Pereira. Doutora em Ciências Sociais (com período de doutorado sanduíche na Universidade do Porto, em Portugal) e mestre em Ciências Sociais pela UFCG. Bacharel em Direito pela UEPB.

Mércia Ferreira de Lima. Mestre em Ciências Sociais pela UFCG. Bacheler em antropologia pela UFPB. Licenciada em língua portuguesa pela UVA.

Patrícia Martins Portela. Mestre em Ciências Sociais e bacharel em Ciências Sociais pela UFCG. Professora de Sociologia da rede pública de ensino do estado da Paraíba.

Rommel Souza. Mestre e bacharel em Ciências Sociais pela UFCG. Professor de Sociologia da rede pública de ensino do estado da Paraíba.

Alessandra da Silva. Mestre em Ciências Sociais pela UFCG. Bacharel em Ciências Sociais pela mesma universidade. Assistente Social da Prefeitura de Patos.

Formato 15x21 cm
Tipologia Adobe Garamond Pro
Nº de Pág. 203

Editora da Universidade Federal de Campina Grande- EDUF CG

